

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ARIEL DAS NEVES MEDEIROS

**O DESCOBRIMENTO DO PAPEL DO JOVEM NA TRANSFORMAÇÃO DE SUA
REALIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO**

SÃO LEOPOLDO

2009

ARIEL DAS NEVES MEDEIROS

**O DESCOBRIMENTO DO PAPEL DO JOVEM NA TRANSFORMAÇÃO DE SUA
REALIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO**

**Trabalho final de Mestrado Profissional para
obtenção do grau de mestre em teologia pela
Escola Superior de Teologia Programa de
Pós-Graduação na linha de pesquisa:
Educação Comunitária com Infância e
Juventude.**

ORIENTADOR: EUCLIDES REDIN

SÃO LEOPOLDO

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M488d Medeiros, Ariel das Neves

O descobrimento do papel do jovem na transformação de sua realidade social e educacional: um estudo de caso / Ariel das Neves Medeiros ; orientador Euclides Redin. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

123 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Educação – Finalidades e objetivos. 2. Escolas – Aspectos sociais - Brasil. 3. Cidadania. 4. Educação - Brasil. I. Redin, Euclides. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados e a análise de uma pesquisa realizada com jovens estudantes do Ensino Médio do Município de Sapucaia do Sul, RS. A pesquisa teve como principal objetivo investigar as opiniões desses jovens sobre o papel da escola frente aos desafios do século XXI. Além disso, buscou também caracterizar a juventude e o processo de construção da política de juventude brasileira no período de 1997 a 2007, identificar os desafios percebidos por eles e relacioná-los ao papel da escola, analisar a relação entre o papel desempenhado pelas escolas e seus anseios pessoais e profissionais, bem como propor, a partir dos apontamentos feitos, algumas iniciativas a serem tomadas pelas escolas. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, cujos dados foram coletados a partir da aplicação de questionários. A análise foi feita quantitativa e qualitativamente, a fim de atender aos objetivos da pesquisa. Quanto aos resultados, é possível afirmar que o jovem tem muito a dizer e clamam para serem ouvidos; desejam intervir e contribuir com os rumos da educação e das políticas públicas desse século. Concluiu-se que abrir espaços para o diálogo e permitir que os jovens participem do planejamento e da execução das ações significa ampliar as possibilidades de práticas bem sucedidas, coerentes com os desejos e objetivos pessoais e profissionais dos principais atores desse processo: os estudantes. Por fim, este estudo também deixa claro que a escola do século XXI precisa vincular-se às novas tecnologias e aos meios de comunicação, bem como oportunizar a todos os indivíduos uma educação permanente, conectada ao mundo do trabalho e ao exercício de cidadania.

Palavras-chaves: juventude, educação, políticas públicas e desafios do século XXI.

ABSTRACT

This paper presents results and analysis of a survey conducted with students of the High School of the City of Sapucaia do Sul, RS. The research had as main objective to investigate the views of young people about the role of schools facing the challenges of the XXI century. Furthermore, we also characterize the youth and the construction process of youth policy in Brazil from 1997 to 2007 period, identify the challenges perceived by them and relate them to the role of the school, examine the relationship between the role played by schools and their personal and professional aspirations, and propose, from notes made some initiatives to be taken by schools. This is an exploratory study of character, whose data were collected from the application of questionnaires. The analysis was done qualitatively and quantitatively, in order to meet the objectives of the research. As the results, it can be said that the couple has a lot to say and claim to be heard, want to intervene and help with the direction of education and public policy of this century. It was concluded that open spaces for dialogue and allow the young people involved in the planning and execution of the action means expanding the possibilities of successful practices, consistent with the wishes and personal goals and work of the main actors of this process: the students. Finally, this study also makes clear that the school of the XXI century needs to commit itself to new technologies and the media, and to all individuals oportunizar a learning, connected to the world of work and exercise of citizenship.

Keywords: youth, education, and public policy challenges of the XXI century

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – A JUVENTUDE BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1997-2007.....	11
1.1. Políticas da Juventude no Período de 1997 - 2002.....	13
1.1.1. Ano de 1997	14
1.1.2. Ano de 1998	14
1.1.3. Ano de 1999	16
1.1.4. Ano de 2000	17
1.1.5. Ano de 2001	20
1.1.6. Ano de 2002	21
1.2. Políticas da Juventude no Período de 2003 - 2007.....	23
1.2.1. Ano de 2003	24
1.2.2. Ano de 2004	28
1.2.3. Ano de 2005	35
1.2.4. Ano de 2006	39
1.2.5. Ano de 2007	41
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA	45
2.1. A educação no século XXI.....	45
2.2. A juventude e a função social da escola no século XXI.....	49
2.3. Juventude e políticas públicas	52
2.3.1. Diferentes paradigmas nas políticas públicas de juventude	52
2.3.2. A institucionalidade das políticas públicas de juventude na América Latina	57
CAPÍTULO III – REFERENCIAL METODOLÓGICO	60
3.1. Participantes	60
3.2. Amostra, instrumentos e procedimentos	60
3.3. Análise de dados.....	62
CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	63
4.1. Caracterização da escola.....	63
4.2. Identificação dos discentes	64
4.3. Juventude, trabalho e escola	65
4.4. Ocupação dos jovens fora do horário da escola	65
4.5. Percepção dos discentes sobre a importância dos locais e/ou instituições que frequenta .	66
4.6. Percepção dos discentes sobre o futuro e as inseguranças da juventude.....	66

4.7. Os desafios do século XXI segundo a opinião dos jovens	66
4.8. A escola e o dia-a-dia da juventude.....	67
4.9. A escola e a opinião dos jovens.....	69
CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
5.1. Caracterização da escola.....	72
5.2. Identificação dos discentes	73
5.3. Juventude, trabalho e escola	74
5.4. Ocupação dos jovens fora do horário da escola	77
5.5. Percepção dos discentes sobre a importância dos locais e/ou instituições que frequenta .	78
5.6. Percepção dos discentes sobre o futuro e as inseguranças da juventude.....	79
5.7. Os desafios do século XXI segundo a opinião dos jovens	81
5.8. A escola e o dia-a-dia da juventude.....	83
5.9. A escola na opinião dos jovens.....	85
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste trabalho, a análise da estrutura social e educacional subjacente ao processo de construção da política de juventude, tendo como base a interação entre os atores – organismos internacionais, fundações empresariais, entidades da sociedade civil, parlamentares, organismos de juventude e instituições do Poder Público.

Ainda há, entre os estudiosos da temática juventude, controvérsia sobre a necessidade ou não de políticas específicas para os jovens; afinal os jovens, enquanto sujeitos, há muito vêm sendo atendida pelas políticas universais – especialmente a de educação.

Do ponto de vista demográfico, os jovens representam parcela significativa da população brasileira e os seus indicadores sociais os colocam entre os grupos mais vulneráveis.

Segundo Camarano, Mello e Kanso¹, esses indicadores sociais são resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 a 1980, chamada de “onda jovem” e do aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970.

Os dados sobre os jovens, em sua diversidade, expressam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Também se verifica que, quando estão na escola, os jovens encontram-se numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde a sua idade cronológica, tentando recuperar o atraso educacional resultante da ingresso tardio no sistema educacional, dos constantes abandonos e retorno ou de diversas repetências no seu histórico escolar.

No tocante ao mercado de trabalho os números também são desfavoráveis: a população juvenil de 16 a 24 anos representava 24% da População Economicamente Ativa.

Sob a ótica social, a juventude é a fase das buscas e definições. De acordo com Camarano, Mello e Kanso², os obstáculos experimentados nessa fase podem influenciar a passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social e econômica. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo e que atingem essa população de maneira diferenciada.

Sabemos que são muitos os desafios para a educação desse século. Dentre eles, é possível citar a necessidade de: desenvolver a tolerância para a construção de uma cultura de

¹ CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. **Do nascimento à morte: principais transições**. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

² CAMARANO; MELLO e KANSO, 2006, P. 35-40.

paz, reconhecer as novas formas de aprendizado, valorizar os trabalhos em equipe tendo como base os princípios solidários e o respeito às diferenças, integrar a família e a comunidade à escola unindo forças em torno de objetivos comuns, oferecer infra-estrutura capaz de atender às novas exigências sociais, proporcionar leitura crítica da realidade, encorajar ações transformadoras na luta por uma sociedade mais justa e libertária para todos, contribuir com o fomento da capacidade criativa na resolução dos problemas entre outros. Tais desafios estão diretamente relacionados à urgência em consolidar um novo homem para atuar nessa sociedade caracterizada pela inovação e pela globalização, imprimindo-lhe valores mais humanos, que visem o bem estar de todos. Nesse sentido, segundo Blondel³:

O desafio lançado aos cientistas, aos governos e aos povos do futuro pode ser resumido da seguinte maneira: depois de ter dedicado sua inteligência e sua energia para tirar partido dos recursos de seu meio ambiente e para dominar a natureza, o ser humano deve adquirir a sabedoria que permita utilizar esse poder de maneira benéfica e equitativa.

Ou seja, faz-se necessário articular a razão às questões éticas, voltadas para o respeito à vida e à dignidade humana. É inegável reconhecer que a educação e, especialmente as escolas, exercem um papel de destaque, pois podem contribuir significativamente para a formação do cidadão consciente de sua realidade e sujeito da sua história.

Para tanto, o primeiro passo é aceitar que o processo educativo deve acontecer na diversidade e não para a diversidade. Quer dizer, o respeito às diferenças e a tolerância são fatores basilares para a consolidação de uma cultura de paz. Contudo, é preciso que o contexto seja educativo, pois, objetivando uma ética racional, é preciso estabelecer diálogo, construir junto, acreditar que um outro mundo é possível.

Assim, a construção de um mundo melhor, mais justo, solidário e, libertário para todos requer o desafio da mudança, em que avanços tecnológicos e científicos caminham lado a lado com os avanços sociais, atendendo às aspirações humanas, sejam elas materiais ou sociais.

De acordo com Castells⁴, estamos diante de uma sociedade organizada em redes, isto é, composta por estruturas abertas que podem expandir-se limitadamente, gerando, cada vez mais, novas conexões por meio da comunicação com outras estruturas que possuem códigos

³ BLONDEL, Daniele. **Dificuldades, riscos e desafios do século XXI**. In: DELORS, Jacques (Org.). Educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

⁴ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

comuns, acarretando, por conseguinte, numa economia capitalista de concentração descentralizada, em que a tecnologia e a informação são ferramentas decisivas para a geração de lucros e apropriação.

Então, considerando que a educação desperta interesse em todas as nações do mundo por representar a mola propulsora do desenvolvimento social e econômico – de maneira a consolidar sociedades mais justas e eqüitativas -, cabe perguntar: qual deveria ser o papel da escola? São muitos os estudos que apontam para a necessidade de transformar a escola, seu tempo, seu currículo, seu espaço, suas regras, sua gestão etc. E a juventude? O que pensa sobre isso? O que sugere? Uma escola de sucesso é aquela que consegue aprovar a maior quantidade de alunos nos processos seletivos de acesso à educação superior? Que obtêm as melhores notas nos exames institucionais e nacionais? Para os jovens, o que é qualidade na educação? Estas questões servem para ajudar a refletir a respeito do que a juventude pensa sobre o papel que a escola deve desempenhar frente aos desafios do século XXI.

Com relação à organização da dissertação, propõe-se a divisão em cinco capítulos. No primeiro capítulo, dedica-se à construção de uma linha do tempo, com o propósito de organizar e facilitar a análise sobre os principais eventos, nacional e internacional, relacionada à política de juventude.

No segundo capítulo pretende-se fazer uma revisão de literatura sobre abordagens teóricas utilizadas. Inicialmente, retoma-se a discussão sobre a análise da educação no século XXI e sua função social, e, em seguida, aprofunda-se sobre a juventude e políticas públicas.

O terceiro capítulo contém uma descrição do referencial metodológico. Tendo em vista que o principal objetivo deste capítulo é investigar a opinião dos jovens a respeito da educação e políticas públicas frente aos desafios do século XXI.

No quarto capítulo concentra-se na descrição dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados, sendo que a análise será feita no próximo capítulo.

Para finalizar o trabalho, apresentaremos no quinto capítulo os resultados analisados e que correspondem às categorias expressas na descrição dos dados. Cabe destacar que, devido a extensão deste estudo e aos objetivos apresentados, os resultados analisados deixam abertura para que outros olhares, interpretações e complementações sejam feitos.

CAPÍTULO I – A JUVENTUDE BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1997-2007

O objetivo deste capítulo é construir um histórico que organize e facilite a análise sobre os principais eventos nacionais e internacionais, relacionados à juventude. A análise divide-se em dois períodos: 1997 – 2002 e 2003 – 2007 e, para cada ano, descreve-se os principais acontecimentos. Para essa caracterização, realizou-se uma pesquisa documental de livros, artigos, informes e notícias.

Embora sempre tenha havido políticas que atendam aos jovens – políticas de educação, saúde, trabalho e emprego, somente a partir dos anos 90, começaram a se pensar na necessidade de políticas específicas para a juventude, ou seja, descoladas das políticas universais. O ano de 1997 é aceito pelos pesquisadores como um marco desse processo no Brasil, pois se cria, no âmbito do governo federal, uma Assessoria de Juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação, a Unesco cria um departamento de pesquisa específico para o assunto e a temática da violência juvenil ganha as páginas da imprensa. O primeiro período encerra-se em 2002, um ano eleitoral, em que pela primeira vez o tema entrou na pauta dos principais candidatos à Presidência da República. Neste período, as iniciativas centraram-se muito mais nos esforços da sociedade civil e dos organismos internacionais. Novaes⁵ destaca o papel da Unesco e da Ação Educativa como duas precursoras “no conhecimento e reconhecimento da juventude brasileira”.

A segunda fase marca o início do Governo Lula e um impulso das ações, tanto governamentais quanto não-governamentais nessa área. Na esfera da sociedade civil, em 2003, teve início o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, um amplo diagnóstico sobre a situação dos jovens brasileiros e um conjunto de proposições em termos de políticas. No âmbito do Poder Público, também a partir de 2003, o Legislativo se mobilizou criando a Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para Juventude (Cejuvent) e, promovendo audiências públicas, reuniões em todo o País. No Executivo, há uma explosão no número de programas destinados a esse público e, no ano de 2004, institui-se o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude. Ao finalizar o trabalho, GT recomendou, em seu documento final, que o governo federal criasse a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e também implantasse um programa de caráter emergencial, com vista a atender os jovens de 18 a 24 anos que estão fora da escola e que sequer concluíram a 8ª série do ensino fundamental. Tais recomendações foram acatadas por

⁵NOVAES, Regina et al (Org.). **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas**. Brasília: Conjuve, 2006.

intermédio da Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conjuve e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

No período anterior a 1997, não se verificou, no Brasil, um conjunto consistente de iniciativas voltadas para a questão da juventude. Rua⁶, em trabalho no qual realiza um balanço das políticas de juventude no país na década de 90, conclui que: “os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias”. Não havia, portanto, uma política voltada para a juventude, mas sim um “estado de coisas” que não conseguiam alçar a condição de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública.

Segundo levantamento realizado por Sposito e Carrano⁷, a mais antiga iniciativa federal foi o Programa Saúde do Adolescente, criado em 1989, pelo Ministério da Saúde. De acordo com os autores, a atuação desse Ministério mostra “ações institucionalmente orgânicas, racionalmente focalizadas, refletidas teoricamente e articuladas com redes governamentais e da sociedade civil”.

Na pesquisa documental realizada, a primeira referência foi um evento realizado pela Fundação Mudes, em 1995, o *I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude*, do qual resultou a proposta de formulação de uma política Nacional de Juventude. Nesse evento já se discutiu a questão da faixa etária com a Fundação recomendando a adoção do intervalo compreendido entre 15 e 24 anos. Resende⁸ afirma que, por solicitação da Casa Civil da Presidência da República, a Mudes apresentou proposta de criação de um Conselho Interministerial diretamente vinculado à Presidência da República, mas o assunto não avançou. O encontro repetiu-se no ano de 1996, no Rio de Janeiro, com foco na questão do emprego e capacitação juvenil.

No contexto internacional, tal debate iniciou-se no final dos anos 80. O ano de 1985 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Juventude. De acordo com a explanação do Senhor Antonio Carlos Gomes da Costa, em audiência pública da Câmara dos Deputados, no Brasil, o Ano Internacional foi coordenado por Aécio Neves, na época, Diretor da Caixa Econômica Federal. Uma delegação brasileira foi a Moscou, e depois foi realizado um evento, em Brasília que, em sua opinião, foi sem consistência técnica alguma, sem nenhuma proposta de avanço legislativo ou institucional.

⁶ RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. V. 2. Brasília: CNPD, 1998.

⁷ SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, 2003.

⁸ RESENDE, Márcio. **Experiências de Geração de Renda para os jovens**. In: FÓRUM JOVEM SÉCULO XXI: educação, formação profissional e empregabilidade. Via Jovem...Brasília: OIT, 2001, p. 73-75.

Nas suas palavras: “Não foi um evento, mas um “é vento”: passou e não teve antecedente, nem conseqüências”.

Em 1986, a Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) teve o jovem como tema e desde então o assunto se faz presente em sua pauta. Em 1991, em Viena (Áustria), aconteceu o Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Em 1995, a ONU iniciou seu Programa Mundial de Ação para a Juventude para o ano 2000 que propõe um alinhamento de conceitos sobre a temática por intermédio de orientações e metas a serem perseguidas por seus países-membros e produziu um referencial inicial, em termos de políticas de juventude. O PMAJ estruturou-se a partir de 15 eixos: educação, empregabilidade, fome, ócio e tempo livre, meio ambiente, drogas, delinquência juvenil, gênero, participação, saúde reprodutiva e sexual, globalização, comunicação e tecnologia, HIV/Aids, conflitos armados, relações entre gerações. No ano de 1996, novamente em Viena, teve lugar o Segundo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas.

1.1. Políticas de Juventude no Período de 1997 – 2002

Os principais programas/ações criados foram: Serviço Civil Voluntário (1998), Brasil Jovem – Agente Jovem e Centros da Juventude (2000) e Paz nas Escolas (2001). Esses programas/ações tinham como foco prioritário mais o adolescente em situação de risco social do que o jovem, e seu principal objetivo era o controle social do tempo livre dos garotos. Também havia uma baixa cobertura: as ações eram desarticuladas e sobrepostas e inexistiam mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os autores ponderam, ainda, que alguns dos programas propostos: “assumiram o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho”⁹.

Bonfim¹⁰, em análise das publicações da Unesco no período, constatou a existência de um espaço vazio de propostas e práticas que pudessem dar aos jovens sua expressão como sujeitos sociais do presente e agente do futuro, tornando relevantes seu lugar social, suas idéias e seu potencial criativo.

⁹ SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 31.

¹⁰ BONFIM, Maria Inês (Coord.). **Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades do Brasil: pesquisas da Unesco**. Rio de Janeiro, 2001.

1.1.1. Ano de 1997

No âmbito do governo federal criou-se uma assessoria especial, vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação, para tratar do tema juventude. Os ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, Fundação Mudes e a OIT organizaram, no Rio de Janeiro, o Encontro Internacional sobre Juventude, Educação e Emprego na Ibero-América.

Nesse ano, a Unesco iniciou sua primeira pesquisa sobre juventude, violência e cidadania, que resultou num livro sobre os jovens de Brasília, publicado no ano seguinte.

1.1.2. Ano de 1998

Na esfera internacional, ocorreram, em Portugal, dois eventos importantes para a temática. Em agosto, aconteceu, em Braga, o Terceiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, no qual foi proposto o *Plano de Ação da Juventude de Braga*, um compromisso conjunto para a participação dos jovens no desenvolvimento humano, assumido pelas ONGs juvenis, o sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais. Foram feitas as seguintes recomendações: constituição de políticas de juventude integradas e transversais; cooperação com as entidades juvenis em nível nacional para erradicação da pobreza e para o desenvolvimento; participação de todos os jovens; maior participação das entidades juvenis na tomada de decisão de todo o Sistema das Nações Unidas; educação gratuita e em todos os níveis e igualmente acessíveis; emprego dos jovens para o desenvolvimento social; formulação de uma política de saúde nacional para os jovens; envolvimento da juventude na promoção dos direitos humanos; que as Nações Unidas publique e ajude as entidades juvenis a divulgar um compêndio sobre os direitos da juventude.

Também em agosto, teve lugar em Lisboa, a I Conferência Mundial de Ministros da Juventude que focou a implementação do Programa Mundial de Ação com a adoção da Declaração de Lisboa sobre Juventude. A Conferência produziu como resultado uma declaração sobre participação juvenil, educação, emprego, saúde e abuso de drogas, bem como chamou a atenção para os temas do desenvolvimento (que incluem os compromissos de combate à pobreza com foco na juventude) e da paz (que incluem os compromissos de combater o envolvimento das crianças em conflitos armados). Ao final da Conferência, definiu-se o dia 12 de agosto como Dia Internacional da Juventude.

No âmbito governamental, o Serviço Civil Voluntário iniciou suas atividades. Tratava-se de um programa de capacitação, formação para a cidadania e prestação de serviços voluntários. Seu público alvo eram os jovens de 18 anos, sendo que, no caso dos meninos, destinava-se àqueles dispensados do serviço militar obrigatório. Havia prioridade de acesso para os de baixa escolaridade, baixa renda, negros/pardos, portadores de deficiência e filhos de famílias chefiadas por mulheres. Era oferecido, na forma de curso, com um total de 600 horas concomitante à escolha ou supletivo. Os jovens recebiam auxílio-alimentação, transporte e uma bolsa no valor de R\$ 60,00 (valor da época). Sua coordenação estava a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça (Secretaria de Estado de Direitos Humanos) e a execução era descentralizada para entidades de capacitação (ONG's, Sindicatos, Universidades) contratadas em cada Estado pelas Secretarias Estaduais do Trabalho. Segundo Leite¹¹, no período compreendido entre 1998 e 2002, foram atendidos 40 mil jovens em todo os Estados e gastos R\$ 41,1 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A principal crítica, na visão dos jovens, foi o fato de o programa não contar com ações de inserção profissional nem formas de manter a mobilização dos participantes. De acordo com Sposito e Carrano¹², a última avaliação do programa, realizada em 2001 por universidades públicas e organismos de pesquisa a partir de 27 estudos de casos revelou índices elevados de eficiência e eficácia. No entanto, os autores pontuam que o programa é avaliado como bom, principalmente porque dá ocupação aos jovens, dificultando seu envolvimento com o mundo do crime, caracterizando um distanciamento da perspectiva dos direitos.

No campo da sociedade civil, o ano marca a criação da Organização Brasileira de Juventude (OBJ), com a proposta de envolver a juventude no desenvolvimento social do País. A OBJ baseia-se na Carta de Santa Cruz de La Sierra, assinada na Bolívia em 20 de março de 1998, pela delegação brasileira presente no curso sobre Avaliação da Intervenção Social com ênfase na Juventude, promovido pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).

Em dezembro deste ano, a Organização promoveu o Curso de Formação de Gestores em Política de Juventude, financiada com recursos do FAT e do Ministério do Trabalho e Emprego e contou com a presença das juventudes partidárias, entidades sindicais, religiosas, estudantis e também das Secretarias Municipais e Estaduais de Juventude.

¹¹ LEITE, Elenice. **Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania**. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

¹² SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 36.

Por ocasião do curso, as entidades participantes produziram o que se convencionou chamar de Carta de Brasília, com o objetivo de sensibilizar os atores, tanto os governamentais quanto os não-governamentais, sobre a importância de políticas específicas para os jovens. Além disso, recomendam aos governos a criação de instituições juvenis de referência.

Também iniciou suas atividades a Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), uma articulação de mais de 300 grupos, organizações, entidades e movimentos juvenis dos nove Estados do nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) que militam pelos direitos da juventude.

No tocante aos estudos e publicações, a Unesco, em parceria com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, realizam evento para divulgar os resultados do estudo Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília e lançar a publicação: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas (CNPD, 1998).

De acordo com Castro¹³, esse evento, ao contar com representantes do alto escalão do governo federal – Secretário Nacional de Comunicação, Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos, Presidente do Programa Comunidade Solidária e Vice-Presidente da República – sinalizou o interesse na produção de mais estudos sobre juventude e na concepção de políticas específicas para este segmento.

Também é lançado o primeiro volume do que viria a se tornar a série *Mapa da violência: os jovens do Brasil* com o objetivo de fornecer subsídios aos outros estudos que a Unesco desenvolveu sobre o tema nas várias cidades do Brasil. Nesta pesquisa quantitativa são analisadas as informações da Base de Dados Nacional do Sistema de Informação de Mortalidade do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde referente ao período de 1979 a 1996.

1.1.3. Ano de 1999

O Ministério da Saúde já possuía, desde final dos anos 80, um olhar diferenciado para a questão da adolescência e da juventude. Neste ano, contudo, ocorre a criação da área de Saúde do Adolescente e do Jovem vinculada à Secretaria de Políticas de Saúde, com objetivo

¹³ CASTRO, João Paulo. **Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

de articular os diversos programas e ações do Ministério que lidam com a temática adolescência e juventude, compreendida na faixa etária entre 10 e 24 anos.

No campo dos organismos internacionais, a Unesco cria seu Fórum de Juventude, com intuito de aproximar as atividades da juventude ao seu Programa de Ciências Humanas e Sociais. O Fórum tornou-se parte integrante de sua Conferência Geral, que se reúne a cada dois anos o conjunto dos Estados membros da Unesco.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) realizou a pesquisa *Juventude: cultura e cidadania*¹⁴ com jovens residentes em nove regiões metropolitanas e do Distrito Federal para investigar a participação e adesão aos processos democráticos.

A OIT realizou, em Brasília, o Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade, no qual foi lançado o livro *Desemprego Juvenil: em busca de opções à luz da experiência internacional* (OIT, 1999). E a Unesco promoveu o Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul.

1.1.4. Ano de 2000

Durante a *Assembléia do Milênio*, por iniciativa da ONU, do Banco Mundial e da OIT, foi criada a Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil (YEHLPN), com o objetivo de formular recomendações para políticas e programas de emprego e formação para jovens.

Com relação aos programas governamentais, neste ano, criou-se o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social para atender aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, prioritariamente aqueles que estão fora da escola e em situação de vulnerabilidade social (cumprimento de medidas socioeducativas ou oriundas de programas de atendimento à exploração sexual e comercial de menores). Seus objetivos foram: criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; prepara-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitassem sua integração e interação, quando estivessem inseridos no mundo do trabalho.

¹⁴ VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol. **Juventude: cultura e cidadania**. 1999. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em 16 out. 2008.

Avaliação qualitativa realizada para Camacho¹⁵ observou uma forte tensão entre equipes técnicas e jovens, sobretudo em relação à situação e à condição juvenil. Associado ao Agente Jovem foi proposto aos Centros da Juventude, que deveriam funcionar como pólos de distribuição de informações sobre as atividades disponíveis para os jovens. Uma vez instalado o Centro pelo governo federal, sua gestão deveria ser compartilhada entre o governo local, os jovens e a comunidade; para tanto, eram previstos rapasses decrescentes de recursos financeiros, incentivando, dessa forma, a maior responsabilização dos parceiros locais.

A partir da metodologia proposta, solicitou-se aos Gerentes de Programa que identificassem as interações factíveis e imediatas que seu Programa poderia realizar, bem como apontassem os locais em que tais interações poderiam ocorrer. Os 11 programas escolhidos, pertencentes a seis Ministérios, foram alocados ao redor de cinco eixos:

1. Jovens que estão na escola em idade adequada

Desenvolvimento do ensino médio (MEC); Desenvolvimento da educação profissional (MEC); Paz nas escolas (MJ); Saúde no jovem (MS); Defesa da criança e do adolescente (MJ); Direitos humanos, direitos de todos (MJ).

2. Jovens que estão na escola, mas em idade inadequada

Educação de Jovens e Adultos (MEC); Paz nas escolas (MJ); Saúde no jovem (MS); Defesa da criança e do adolescente (MJ); Direitos humanos, direitos de todos (MJ).

3. Jovens que se encontram no trabalho

Qualificação Profissional (MTE); Desenvolvimento da educação profissional (MEC); Paz nas escolas (MJ); Saúde no jovem (MS); Defesa da criança e do adolescente (MJ); Direitos humanos, direitos de todos (MJ).

4. Jovens que se encontram fora da escola e do trabalho

Brasil Jovem (MPAS); Esporte Solidário (ME); Defesa da criança e do adolescente (MJ); Direitos humanos, direitos de todos (MJ); Educação de Jovens e Adultos (MEC)

5. Jovens que se encontram sob medida socioeducativa

Reinserção Social de Adolescentes em Conflito com a Lei (MJ); Educação de Jovens e Adultos (MEC); Saúde no jovem (MS); Qualificação Profissional (MTE)

Em oficina realizada na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), inicialmente, 21 possíveis interações foram identificadas que, em seguida, reduziram-se a três prioritárias:

¹⁵ CAMACHO, Luiza. **Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu-MG. (Anais...). Caxambu, 2004, p. 16-35.

1. Promoção do protagonismo juvenil nas escolas de ensino médio e educação profissional, consistindo basicamente no estímulo de maior participação dos estudantes na seleção dos temas curriculares e na criação e consolidação dos Grêmios Estudantis, assim como a melhoria das atividades esportivas;
2. Utilização das instalações físicas federais para as atividades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, como laboratórios e maquinarias, em cursos de extensão ou outros;
3. Uso comum de espaços pelos Programas que tratam basicamente da socialização dos jovens, tais como: Brasil Jovem, Saúde do Jovem e Esporte Solidário, otimizando os espaços físicos existentes.

O próximo passo foi a definição de cinco territórios, um em cada região do País para atuação conjunta: Amapá, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e entorno (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais) e a realização de oficinas locais para implantação do projeto. No entanto, o projeto terminou em 2001 e apenas três Estados foram visitados: Amapá, Pernambuco e Santa Catarina. Em relação ao governo federal, as principais conclusões do relatório foram: falta um diagnóstico mais preciso e uma maior consciência da importância para o país da questão da juventude; parte dos programas são frágeis em sua focalização, em seus métodos e em suas potencialidades financeiras.

Consoante estas conclusões, uma das recomendações do trabalho foi à elaboração de uma política para a juventude, construída a partir de encontros de especialistas e gerentes federais, estaduais e municipais de programas. Além disso, esperava-se que os aprofundamentos das medidas propiciassem ao governo federal ter uma secretaria coordenadora das ações focalizadas na juventude.

Ressalta-se que essa foi a única iniciativa para articular e integrar os programas e ações governamentais do período compreendido entre 1997 e 2002. No entanto, persistia a visão do jovem como problema para a sociedade.

Com relação a publicações, a Unesco lançou *Mapa da violência II: os jovens do Brasil*¹⁶. A ação Educativa disponibilizou os resultados do primeiro balanço sobre o tema, realizado por uma equipe de pesquisadores de várias instituições, sob o título *Juventude: estado do conhecimento*¹⁷. E, em parceria com a Editora Cortez, publicou *Juventude em*

¹⁶ WAISELFISZ, Julia. **Mapa da Violência II: os jovens do Brasil**. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

¹⁷ SPOSITO, Marília (Coord.) **Juventude: Estado do Conhecimento**. Brasília: Inep, 2000.

*debate*¹⁸, que reúne as apresentações e intervenções ocorridas no ciclo de debates Juventude e Contemporaneidade, realizado pela ONG em São Paulo, no ano de 1998.

Neste ano ocorreu a I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural que é ligada ao Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tratou-se da primeira grande manifestação com o objetivo de representar o expressivo contingente de jovens do campo.

1.1.5. Ano de 2001

No âmbito internacional, realizou-se, no Senegal, o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, no qual se elaborou a *Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude* (2001), com a finalidade de complementar e fortalecer o *Plano de Ação de Braga*.

No campo governamental foi criado no Ministério da Justiça o Programa Paz nas Escolas, com a proposta de reduzir as violências entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas do País. O Programa desenvolveu-se, sobretudo, por meio de apoio a iniciativas de jovens no âmbito da construção da cultura da paz, na capacitação de policiais e educadores, nas parcerias com ONG's e na promoção de estudos e pesquisas sobre violência nas escolas.

Sposito¹⁹ indica que este ano, o primeiro de novas gestões municipais, representou uma importante inflexão no processo de constituição dos organismos destinados às políticas de juventude. Foram criadas assessorias, secretarias de Estado, coordenadorias e, em menor grau, conselhos de juventude. No entanto, a autora mostrou preocupação com essa incipiente institucionalidade, à medida que depende, em grande parte, de programas de partidos e da correlação de forças no nível local e do grau de articulação dos jovens e seus eventuais parceiros.

Foram publicados, pela Unesco, os seguintes livros: *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em*

¹⁸ ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia; SPOSITO, Marília (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

¹⁹ SPOSITO, Marília. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

*situação de pobreza*²⁰, *Escolas de paz*²¹, *Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo*²² e *Abrindo Espaços: educação e cultura de paz*²³.

Em relação à sociedade civil, o Observatório da Juventude da Universidade Federal Fluminense iniciou suas atividades e a OBJ desenvolveu um Programa de Fortalecimento à Ação Parlamentar, em parceria com a Escola de Formação de Governantes e da Fundação Kellogg, dirigido aos vereadores jovens do País. O Programa de Formação contou com a participação de 97 parlamentares da Região Nordeste do Brasil que hoje integram a Rede Nacional de Jovens Vereadores.

1.1.6. Ano de 2002

Foi somente na campanha presidencial de 2002 que o tema juventude se fez presente nos programas de governo e que todos os candidatos assinaram um documento, no qual se comprometeram a implementar políticas específicas para a juventude. Tal compromisso decorre da atuação da sociedade civil, que ao longo dos últimos anos reivindicou ações diferenciadas para os jovens.

Elaborado, pelo Instituto Ayrton Senna, Gife, Unesco e Fiesp, o documento *Por uma política de juventude para o Brasil* (2002) propunha uma política de desenvolvimento humano, que tivesse como eixo estruturador a educação básica e profissional; uma política de saúde com viés altamente educativo; uma política de tempo livre para os jovens e a promoção de uma cultura de paz.

No entanto, as abordagens dos programas de governo dos dois principais candidatos, Lula e Serra, persistiram na associação entre juventude, criminalidade e violência. O Programa de Governo da Coligação Lula Presidente²⁴ afirma: “a superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas.

²⁰ ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2001.

²¹ ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Escolas de Paz**. Brasília, 2001.

²² UNESCO. **Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo**. Brasília: Unesco, 2001.

²³ NOLETO, Marlova. **Abrindo Espaços: Educação e Cultura de Paz**. Brasília: Unesco, 2001.

²⁴ PALOCCI, Antonio (Coord.). **Programas de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente**, Brasília, 2002. disponível em www.pt.org.br. Acesso em: 28 out. 2008.

O Programa de governo de Serra, embora tenha um capítulo específico para a questão – Compromisso com a causa jovem – e já em um órgão na esfera federal para formulação, coordenação e avaliação, abriam a discussão indicando o percentual de jovens no sistema carcerário, o número de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas e as altas taxas de gravidez precoce.

No campo da sociedade civil, em evento promovido pela OBJ e pelo Instituto Brasileiro de Política de Juventude (IBPJ) – apoiados pela Fundação Konrad Adenauer, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Unesco -, diversas organizações e movimentos de juventude de todo o Brasil se reuniram no Rio de Janeiro e aprovaram uma carta comum, chamada de *Agenda Jovem 2002*. De acordo com os signatários: “este marco visa ser um ponto de partida para “as juventudes” brasileiras, buscando possibilitar aos jovens e suas organizações um instrumento de articulação e luta coletiva, visando à efetiva participação da juventude no desenvolvimento de nossa sociedade”²⁵.

A carta recomendou a criação de um órgão executivo de referência, gestor de políticas de juventude, em nível federal, juntamente com um órgão de representação e participação das juventudes através de suas entidades, movimentos e lideranças.

A Ação Educativa e a FES/Ildes promoveram, em São Paulo, no mês de novembro, o Seminário Políticas Públicas de Juventude, para 250 pessoas com objetivo de reunir experiências nacionais e internacionais. Foram apresentadas 15 experiências governamentais, sendo 10 brasileiras, 4 latino-americanas e 1 europeia, e 3 iniciativas da sociedade civil. Na avaliação dos organizadores, o Seminário foi um importante espaço para novas sinergias e articulação dos atores presentes.

A Unesco realizou, no mês de novembro, em Brasília, o Seminário Internacional Violência nas Escolas: educação e cultura para a paz, no qual foram apresentados estudos e experiências de algumas estratégias adotadas por dirigentes de escolas brasileiras. Ainda no evento, foi lançado o Observatório de Violência nas Escolas – Brasil, uma parceria entre a Organização e a Universidade Católica de Brasília, para a pesquisa e a criação de estratégias de intervenção em escolas, a fim de fazer propostas de políticas para a juventude.

Em ralação às publicações, a Unesco disponibilizou: *Violência nas Escolas*²⁶, *Drogas nas Escolas*²⁷, *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*²⁸; *Paz, como se faz? Semeando a*

²⁵ ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE JUVENTUDE. **Agenda Jovem 2002**. Rio de Janeiro: OBJ, 2002.

²⁶ ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Brasília: Unesco, 2002

²⁷ ABRAMOVAY Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas escolas**. Brasília, 2002.

²⁸ DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

*cultura de paz nas escolas*²⁹, *Mapa da violência III: os jovens do Brasil*³⁰; *AIDS: o que pensam os jovens*³¹ e *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*³², na qual argumenta que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que estes se encontram nos países latino-americanos.

Castro³³ considera que a publicação *Violência nas escolas* pode ser considerado o maior investimento da Unesco em termos de pesquisa. Segundo Abramovay e Rua³⁴: “o estudo aborda as percepções sobre diversos tipos de violência de alunos, pais, membros do corpo técnico-pedagógico em escolas públicas e privadas e descreve a frequência e a gravidade dos incidentes; avalia seu impacto sobre a aprendizagem; e identifica os mecanismos adotados e/ou recomendáveis – de prevenção, redução e erradicação do problema”.

1.2. Políticas da Juventude no Período de 2003 – 2007

Neste período, o tema juventude definitivamente entrou para a agenda das políticas públicas, multiplicando-se as iniciativas tanto na esfera do poder público quanto da sociedade civil. De certa maneira, três processos de abrangência nacional marcaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no começo dos anos 2000: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária de Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude.

Com relação à sociedade civil, a iniciativa de maior envergadura foi o Projeto Juventude, coordenado pelo Instituto Cidadania que, entre os anos de 2003 e 2004, promoveu um amplo debate sobre a temática, com a realização de pesquisas de caráter nacional, seminários nos Estados e a participação direta de mais de 3 mil jovens. No âmbito do Poder Público, tanto o Executivo quanto o Legislativo se mobilizaram. A Câmara dos Deputados, em 2003, criou tanto a Frente Parlamentar de Juventude quanto a Cejuvent, que promoveu audiências públicas e reuniões em todo o Brasil e realizou, em Brasília, em 2004, do Grupo de

²⁹ DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura. **Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas**. Rio de Janeiro: Unesco, 2002.

³⁰ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência III: os jovens do Brasil**. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002.

³¹ UNESCO. **AIDS: o que pensam os jovens**. Brasília: Unesco/Unaid, 2002.

³² ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

³³ CASTRO, 2005, p. 10-15.

³⁴ RUA, 2002, p. 17.

Trabalho Interministerial de Juventude, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Esses três processos culminaram, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem, programa carro-chefe da política de juventude.

Há, neste período, uma explosão na criação de novos programas destinados aos jovens: Primeiro Emprego (2003), Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, ProUni, Projeto Rondon, Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra (2004), ProJovem, ProEja e Saberes da Terra (2005), Juventude Cidadão (2006) e ProJovem Integrado (2007). Em análise sobre os programas criados neste período, Sposito e Corrochano³⁵ identificaram um padrão nas ações, que combinavam a transferência de renda e o tripé: qualificação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Carrano, Brenner e Lânes³⁶ avaliam que: “se avança na superação de antigos estigmas sobre o que se denominou “problema de juventude”, embora haja ainda poucas certezas sobre desenhos institucionais, orientações teórico-metodológicos e princípios do setor especial das políticas de juventude”.

1.2.1. Ano de 2003

Este ano contou com muitas iniciativas relacionadas às políticas de juventude. Os empreendimentos tiveram origem tanto na sociedade civil quanto no Poder Público e impulsionaram o debate sobre a temática.

Já no primeiro semestre há o lançamento oficial do Programa Primeiro Emprego, concebido para ser a iniciativa de maior visibilidade voltada para os segmentos juvenis do Governo Lula. De acordo com seus promotores, esse programa deveria ser o *carro-chefe* na área de juventude.

A Lei nº 10.748, que institui o Programa, foi aprovada no Congresso em outubro de 2003. O Programa, coordenado, executado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego com recursos do FAT, tinha como objetivo central o combate ao desemprego juvenil por meio de ações que estimulassem a contratação de jovens no mercado formal de trabalho.

³⁵ SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 17, p. 141-172, 2005.

³⁶ CARRANO, Paulo Cesar; BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patrícia. **A arena das políticas públicas de juventude no Brasil**. Processos sociais e propostas políticas. Revista de Estudos sobre la Juventud, México, v. 1, n. 22, p. 202-219, 2005.

O público-alvo era formado por jovens entre 16 e 24 anos sem experiência anterior de trabalho formal, provenientes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que apresentassem baixos níveis de escolaridade. Para participar do Programa, os jovens deveriam estar matriculados ou terem concluído o ensino médio e se cadastrarem em uma das unidades do Serviço Nacional de Emprego (Sine).

O Programa previa as seguintes modalidades:

- subvenção econômica;
- estímulo à responsabilidade social; e
- consórcio da juventude.

À época de seu lançamento, o programa centrava-se na linha de subvenção econômica, como pode ser visto, com clareza, nos Orçamentos de 2004 e de 2005, que previam de 60% a 70% dos recursos nessa rubrica. Nesta modalidade, a ênfase recai sobre a colocação formal do jovem no mercado de trabalho e, para estimular essa contratação, as empresas parceiras receberiam R\$ 1.500,00 anualmente por jovem contratado.

No entanto, o Programa apresentou, no decorrer dos anos seguintes, resultados insatisfatórios. Na avaliação do Deputado Reginaldo Lopes, em audiência na Câmara dos Deputados, cometeu-se dois grandes equívocos:

O primeiro foi remar contra a maré. Fizemos uma pesquisa pelo BNDES, e 93% dos empresários brasileiros têm preferência pelo perfil do jovem com boa escolaridade, aquele que concluiu o segundo grau e não completou a universidade. Esse é o melhor perfil. São jovens de boa qualificação profissional e com baixa remuneração. Pelo programa, fizemos o contrário: queríamos que fosse atendido quem ainda não concluiu o ensino médio. Ou seja, tentamos forçar a inserção no mercado de trabalho de jovens com baixa escolaridade, o que não é o perfil desejado. Porque existe muita oferta de jovens que tem o terceiro grau incompleto; ou seja, uma mão-de-obra abundante que aceita trabalhar com baixa remuneração. O segundo erro que cometemos foi trabalhar como inserção do jovem no mercado de trabalho sem assumir o compromisso de prepará-lo antes. Não se pode garantir a inserção apenas propondo um subsídio financeiro para o empresário. (Audiência Pública sobre PL nº 4.530, realizada em 31 de agosto de 2005).

A partir de 2005, a ênfase deslocou-se para os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ). Nesta modalidade, os jovens recebem um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 150,00, vale-transporte e lanche para participar de oficinas de qualificação profissional e social e

prestar serviço voluntário. Ao final do período, há uma meta de inserção a ser atingida pela entidade executora do Consórcio.

No Legislativo, em abril, a Frente Parlamentar em Defesa das políticas públicas de juventude (FPJ) iniciou suas atividades, com a participação de mais de 100 membros, entre deputados e senadores de todos os partidos e que se propunha ter reuniões mensais para acompanhar os debates e a implementação dos programas voltados para a área. Também foi instalada, em maio, a Cejuvent, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

A Cejuvent foi composta por 43 deputados federais (titulares e suplentes) e dividiu-se em seis grupos de trabalho temáticos:

1. O jovem, o desporto e o lazer;
2. O jovem e o trabalho;
3. O jovem, a educação e a cultura;
4. O jovem, saúde, sexualidade e dependência química;
5. O jovem, a família, a cidadania, a consciência religiosa, a exclusão social e a violência;
6. O jovem como minoria.

Após realizar diversas audiências públicas em Brasília, com especialistas das áreas temáticas relacionadas aos grupos de trabalho constituídos, em setembro a Comissão promoveu a Semana Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Estes dois eventos tiveram a finalidade de qualificar as discussões da Cejuvent, por meio da participação de representantes de organizações não-governamentais, jovens líderes e especialistas em políticas públicas, estabelecendo um marco para a construção do Plano Nacional de Juventude.

Durante os três dias do evento, houve testemunhos de jovens – personalidades ou representantes de grupos sociais; exposição de organizações e entidades que trabalham com o tema; lançamentos de livros; sessão solene em homenagem à Semana Nacional; mesa redonda sobre o analfabetismo; audiência pública com representantes da OIJ e mostra de filmes e vídeos sobre a juventude.

O Relatório Preliminar da Comissão foi divulgado no final do ano com as seguintes recomendações: criação de uma esfera pública de participação, um Conselho Nacional de Juventude; instituição de um organismo federal para tratar do tema, um Instituto Brasileiro de Juventude; e a edição de alguns marcos legais para a temática, em *Estatuto da Juventude e um Plano Nacional da Juventude*.

No âmbito da sociedade, teve início no primeiro semestre o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, que nasceu de uma solicitação do Presidente Lula, ao deixar a coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República.

O Projeto Juventude foi planejado a partir de seis eixos simultâneos e complementares:

1. Mapeamento e rastreamento das informações com a construção de um acervo inédito de dados estatísticos, documentos e análises sobre políticas públicas para a juventude;
2. Realização de uma pesquisa quantitativa nacional, a partir da ampliação e atualização do levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo em 1999;
3. Criação de um site, concebido com o instrumento central de comunicação do Projeto Juventude;
4. Realização de Seminários e Encontros Temáticos;
5. Organização de dois livros sobre a juventude brasileira, juventude e cidadania e juventude brasileira 2003 – retratos;
6. Reunião de narrativas sobre participação juvenil, por meio de uma pesquisa participante, o Projeto incentivou jovens voluntários a recolher, de maneira sistematizada e com metodologia adequada, histórias de vida e participação social e política de outros jovens.

Carrano, Brenner e Lânes³⁷ consideram que: “o prestígio resultante de ser o Instituto Cidadania uma organização não-governamental, criada pelo Partido dos Trabalhadores e ter como Presidente de honra o próprio Presidente da República, facilitou a conquista de parceiros responsáveis pela viabilização material de um projeto de alto custo e largo alcance social e político”.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis) propuseram a pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas que pretendia realizar um diagnóstico em 8 regiões metropolitanas das capitais sobre formas, conteúdos e sentidos da participação dos jovens entre 15 e 24 anos. A premissa que norteou o estudo foi a de que os jovens seriam sujeitos fundamentais para a construção do processo de democratização da sociedade brasileira. Há, no documento, uma expectativa de que o novo governo federal e o novo parlamento desenvolvam um olhar diferenciado sobre a temática.

Neste momento, ganhou espaço a interação entre os temas juventude e meio ambiente. Em setembro, aconteceu, em Luziânia/Goiás, por iniciativa dos Ministérios do Meio

³⁷ CARRANO, BRENNER E LÂNES, 2005, p. 203

Ambiente e da Educação, o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente. Neste evento é criada a Rede Juventude pelo Meio Ambiente com o propósito de “fortalecer as ações locais e nacionais dos jovens empenhados na construção de sociedades sustentáveis, através da troca de experiências e da cooperação”. E, no mês de novembro, ocorreu, em Brasília, paralelo à 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, a 1ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil, com a participação de mais de 400 estudantes.

Com relação à juventude do campo, deu-se, em Brasília, o Salão Nacional da Juventude Rural, com a participação de representantes das comissões municipais, estaduais e nacionais de jovens trabalhadores rurais do movimento sindical de 26 Estados. Neste evento é divulgada a “Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical” com reivindicações para a superação dos problemas da juventude rural brasileira. Segundo a Carta: “as propostas surgem em virtude da inexistência de uma política nacional que contemple os interesses da juventude rural”.

No tocante às publicações, a Unesco lançou: *Ensino Médio: múltiplas vozes*³⁸; *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*³⁹; *Escola e Violência*⁴⁰ e *Violência na escola: América Latina e Caribe*⁴¹

1.2.2. Ano de 2004

No âmbito do governo federal, tem-se a criação, em março, do Grupo de Trabalho Interministerial sobre juventude, composta por 19 Ministérios e coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Optou-se por delegar o comando à Secretaria-Geral, dada a especificidade e complexidade do tema. Como muitos ministérios possuem ações voltadas para a juventude e nenhum detém a temática exclusivamente, avaliou-se que seria importante ter, na coordenação, um órgão capaz de integrar e articular todos os parceiros.

O Grupo de Trabalho Interministerial, em um intenso processo de diálogo, reuniu durante oito meses consecutivos, de março a abril de 2004, gestores públicos dos 19 ministérios com o objetivo de traçar diretrizes para a Política Nacional de Juventude. A metodologia apresentada inicialmente dividia o trabalho nas seguintes etapas:

³⁸ ABRAMAVOY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: Unesco, 2003.

³⁹ ABRAMAVOY, Miriam; NUNES, Maria Fernanda. **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: Unesco, 2003.

⁴⁰ ABRAMAVOY, Miriam et al. **Escola e Violência**. Brasília: Unesco, Universidade Católica de Brasília, 2003a

⁴¹ ABRAMAVOY, 2003, p. 22-25.

- * Políticas Públicas para juventude: diagnóstico dos programas e ações promovidos pelo governo nos últimos nove anos, a partir de um instrumento padrão desenvolvido pela Secretaria-Geral;
- * Pesquisas demográficas e sociais, com a criação de um banco de dados a partir do Censo 2000;
- * Eixos estruturantes: criação de sete subgrupos para avaliação das ações do governo no campo da geração de trabalho e renda, educação, saúde, violência, esporte e lazer, cultura e participação;
- * Relatório Final: análise das ações do governo e proposição de uma política global e participativa de juventude.

De acordo com seu Relatório Final, os dados compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostraram o desafio e a oportunidade que seria pensar uma política integrada para um contingente de 33,4 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos, que resgatasse a parte da dívida social para com este público e que rompesse com a visão compartimentalizada que tende a vigorar no desenho das políticas públicas.

A partir deste diagnóstico sobre as condições sociais da população de 15 a 24 anos, que apontou os problemas com os quais se deparava esse público e dos eixos estruturantes propostos inicialmente, foram identificados os principais desafios de uma Política Nacional de Juventude:

1. Garantir o acesso e a permanência na escola de qualidade;
2. Combater o analfabetismo entre os jovens;
3. Preparar o jovem para o mundo do trabalho;
4. Gerar trabalho e renda;
5. Promover vida saudável;
6. Promover o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação;
7. Promover direitos humanos e as políticas afirmativas;
8. Estimular a cidadania e a participação social; e
9. Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural.

A Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coube sistematizar as informações enviadas pelos ministérios sobre seus programas e ações, para se ter uma dimensão das atividades desenvolvidas pelo governo federal para este público. Com relação ao mapeamento às ações governamentais, uma dificuldade se fez presente durante todo o trabalho. Muitos poucos ministérios conseguiram apresentar um balanço das suas atividades para este público, ou para

qualquer outro que se solicitasse. Em que pese a atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poucos programas federais efetivamente se organizam a partir dos problemas identificados na sociedade. Muitas vezes acabam por reproduzir as estruturas de poder existentes nos órgãos, em um deslocamento muito grande da realidade do País. Também ficou clara a necessidade de integração e coordenação entre todas as ações identificadas. Se, por um lado, essa integração puder evitar superposições e fragmentações, também será fundamental para potencializar a atuação de todos os órgãos, garantindo assim uma maior efetividade e eficiência à ação governamental.

À Secretaria-Geral também coordenou o diálogo com o Projeto Juventude do Instituto Cidadania e com a Cejuvent. Havia uma preocupação muito grande em alinhar as propostas do governo com as pesquisas, estudos e recomendações do Projeto; para tanto, periodicamente, o próprio Ministro Dulci e representantes do GT se encontravam com seus coordenadores.

No entanto, o trabalho do GT, ao longo de todo o ano de 2004, não impediu a criação de novos programas voltados para a juventude. Foram lançados: Soldado Cidadão – Ministério da Defesa; Programa Universidade para todos – ProUni, Programa Escola Aberta – Ministério da Educação; Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Projeto Soldado Cidadão objetiva fornecer uma qualificação profissional a militares das Forças Armadas que serão licenciados por término de serviço, a fim de facilitar seu ingresso no mercado de trabalho. São oferecidos cursos de 160 horas em parceria com a Fundação Cultural do Exército, a Confederação Nacional do Comércio e da Indústria, essas duas últimas por intermédio de órgãos certificadores do Sistema.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) que concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50%, em universidades privadas, a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa em escola particular.

O Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude é uma parceria entre o Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Cultura e a Unesco para abrir as escolas nos finais de semana. Para realização das atividades, são repassados recursos que variam entre R\$ 16 mil a R\$ 21 mil anuais por escola através do Programa Dinheiro Direto na Escola. O Programa tem como base a experiência com o *Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz*, que a Organização desenvolve desde 2000 em parceria com os governos locais.

O Pronaf Jovem, programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem como principal objetivo incentivar a permanência dos jovens no meio rural. Trate-se de uma linha de crédito especial do Plano Safra para a Agricultura Familiar e tem como prioridade atender a filhos de agricultores entre 16 e 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de escolas técnicas. O limite de financiamento é de R\$ 6 mil, com juros de apenas 1% ao ano, com até 10 anos para quitação e cinco de carência.

O Nossa Primeira Terra, uma linha do Programa Nacional de Crédito Fundiário, é voltado aos jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares na faixa etária de 18 a 24 anos, que oferece financiamento com juros reduzidos e fixos.

Realizaram-se consultas em 24 Estados e no Distrito Federal. Apenas não participaram os Estados do Piauí e de Alagoas. Ao final de cada conferência estadual, deveria ser elaborada uma *Carta do Estado*, na qual os jovens apresentariam suas propostas e sugestões para o Plano Nacional de Juventude que serviriam para a Conferência Nacional.

A Conferência Nacional aconteceu em junho, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a participação de 2 mil jovens. Durante a Conferência, 52 entidades divulgaram o Manifesto para a Articulação da Juventude Brasileira Pró-Fórum de Organizações Juvenis, na qual propunham a criação de um Fórum Nacional de Juventude – um espaço permanente de troca e de reflexão sobre os desafios e as propostas. Segundo avaliação da ONG Interagir, expressam em seu Boletim de 30 de junho de 2004, nesta conferência, os acontecimentos dos corredores foram mais bem aproveitados que os espaços formais do evento.

Após a Conferência, a Comissão discutiu as propostas compiladas das consultas regionais e nacional e no mês de dezembro a Cejuvent encerrou seus trabalhos e entregou seu Relatório Final. O relatório apresenta as seguintes recomendações ao Poder Executivo: criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Juventude, do Instituto Brasileiro de Juventude. Também sugere a realização da Conferência Bienal de Juventude e a instituição de uma Comissão Permanente de Juventude. Com relação ao marco legal, foram feitas as seguintes propostas:

- Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude;
- Projeto de Lei nº 4.529/04 – Estatuto da Juventude;
- Proposta de Emenda Constitucional.

O Plano Nacional de Juventude, de vigência de dez anos e organizado em 13 eixos, define metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com os Estados e os municípios e organizações juvenis. As principais metas são:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil em cinco anos;
2. Universalizar o ensino médio público e gratuito;
3. Oferecer bolsas de estudo e financiamento a jovens carentes para ingresso na faculdade;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Aumentar a cobertura do Programa Primeiro Emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o esporte;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, com a instalação de computadores nas escolas e nas universidades.

No entanto, o Projeto de Lei apresenta algumas fragilidades como, por exemplo, a insuficiência de indicadores para respaldar os objetivos; tratar a juventude como uma faixa etária entre 15 e 24 anos, quando o próprio Legislativo a alterou para o período entre 15 e 29 anos; a oposição à legislação específica já existente, especialmente no campo da educação; proposição de prazos que não se ajustam ao calendário do Executivo.

O Estatuto da Juventude regulamenta direitos dos jovens e define as obrigações da família, da sociedade e dos governos para garantir esses direitos.

A proposta de emenda à Constituição Federal de 1998 propõe a modificação do artigo 227, que passará a incluir a expressão jovem e terá a seguinte redação: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Carrano, Brenner e Lânes⁴² reconhecem a importância da atuação do Legislativo, mas ao mesmo tempo afirmam que o processo das Conferências apresentou inúmeras deficiências, expressas nas críticas por parte das redes locais da sociedade civil.

No âmbito da sociedade civil, no mês de abril, o Instituto Cidadania, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizou, em São Paulo, o Seminário Internacional do Projeto Juventude com representantes de 15 países para discutir propostas de políticas públicas de juventude. Participaram do evento cerca de 200 pessoas,

⁴² CARRANO, BRENNER, LÂNES, 2005, P. 204.

entre gestores, representantes de organizações ligadas à juventude, movimentos sociais e pesquisadores de juventude.

O Banco Mundial promoveu, em Brasília, no mês de maio, o *Vozes Jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI*⁴³, com a participação de mais de 100 organizações e movimentos de juventude, além de representantes dos governos e organismos multilaterais.

O encontro, estruturado em dois eixos norteadores – desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico socioambiental, se propõem a construir um processo de diálogo entre sociedade civil organizada, Sistema ONU, iniciativa privada e poderes públicos para ampliar a participação na formulação de políticas públicas para a juventude. Trata-se de uma ação global do Banco, mas que no Brasil apresentou uma metodologia inovadora, haja vista que a organização do encontro ficou a cargo de 20 organizações de juventude, responsáveis pela facilitação dos grupos e sistematização das propostas. Ao final, produziu-se um documento, *Proposições de Brasília 2004* que contém as recomendações dos 12 grupos de trabalho.

Ainda em maio, representantes de 17 organizações e movimentos juvenis, que haviam participado do Vozes Jovens, reuniram-se, em Brasília, para discutir sobre a criação de um Fórum Nacional de Juventude. Na avaliação dos participantes, o Fórum justificava-se porque existiam diversos atores sociais e governamentais levantando a temática sem que haja um espaço autônomo de encontro e debate em torno dos temas comuns às diversas juventudes. No entanto, o próprio grupo avaliou que o lançamento do Fórum, neste momento, seria uma decisão precipitada e decidiram criar uma Articulação Pró-Fórum Nacional de Juventude.

No mês de junho, após a participação de mais de 3 mil jovens em oficinas e seminários, o documento de conclusão do Projeto Juventude do Instituto Cidadania, assim como alguns dos volumes do trabalho foram entregues ao Presidente Lula e à Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados. O documento apresentado continha propostas e diretrizes para as políticas públicas de juventude elaboradas no amplo processo de discussão com a sociedade civil.

Também no mês de junho, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu o 1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis com a participação de juventudes organizadas ligadas ao terceiro setor, partidos políticos, associações desportivas, entidades estudantis, movimentos sociais e associações religiosas. O principal resultado desse encontro foi a

⁴³ WEISS, Zezé; FLORENTINO, R. (Org.). **Vozes Jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI**. Brasília: Banco Mundial, 2004. v. 1.

divulgação de uma carta aberta com as diretrizes gerais para a construção de uma política pública nacional para a juventude. De acordo com o Boletim Interagir, de 30 de maio de 2004: “sabendo da necessidade de mobilização e articulação das juventudes, a UNE está criando este espaço em que os jovens poderão tratar do assunto a partir dos seus próprios interesses, contribuindo assim com a construção de propostas qualificadas para a formulação de um plano nacional de políticas públicas para a juventude”.

Com relação às publicações, a Comissão Econômica para a América latina e Caribe (Cepal), em parceria com a OIJ, apresentou o estudo *Juventude na Ibero-américa: tendências e urgências* (2004), na qual são discutidos as tensões e os paradoxos dos jovens na atualidade. O primeiro deles é que a juventude goza de mais acesso à educação e menos acesso ao emprego, isto é, os jovens de hoje possuem mais anos de escolaridade formal que as gerações passadas, porém ao mesmo tempo os seus índices de desemprego são superiores, se comparados com o resto da população economicamente ativa. O segundo é que os jovens gozam de mais acesso à informação e menos acesso ao poder, isto é, os jovens manuseiam maior volume de informações que outros grupos etários; entretanto, participam menos dos espaços decisórios da sociedade, sobretudo nas esferas do Estado. A terceira tensão e paradoxo é que os jovens de hoje estão mais providos de saúde; no entanto, menos reconhecidos na sua mortalidade específica que, no caso, seriam as mortes por razões externas – basicamente, armas de fogos e acidentes de trânsito.

A Secretaria Executiva da Organização das Nações Unidas divulgou o *Manual Tirando os Acordos do Papel*⁴⁴, um guia de monitoramento de política de juventude para ser usado por jovens. A Unesco lançou *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil*⁴⁵; *Juventude e sexualidade*⁴⁶; *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*⁴⁷; *Políticas públicas de/para/com juventudes*⁴⁸ e *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*⁴⁹, no qual foi apresentado o Índice de desenvolvimento da juventude (IDJ).

⁴⁴ GODINHO, C.; TEIXEIRA, M. T.; FLORENTINO, R.; COSTA, M. (Trad.). **Tirando os Acordos do Papel – Um manual para jovens avaliarem a política pública nacional de juventude**. Nova Iorque: UM, 2004.

⁴⁵ WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania**. Brasília: Edições Futura, Unesco, 2004.

⁴⁶ ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

⁴⁷ CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2003.

⁴⁸ UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

⁴⁹ WAISELFISZ, Julio et al. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Brasília: Unesco, 2003.

No contexto do Projeto Juventude, o Instituto Cidadania lançou o livro *Juventude e Sociedade: educação, cultura, trabalho e participação*⁵⁰ e a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, uma parceria do IC com o Instituto de Hospitalidade e o Sebrae, que retoma e amplia temas e questões investigados em 1999 pela Fundação Perseu Abramo.

1.2.3. Ano de 2005

Na esfera internacional, em 2005, a OIJ divulgou a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens, composta por 44 artigos que procuram prestar uma especial atenção aos direitos dos jovens e as graves carências e omissões que se registram no âmbito ibero-americano em matéria de educação, saúde ou emprego. De acordo com a OIJ: “a convenção é o primeiro texto de caráter internacional que dará suporte jurídico ao conjunto de governos ibero-americanos para o desenvolvimento de políticas destinadas ao fortalecimento e à promoção das potencialidades da juventude”.

A ONU na semana de sua 60ª Assembléia Geral dedicou-se à discussão e revisão do Plano Mundial de Ações para a Juventude. Representantes dos países, de organizações da sociedade civil e delegados jovens participaram dos comitês e oficinas. Também, nesta semana, a ONU apresentou o Relatório Mundial de Juventude 2005, no qual atualiza os dados sobre a área. De acordo com a ONU, a principal mensagem do relatório é que é necessário intensificar os investimentos nos jovens, a fim de implementar o Programa de Ação Mundial para a Juventude e realizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Em decorrência das recomendações do Grupo Interministerial de Juventude, da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados e do Projeto Juventude do Instituto Cidadania, o Poder Executivo, em evento no Palácio do Planalto, editou, em 1º de fevereiro, a Medida Provisória nº 238.

Com essa MP, convertida na Lei nº 11.129, de 30 de junho do mesmo ano, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ-SG/PR, o Conjuve e o ProJovem. Conforme a mensagem presidencial.

O Conjuve foi concebido para ser um espaço de participação social na formulação de diretrizes para as ações governamentais acerca do tema. E, de acordo com o texto legal, tem por objetivo fomentar e realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, cultural e

⁵⁰ NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

econômica da juventude brasileira, além de avaliar e acompanhar a execução dos programas e ações dirigidos a esse segmento.

No dia 2 de agosto, os membros do Conselho, 120 entre titulares e suplentes, tomaram posse. Fazem parte do Conselho, nas vagas destinadas ao Poder Público, representantes de todos os Ministérios e Secretarias Nacionais que desenvolvem programas voltados para a juventude, a Frente Parlamentar de Juventude e o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e associações de prefeitos. Pela sociedade civil, que representa 2/3 do Conselho, participam os movimentos juvenis, organizações não-governamentais e especialistas em juventude. Optou-se por não convidar nenhuma juventude partidária para esse primeiro mandato. Além disso, algumas entidades publicaram uma Carta com críticas ao processo de escolha dos representantes, que foram nomeados pelo Presidente da República e recomendando que o próximo Conselho seja escolhido por meio da realização de Conferências de Juventude.

Com relação ao ProJovem, foi pensado como um programa carro-chefe da política de juventude, em consonância com a recomendação do Projeto Juventude⁵¹:

Trata-se de um programa emergencial destinado a jovem de 18 a 24 anos que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental e que não tenham vínculos formais de trabalho. Seu objetivo é proporcionar uma formação integral por meio de uma efetiva associação entre: elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. O ProJovem é oferecido na forma de curso, com duração de 12 meses ininterruptos com incentivo à participação do jovem, oferece um auxílio-financeiro mensal de R\$ 100,00 ao jovem que cumprir as condicionalidades.

O Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação, e atendendo à sugestão da UNE, relançou, em janeiro, em Tabatinga – Amazonas, o Projeto Rondon. Trata-se de uma iniciativa que busca levar estudantes universitários e professores a comunidades isoladas e carentes no interior do país, na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem estar comunitário.

O MEC por intermédio da Lei 11.180, de 23 de setembro, cria o Programa Escola de Fábrica que oferece cursos de iniciação profissional no próprio ambiente das empresas a jovem de 16 a 24 anos, matriculada na rede pública de ensino fundamental ou médio ou nos

⁵¹ PROJETO JUVENTUDE, 2004, P. 29.

programas educacionais do governo federal e tenham renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimo. É oferecido na forma de curso, dividido em três módulos: o primeiro, de 120 horas, revisa conteúdos do ensino básico; o segundo, de mesma duração, versa sobre a cidadania e questões trabalhistas; o último, com 360 horas destina-se a formação e prática profissional. Os alunos que cumprirem as condicionalidades do Programa recebem auxílio financeiro no valor mensal de R\$ 150,00.

Também, no MEC, são instituídos o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com o objetivo de ampliar a oferta de vaga nos cursos de educação profissional a jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular e o Programa Saberes da Terra, com intuito de dar escolaridade gratuita aos jovens de 15 a 29 anos, filhos de agricultores e pescadores de comunidades quilombolas, assentamentos, escolas itinerantes e pequenas comunidades rurais, que não tiveram oportunidade de cursar o ensino fundamental na idade padrão. O calendário escolar é adaptado às condições climáticas e ao ciclo agrícola e o currículo é contextualizado às características do campo.

O Programa Juventude e Meio Ambiente foi lançado no início de 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente e propõe o fortalecimento das organizações juventude a partir de 5 eixos: fortalecimento organizacional, educação ambiental, empreendedorismo/geração de trabalho e renda sustentáveis, participação política e educomunicação.

O Ministério da Saúde disponibilizou para consulta pública a proposta da Política Nacional de Atenção à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens. Também realizou um encontro com mais de 40 organizações juvenis para discutir a medida.

No âmbito legislativo, instalou-se, em março, a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude. Em seu planejamento, a Comissão optou por realizar um conjunto de audiências com representantes da sociedade civil e do governo. Ao todo, foram realizadas nove audiências entre os meses de agosto e dezembro.

No mês de março, o Banco Mundial, em parceria com as Agências do Sistema das Nações Unidas e a Secretaria Nacional de Juventude da SG-PR, promoveu o Vozes Jovens II. O principal objetivo era aprofundar o debate sobre os desafios da Política Nacional de Juventude e as Metas do Milênio e teve a participação de 250 lideranças jovens. Durante o encontro, foi criada a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju), com o objetivo de sistematizar as reivindicações do setor, acompanhar e fiscalizar a

implementação das políticas públicas nessa área. A entidade congrega 35 organizações não-governamentais.

Também em março aconteceu em Brasília, promovido pela Organização Brasileira de Juventude, o Encontro Nacional de Gestores Jovens, com dinâmica de seminário para discutir a importância de atuar em rede na construção de novos paradigmas para as políticas públicas. Esta atividade foi o ato inaugural da Rede Nacional de Gestores Jovens que tem como objetivo estabelecer uma rede de contato entre gestores públicos jovens de todo o País.

Em abril, a União Nacional dos Estudantes promoveu, em São Paulo, o 2º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, no qual foi aprovada uma Carta com reivindicações e propostas para a política nacional de juventude. A principal demanda do grupo foi a ampliação da participação da juventude nos processos de construção das políticas públicas.

Neste mesmo mês, a Ação Educativa e o Ibase promoveram, em Brasília, o Seminário *A participação juvenil no desenho das políticas públicas: um diálogo sobre os conselhos de juventude*. O encontro, que reuniu cerca de 40 pessoas, se propunha a discutir as formas de relação entre Estado e sociedade civil.

Em junho, realizou-se, em Belo Horizonte, o *Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças*, organizado pelo Sistema ONU e Governo Brasileiro – Instituto Cidadania, Secretaria Nacional de Juventude da SG-PR e Prefeitura de Belo Horizonte, para que 80 delegados, dois de cada país da América Latina e do Caribe e 40 do Brasil, debatessem a implementação das 8 Metas de Desenvolvimento do Milênio.

A Fundação Kellogg promoveu, em junho, em São Paulo, conferência com o tema *Associando-se à Juventude para Construir o Futuro*⁵². Participaram do evento mais de 250 pessoas, entre representantes de organizações sociais latino-americanas, jovens participantes de projetos apoiados pela Fundação e membros da diretoria internacional da entidade. Pretendia-se, consoante os trabalhos realizados pela Fundação no país, mobilizar os parceiros em torno do tema da juventude, com a ênfase em proposições, nas quais o jovem fosse o protagonista.

Com relação às publicações, o Instituto Cidadania (IC) e a Fundação Perseu Abramo (FPA) lançam a obra *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*, na qual diversos estudiosos analisam a pesquisa nacional sobre juventude divulgada no ano

⁵² THOMPSON, Andrés (Org.). *Associando-se à Juventude para construir o futuro*. São Paulo: Petrópolis, 2006.

anterior. Segundo Silva⁵³, “a publicação tem o objetivo de prover elementos para a tomada de decisões e implementação de medidas políticas que permitam a expansão da cidadania dos jovens por meio da divulgação das demandas juvenis”.

A Ação Educativa divulgou *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*⁵⁴, que realiza uma revisão de literatura acerca desses conceitos nos âmbitos da sociologia e da psicologia e *Diálogos com o Mundo Juvenil: subsídios para educadores*⁵⁵. O Ibase e o Pólis apresentaram o relatório da *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*⁵⁶ e *Mapa da Violência de São Paulo*⁵⁷.

1.2.4. Ano de 2006

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e o Ministério da Ciência e Tecnologia promoveram a primeira edição do Prêmio Juventude, com o tema *Juventude e políticas públicas*. A iniciativa, dividida em três categorias, premiou estudantes de pós-graduação, graduação e do ensino médio que estejam matriculados ou já tenham concluído o curso. Os prêmios variaram entre R\$ 10 mil e R\$ 2 mil. A solenidade de premiação realizou-se, em julho, durante a 58ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Florianópolis/Santa Catarina (2006).

O Banco Mundial, em 10 de novembro de 2006, por meio do Projeto *Apostando na Juventude do Brasil*, efetuou uma doação no valor de US\$ 351.594.00 para a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, para articular e integrar as políticas públicas de juventude em nível federal, estadual e municipal, além de capacitar institucionalmente a nova Secretaria.

O Conselho Nacional de Juventude, para dar qualidade e agilidade às suas ações, dividiu-se em três Câmaras Temáticas: Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura e tecnologia da informação; Qualidade de vida: saúde, meio ambiente, esporte e lazer; Direitos Humanos: vida segura e respeito à diversidade. O trabalho dessas Câmaras resultou

⁵³ SILVA, Cristiane. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Tempo soc, (online). V. 17, n. 2, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 10 out. 2008.

⁵⁴ FREITAS, Maria Virginia (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto 2005 a março de 2007**. Brasília: Conjuve, 2007.

⁵⁵ CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

⁵⁶ WAISELFISZ, Julio Jacobo (Org.). **Mortes Matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003**. Brasília: Unesco, 2005.

⁵⁷ WAISELFISZ, Julio Jacobo; ATHIAS, Gabriela. **Mapa da Violência de São Paulo**. Brasília: Edições Futura, Unesco, 2005.

no livro *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*⁵⁸, lançado durante seminário nacional, realizado em novembro desse ano. O livro apresenta diagnóstico e recomendações para as três áreas.

No Ministério do Trabalho e Emprego criou-se o Programa Juventude Cidadã. Trata-se de iniciativa muito semelhante aos Consórcios Sociais da Juventude que oferece formação em cidadania e direitos humanos, qualificação social e profissional, prestação de serviços voluntários à comunidade, estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho. A diferença está na forma de implementação, enquanto nos Consórcios são realizadas parcerias com entidades da sociedade civil, o Juventude Cidadã privilegia a relação com os entes federados, tanto Estados quanto municípios.

Os trabalhos da Comissão Especial, criada para discussão do PL nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude continuaram nesse ano. No mês de março realizou-se uma audiência pública sobre o tema com as juventudes partidárias (PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PPS, PC do B, PSC e PL) e nos dias 30 e 31, ocorreu, no auditório da Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional de Juventude para apresentação das contribuições ao texto do projeto pelos delegados indicados nos 26 seminários estaduais realizados, e no Distrito Federal, no período de novembro de 2005 a março de 2006.

Na campanha presidencial, novamente os dois principais candidatos Lula e Alkmim apresentaram propostas para juventude. O Partido dos Trabalhadores inclusive chegou a preparar um Programa Setorial de Juventude 2007-2010 o qual, além de realizar um balanço do primeiro mandato, apresenta as diretrizes e metas para o próximo período, estruturadas em cinco eixos: juventude como política de Estado e construção de um Sistema Nacional de Políticas de Juventude; articulação das Políticas Universais, Emergenciais e Específicas; educação e Trabalho: uma nova combinação; participação, Democracia e Cidadania; vida Segura, Políticas Afirmativas e Bem-Estar Juvenil.

O Ibase enviou aos candidatos o documento *Diálogo nacional para uma política pública de juventude* que, a partir dos resultados da investigação, realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, apresenta subsídios para novas políticas, estratégias e ações públicas voltadas para a juventude.

Em Brasília, realizou-se a II Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente, com a presença de mais de 700 adolescentes para dialogar sobre o tema, e em Santa Catarina ocorreu I Encontro Ibero-Americano de Juventude pelo Meio Ambiente.

⁵⁸ NOVAES, 2006, P. 2-6.

Novamente em Brasília aconteceu o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, no qual foi publicada uma carta endereçada ao Presidente Lula que afirma: “sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo”⁵⁹.

A Unesco lançou a publicação *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*⁶⁰ em que pela primeira vez incorporou a faixa etária de 25 a 29 anos em seus estudos sobre a juventude. Também divulgou o *Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*⁶¹.

1.2.5. Ano de 2007

A Secretaria-Geral, em fevereiro, retornou o Grupo Interministerial de Juventude, a partir de uma solicitação do Presidente da república que reafirmou o desejo de que os programas de juventude do governo federal tenham maiores escala maior integração operacional e maior impacto político e social. O diagnóstico foi muito parecido com o de 2004: grande número de ações destinadas aos jovens, com superposição em algumas áreas.

No entanto, desta vez optou-se por reunir um menor número de ministérios. Participaram das primeiras reuniões a Secretaria-Geral, o Ministério do Trabalho e Emprego, da Educação e Desenvolvimento Social e Combate à fome, bem como a Casa Civil e o Ministério do Planejamento. À luz dos dados atualizados e dos programas existentes – ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – procurou-se identificar as complementaridades e as possibilidades de integração.

Definiu-se que o Agente Jovem, que passou a chamar ProJovem Adolescente, teria como foco os jovens adolescentes, isto é, aqueles com idade entre 15 e 17 anos e seria reformulado, no sentido de incorporar uma introdução ao mundo do trabalho. Relatório de avaliação disponibilizado pelo MDS apontou que uma das principais críticas ao programa era o fato de não oferecer qualquer ligação entre as atividades desenvolvidas e o mundo do trabalho. Outra importante modificação no Agente Jovem diz respeito ao auxílio-financeiro. Desde quando foram criados, em 2000, os jovens participantes recebiam uma bolsa no valor de R\$ 65,00 – originalmente, esse valor correspondia a ½ salário mínimo. Contudo, para dar escala ao programa, optou-se por extinguir esse repasse e criar, no âmbito da Bolsa-família, uma nova modalidade de repasse, destinada àqueles que continuaram na escola. Uma

⁵⁹ PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. **Carta Aberta do 2º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural**. Brasília: PJR, 2006. Disponível em www.casadajuventude.org.br. Acesso em: 13 set. 2008.

⁶⁰ ABRAMOVAY, CASTRO, 2006, p. 17-22.

⁶¹ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2006 – Os Jovens do Brasil**. Brasília: OEI, 2006.

discussão que ocorreu no grupo foi se a quantia de R\$ 30,00 deveria ser transferida para a família, assim como os demais benefícios, ou seria diretamente para o jovem. Como o principal objetivo é manter o jovem na escola, definiu-se que o repasse será feito direto para ele, mas, para não prejudicar a família, caso o mesmo não frequente às aulas, haverá um controle em separado de suas condicionalidades.

Em relação ao ProJovem, três grandes modificações. Em primeiro lugar, a faixa etária foi ampliada, passou de 18 a 24 anos para 18 a 29. o objetivo foi adequar o Programa aos limites etários da política nacional de juventude. A segunda diz respeito à escolaridade: anteriormente, para participar o jovem deveria ter concluído a 4ª série; agora basta que saiba ler e escrever. Com estas alterações, seu tempo de duração alterou-se, passou de 12 para 18 meses. A última mudança foi a criação do ProJovem Campo, a ser executado pelo Ministério da Educação. O MEC já desenvolvia, desde 2005, em caráter experimental, o programa Saberes da Terra, que oferecia aos trabalhadores da agricultura familiar a possibilidade de concluir o ensino fundamental. Tendo por base essa experiência, foram feitas diversas alterações no sentido de aproximá-lo do ProJovem. Assim sendo, os Saberes passará a ter um currículo integrado, baseado no tripé elevação da escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária; será oferecido ao jovem um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00; sua faixa etária abrangerá de 18 a 29 anos e sua duração será de 24 meses. Uma característica fundamental do Saberes a ser preservada é o sistema de alternância, que permite ao jovem conciliar o trabalho no campo com a escola.

Os programas de qualificação profissional, Consórcio Social, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica foram unificados e passaram a chamar ProJovem Trabalhador. Os critérios de participação foram padronizados, assim como o valor do auxílio financeiro e a duração dos cursos. Poderão participar do programa jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação terão a duração de 600 horas/aulas e os jovens que comprovarem a frequência receberão uma bolsa no valor de R\$ 100,00.

Em setembro, em cerimônia no Museu da República, houve o anúncio de todas essas modificações, com o lançamento do ProJovem Integrado. Com isso, todos aqueles seis programas passaram a se chamar ProJovem, dividindo-se em quatro modalidades: Adolescentes, Urbano, Campo e Trabalhador. Embora com problemas, foi a primeira tentativa de integração. Cada Ministério será responsável por uma modalidade – MDS, SG-PR, MEC e MTE, respectivamente, sendo que a coordenação geral competirá à Secretaria-Geral.

Na mesma ocasião, lançou a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas, com o objetivo de ampliar a participação, fortalecer a rede social e institucional relacionada aos temas da juventude e identificar desafios e prioridades para atuação do Poder Público.

Atendendo a uma reivindicação do movimento e entidades juvenis, o Conjuve promoveu uma eleição para definição de seus representantes da sociedade civil, que recebeu 102 inscrições, das quais 30 foram habilitadas na categoria Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional, Fóruns e Redes da Juventude e Movimentos e associações ou Organizações da Juventude de atuação local e outras 48 organizações foram habilitadas na categoria Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude.

Neste ano, o Brasil sediou, em janeiro, a I Reunião Especializada de Juventude no Mercosul. O evento aconteceu no Rio de Janeiro e reforça o papel de destaque que o país vem tentando construir no bloco.

Em relação às publicações, o Banco Mundial divulgou o estudo sobre os *Jovens em Situação de Risco no Brasil* que concluiu que as situações de risco concentram-se em determinados grupos: os mais pobres e os negros. O documento propõe ainda o cálculo do índice de Bem-Estar Juvenil, por Estado. Os Estados em pior situação são o de Pernambuco e de Alagoas e os em melhor, Santa Catarina e Distrito Federal.

A Unicef lançou, durante reunião do Conselho Nacional de Juventude, a publicação *Adolescentes e Jovens do Brasil: participação social e política*⁶². Trata-se de uma pesquisa com 3.010 jovens entre 15 a 19 anos de capitais e do interior de todas as regiões do País, com recorte de renda e raça, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) para a Unicef, Instituto Ayrton Senna e a Fundação Itaú Social. A pesquisa permite avaliar o acesso dessa faixa da população a direitos básicos, as expectativas em relação ao governo, família, comunidade e a disposição dos jovens em colaborar para as transformações sociais.

A ONU publicou o *Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta*⁶³. De acordo com o relatório, o investimento na juventude melhorou em todas as regiões do planeta nos últimos anos, e se estendeu o acesso dos jovens à educação; no entanto, a persistência da pobreza limita as perspectivas de futuro de muitos desses jovens quando atingem a idade adulta.

⁶² UNICEF. Instituto Ayrton Senna, Itaú Social. **Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política**. Brasília: Unicef, Instituto Ayrton Senna, Itaú Social, 2007.

⁶³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta**. Nova Iorque: ONU, 2007.

A Unesco, junto a Secretaria-Geral e o MEC, divulgaram *Juventude e Contemporaneidade* que traz uma coletânea de artigos sobre o tema. Dois artigos são inéditos e os outros correspondem a uma republicação de contribuições originalmente disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação em 1997.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A educação no século XXI

O século XXI caracteriza-se, dentre outros fatores, pelo aumento na expectativa e na qualidade de vida das pessoas; pelo crescimento acelerado dos meios de comunicação à distância; pelo crescimento acentuado dos conhecimentos; pelo aumento das interdependências entre países; pela automação; pelo desenvolvimento do setor terciário; pela modificação da estrutura hierárquica das empresas; etc. Por essa razão, tomando como base os estudos de Braslavsky⁶⁴, uma educação de qualidade seria aquela que, essencialmente, permitisse aos indivíduos beneficiarem-se, equitativamente, desse novo cenário, evitando o fortalecimento e a proliferação de fatores negativos.

Nesse contexto, o ensino adquire suma relevância, pois está intrinsecamente comprometido com o desenvolvimento e a atuação de competências nos indivíduos, isto é, com a formação de pessoas qualificadas para o mundo do trabalho, bem como para o exercício consciente da cidadania. Além disso, ao considerar que “o saber e a informação dominam cada vez mais todos os setores da atividade humana, a aprendizagem torna-se a chave do progresso”⁶⁵, isto é, do desenvolvimento social, político, cultural e econômico dos países.

Sendo assim, Hughes⁶⁶ afirma que a escola precisa estar consciente do seu compromisso em “proporcionar a todos uma base suficiente, a partir da qual cada um possa adquirir as competências individuais e especializadas de que necessita”. Todavia, muito são os jovens que criticam o ensino propedêutico tão presente na maioria das escolas, alegando que estas estão mais preocupadas com a preparação para o vestibular do que para a vida, o que enfatiza, mais uma vez, a distância percebida entre os conteúdos e metodologias adotadas pela escola e as necessidades da vida prática⁶⁷. Então, a escola desse século precisa dar conta da complexa tarefa de colocar em prática seus discursos de uma formação integral, que atente a todos os indivíduos nas várias esferas sociais que necessita, estando permeada por princípios éticos e técnicos. Éticos pelos valores imprescindíveis à formação cidadã e a consolidação de

⁶⁴ BRASLAVSKY, Cecília. Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI. São Paulo: Moderna, Brasília: Unesco, 2005.

⁶⁵ PAPADOPOULOS, George S. **Aprender para o século XXI**. In: DELORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

⁶⁶ HUGHES, Phillip. **Objetivos, expectativas e realidades da educação para os jovens**. In: DELORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

⁶⁷ ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Estar no papel: cartas dos jovens do Ensino Médio**. Brasília: Unesco: INEP, 2005.

um mundo melhor. Técnicos pela necessidade de instrumentalizar os indivíduos para que respondem às novas demandas e manuseie competentemente os novos aparatos tecnológicos, enfatizando o saber fazer, diretamente relacionado ao mundo do trabalho.

Saber se adaptar aos novos paradigmas e enfrentar os desafios desse século pode ser uma questão de sobrevivência, principalmente se levarmos em consideração o elevado grau de competitividade, a enorme demanda por pessoas criativas e flexíveis e a necessidade de aprender permanentemente – construindo e desconstruindo saberes e valores. Assim, a inserção social requer, cada vez mais, a aquisição de saberes estratégicos, repassando para as instituições educativas a complexa tarefa de formar profissionais para um mercado mutante e de características imprevisíveis: “no caso do Brasil, muitas empresas estão substituindo trabalhadores de baixa escolarização por pessoas mais qualificadas mantendo o mesmo salário”⁶⁸. Pior do que isso é a regressão intergeracional que se tem percebido nos últimos anos, principalmente no que diz respeito ao rendimento, vez que, “na maior parte das vezes, os jovens não conseguem obter condições de vida e trabalho superiores às de seus pais, mesmo possuindo níveis de escolaridade e formação profissional superiores”⁶⁹, gerando um sentimento de frustração e fracasso e dificultando o ingresso na vida adulta.

Castells⁷⁰ afirma que, no atual sistema de produção, a mão-de-obra é redefinida de acordo com os níveis de educação dos trabalhadores. De um lado, existe a “mão-de-obra genérica”, que consiste naqueles trabalhadores com conhecimentos especializados e que se tornam obsoletos rapidamente, isto é, são aqueles que executam apenas determinadas tarefas, sem capacidade de autoprogramação e, por isso, são facilmente dispensáveis e substituíveis. De outro lado, tem-se a “mão-de-obra autoprogramável”, composta de trabalhadores com acesso às fontes de aprendizagem e capacidade para redefinir constantemente suas especialidades para a execução de determinadas tarefas. Estes últimos representam um diferencial e não podem ser substituídos tão rapidamente, por isso, possui maior valor agregado.

Nesse contexto, é possível destacar, mais uma vez, o papel da escola, tendo em vista que a educação voltada apenas para a transmissão de conteúdos contribui somente para a formação de um exército de “mão-de-obra genérica”, completamente despreparada para as demandas do mundo de hoje, onde os conhecimentos tornam-se obsoletos rapidamente. Logo,

⁶⁸ WERTHEIN, Jorge. **Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas**. Brasília: UNESCO, 1999 (Série Educação; v. 3).

⁶⁹ POCHMANN, Marcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2006.

⁷⁰ CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

a capacidade de aprender continuamente e permanentemente torna-se um fator indispensável para a formação da “mão-de-obra autoprogramável”, que adapta facilmente às mudanças e que, por isso, torna-se imprescindível ao mercado atual.

Péano⁷¹ acrescenta que “quanto mais elevado é o nível de educação de uma pessoa, melhores são suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e suas chances de obter uma boa remuneração e outras vantagens sociais”. Portanto, já não basta ter curso superior, é preciso investir em cursos de extensão, pós-graduação, línguas estrangeiras, informática e muito mais.

O profissional de hoje precisa ser polivalente, isto é, capaz de exercer mais de uma função ou migrar rapidamente de uma função para outra – exemplo disso é o fato de que uma secretária que antes era contratada apenas para atender ao telefone, hoje precisa saber também receber um cliente, emitir uma nota, consultar dados no computador, entre outras atribuições diárias. Então, a educação escolar, especialmente o ensino médio e/ou profissional, necessita integrar-se a essa nova realidade, sendo capaz de responder às novas exigências sociais e profissionais.

Nessa perspectiva, Dubet⁷² ressalta que a oferta escolar não é uniforme, isto é, não produz sempre os mesmos resultados para todos, o que fica explícito no fato de alunos com maiores dificuldades e/ou menores rendimentos serem encaminhados, muitas vezes de maneira informal, para escolhas mais desvalorizadas socialmente, ao tempo que aqueles que apresentam maior rendimento são direcionados para as carreiras de maior prestígio. Justifica-se tal posicionamento a partir do princípio da meritocracia, que estabelece como critério de seleção ou exclusão os méritos individuais. Dessa maneira, responsabiliza-se apenas o aluno pelo próprio sucesso ou fracasso, alegando que a escola é a mesma para todos, logo, este é um sistema justo. Contudo, as diferenças individuais, sociais, políticas, históricas e culturais são completamente desconsideradas.

Dubet⁷³ afirma ainda que o fato da escola garantir o acesso a todos, não significa que todos têm as mesmas oportunidades, uma vez que “seria uma ilusão imaginar que todos os diplomas têm a mesma utilidade”. Ou seja, é sabido que determinadas escolas agregam maior valor aos seus diplomas, muitas vezes por causa da infra-estrutura do prédio, da qualificação

⁷¹ PÉANO, Serge. **O financiamento dos sistemas educacionais**. In: DOLORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

⁷² DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

⁷³ DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set/dez. 2004.

do corpo docente, da disponibilidade de acesso a diversos e diferentes recursos didáticos e tecnológicos, entre outros fatores.

Entretanto, a educação deve objetivar também a redução das assimetrias sociais e a democratização das oportunidades, contribuindo para a construção de um mundo mais justo para todos. Nesses sentidos, Papadopoulos⁷⁴ considera que a educação escolar tem suscitado, sucessivamente, como a chave da prosperidade econômica e futura, como o instrumento privilegiado da luta contra o desemprego, como o motor do progresso científico e tecnológico”.

Contudo, Rodrigues⁷⁵, ao escrever sobre Weber e sua visão desencantada do mundo, expressa que a educação “passa a ser, na medida em que a sociedade se racionaliza, historicamente, um fator de estratificação social, um meio de distinção, de obtenção de honras, de prebendas, de poder e de dinheiro”. Dessa maneira, o conhecimento se tornou uma importante fonte de poder da contemporaneidade e, conforme aponta Tedesco⁷⁶, ele pode produzir tanto fenômenos de maior igualdade social, quanto de maior desigualdade, isto devido às novas formas de organização do trabalho, que requerem mão-de-obra cada vez mais especializada e, por isso, absorve com garantias de segurança no emprego uma parcela reduzida da população, deixando a maioria em condições de muita precariedade ou de exclusão.

Assim, segundo Tedesco⁷⁷, existe uma maior igualdade entre aqueles que estão incluídos, vez que as relações de autoridade estão sendo rapidamente substituídas por relações mais cooperativas. Simultaneamente, os excluídos estão cada vez mais excluídos, pois, à margem do processo produtivo, sequer têm como se organizarem para lutar por seus direitos, tendo em vista que a relação de exploração está sendo substituída pela exclusão, gerando sentimentos de solidão e marginalidade e, por conseguinte, uma crise do sujeito, que passa a responsabilizar-se por todo seu sucesso ou fracasso.

Mas a educação só serve para qualificar e garantir determinadas posições no mercado de trabalho e na vida social? Qual o tipo de qualificação que tem sido priorizada? Por quê? Qual o preço disso a longo prazo? O que a escola tem feito? A escola é a principal instituição responsável pela formação intelectual, mas isso é suficiente para enfrentar as demandas do século XXI? O que os estudantes do ensino médio pensam a esse respeito?

⁷⁴ PAPADOPOULOS, 2005, p. 20.

⁷⁵ RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁷⁶ TEDESCO, Juan Carlos. **Educar na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2006.

⁷⁷ TEDESCO, 2006, p. 3-8.

Este mundo foi construído pela racionalidade humana, até então fortemente impregnada do imediatismo e da sede de conquista e de domínio da natureza. Todavia, os avanços sociais não acompanharam o mesmo ritmo e, por isso, grande parcela da população continua à margem da sociedade e do desenvolvimento, sem ter suas necessidades básicas atendidas. Werthein⁷⁸ afirma que “a urgência de um novo cenário em escala mundial fundamentado numa ética e num paradigma que permitam a redução das assimetrias e das disparidades na distribuição da riqueza converteu-se em imperativo para evitar o caos”.

Nessa perspectiva, é possível inferir que um novo mundo depende do estabelecimento de novos valores, capazes de consolidar novas relações com os outros e com o meio. Já não é possível garantir a sobrevivência da espécie humana, pois se vive na iminência de guerras nucleares e biológicas, cuja decisão concentra-se nas mãos de uma minoria que detém o poder. Portanto, trata-se de garantir direitos humanos universais, como por exemplo, o direito à vida, à saúde, ao alimento, à educação, à paz, ao emprego, à moradia e à liberdade.

Se as escolas não tomarem para si tais questões, como parte da sua missão, quem as fará? Seria ingenuidade pensar que a educação (e especialmente a escola), sozinha, é responsável por todas as mudanças requeridas, mas é inegável o papel que ela pode desempenhar vez que, ao interferir na formação dos sujeitos que atuam e atuarão no mundo, tem a capacidade de interferir também nos caminhos e, conseqüentemente, nos resultados futuros. Assim, sabendo dos limites da escola, faz-se necessário refletir um pouco mais sobre a função social dessa instituição no século XXI, bem como o envolvimento e a participação dos jovens nesse processo.

2.2. A juventude e a função social da escola no século XXI

A escola não é o único lugar para o desenvolvimento e para o exercício da cidadania; existem muitos outros espaços capazes de despertar o indivíduo para o conhecimento, para a reflexão, para a inserção na sociedade, principalmente porque o aprendizado se inicia muito antes de se frequentar uma unidade escolar. Todas as experiências de vida, bem como o contato com outros espaços de socialização imprimem valores, sentimentos, reflexões e a aquisição e/ou aprimoramento de diversos conhecimentos. Dessa maneira, as relações com os saberes são construídas continuamente, a partir das experiências vividas nos diversos

⁷⁸ WERTHEIN, 1999, p. 28.

contextos. Assim, pode-se dizer que “não se vai à escola para aprender, mas para continuar a aprender”⁷⁹.

Contudo, a escola representa um novo universo, em que, de maneira específica, novos conteúdos e novas condutas são requeridos. Além disso, é preciso considerar o crescente número de pais que precisam trabalhar fora e, com isso, delegam para a escola a responsabilidade pela formação moral e intelectual de seus filhos. Muitos ainda questionam que esta não é (ou nunca foi) uma tarefa da escola, no entanto, é impossível negar essa realidade, fingir que ela não existe em nada contribui para resolver os problemas que emergem dessa situação. De acordo com Papadopoulos⁸⁰:

Segundo pesquisa intitulada *O jovem, o saber e a escola: uma preocupação social no Brasil*⁸¹, feita com jovens de 13 a 17 anos de idade de escolas públicas da periferia de São Paulo, a escola é o principal espaço de convivência social, sendo importante adquirir saberes relacionados a essa sociabilidade, ou seja, aqueles referentes ao respeito pelas pessoas e pelos espaços públicos, por exemplo – explicitando que tais atitudes devem ser aprendidas no contexto familiar, com os amigos e também na escola.

Corroborando com essa idéia, pesquisa realizada por Franco e Novaes⁸² a respeito das representações que os jovens têm da escola, destaca que a mesma é vista, principalmente, como meio de ascensão social, mas também como um ambiente onde se faz amigos.

Em contrapartida, os jovens apontaram que a escola reduz sua atividade apenas aos ensinamentos intelectuais, à sua tarefa de ensinar a “ler e a escrever”. Nesse contexto, “o conjunto de valores que eles se referem como importantes para suas vidas está relacionado a uma “educação” que aparentemente não tem lugar na escola”⁸³.

Caliman⁸⁴ diz que a escola “se encontra na obrigação de fazer as contas com um novo tipo de tarefa formativa, em confronto com a velha concepção de escola vista prevalentemente como agência de transformação cultural e de instrução”. Nesse sentido, é preciso articular os saberes escolares aos saberes da vida cotidiana, estabelecendo um estreito vínculo entre o sujeito social e o sujeito do conhecimento, capaz de agir em benefício de sua sobrevivência e

⁷⁹ CHARLOT, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

⁸⁰ PAPADOPOULOS, 2005, p. 24.

⁸¹ CENPEC; LITTERIS. **O jovem, a escola e o saber: uma preocupação social no Brasil**. In: CHARLOT, Bernard (Org.). *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

⁸² FRANCO, Maria Laura P. B.; NOVAES, Gláucia Torres. F. **Os jovens do ensino médio e suas representações sociais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 167-183, mar. 2001.

⁸³ CENPEC; LITTERIS, 2001, p. 47.

⁸⁴ CALIMAN, Geraldo. **Por uma teoria das diversidades humanas**. Desafios, riscos, desvios: adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte. Brasília: Unicef, 1998.

da dos outros, respeitando os princípios éticos e os limites da ação humana. Portanto, a razão de ser da escola consiste em promover a formação do sujeito crítico, autônomo, criativo, historicamente situado, informado, responsável, ético, solidário e agente transformador do seu tempo e da sua história.

Para tanto, o educador precisa tomar consciência da importância social de seu trabalho e começar a dar uma dimensão transformadora à sua ação, tendo clareza dos ideais que defende, do “por quê?”, “para quê?” e “para quem?” trabalha, ou seja, que tipo de cidadão ele quer formar e para atuar em que tipo de sociedade.

Nesse sentido, Werthein⁸⁵ acrescenta que a exigência de um novo modelo educacional para um mercado cada vez mais complexo requer, sobretudo, educadores formados a partir de novos paradigmas, que contemplem as características do atual sistema produtivo como, por exemplo, a substituição de estruturas hierárquicas extremamente rígidas mais horizontais, a procura por profissionais que saibam trabalhar em grupo, que sejam líderes, tenha iniciativa, autonomia e boa comunicação. Assim, o professor figura-se como importante personagem, devendo criar situações de encorajamento capazes de despertar os indivíduos para um novo agir, onde todos são co-responsáveis pelo processo de construção do saber.

Para isso, torna-se fundamental entender que a escola está inserida num mundo globalizado, comandado por leis de mercado que mudam velozmente e com uma força assustadora. Ou seja, é impossível ignorar a influência dos fatores políticos, econômicos e sociais na educação. Todavia, mais do que um reflexo da sociedade, a escola também pode ser um importante veículo para a construção de um mundo melhor, pois a educação está sempre carregada de um projeto político; ela sempre está voltada à articulação da racionalidade com um modelo de ética ou com um conjunto de referenciais valorativos que servem, explícita ou implicitamente, a alguma intenção. Vale dizer que a educação está sempre comprometida em suas práticas, conscientemente ou não, com formas de organização e de participação das pessoas nos destinos da sociedade em que estão inseridas e na vida política das instituições.

Sendo assim, Werthein destaca a redução no número de matrículas do ensino médio e o fato de 27% dos jovens, entre 15 e 24 anos de idade, estar sem atividades educacionais ou profissionais. Para Werthein, essas são dados preocupantes, pois contraria a progressiva da oferta e gratuidade do ensino médio estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, art. 4, inciso II) e também alerta que, ao conceber a educação como um “antídoto contra a pobreza e a exclusão social”, ter jovens fora da escola compromete a

⁸⁵ WERTHEIN, 1999, p. 65.

inserção dos mesmos na vida adulta, gerando, por conseguinte, efeitos negativos para a instalação de uma maior justiça socioeconômica, bem como para o desenvolvimento do país frente aos desafios do mundo globalizado.

Afinal, qual a função social da escola na opinião dos jovens? Qualificar para competir no mercado de trabalho? Preparar para os exames vestibulares e para o ingresso no ensino superior? Formá-los cidadãos críticos, conscientes e agentes transformadores da realidade social? Formentar a consolidação de novos valores para a construção de um mundo melhor?

Ao permitir a participação da juventude nos rumos da educação, abre-se a possibilidade de trabalhar cooperativa e solidariamente na construção de resultados futuros, partindo da premissa que todos são cidadãos responsáveis pelo mundo que se tem e pelo mundo que se quer ter, devendo, para isso, participarem crítica e ativamente das decisões e consequentemente, dos rumos políticos, econômicos e sociais de seu país.

2.3. Juventude e políticas públicas

Este tópico traz uma análise da presença e participação da juventude no campo político na sociedade brasileira contemporânea. A preocupação com a dimensão da participação política da juventude, é necessária para seu desenvolvimento integral e inserção social.

A participação política dos jovens está interligada com sua construção enquanto sujeitos do direito e cidadania, para que se tornem atores sociais capazes de assumir plenamente seu lugar na sociedade, contribuindo para modificar seu meio social e realizar seus projetos de vida. Esse ideal aponta para a necessidade de requisitos para uma socialização satisfatória, com capacidade de vínculos, identificação e integração com um projeto de sociedade.

2.3.1. Diferentes paradigmas nas políticas públicas de juventude

Chillán⁸⁶ define uma política pública para juventude como um sistema público que aborda as preocupações sociais relativas aos jovens de um país ou de uma região: um sistema que integra organicamente um discurso ou representação social do sujeito, em que se define a

⁸⁶CHILLÁN, Yuri. **Morfologia e cenários das políticas públicas para a juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino-americana.** In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro.* São Paulo: Peirópolis, 2006, p. 59-106.

cobertura social e geográfica, os problemas e as necessidades, assim como as demandas sociais que o Estado assume.

Krauskopf⁸⁷, conforme quadro 1, identifica quatro paradigmas acerca das diferentes concepções sobre a juventude e estabelece sua relação com as políticas públicas:

Quadro 01 – Paradigmas nas Políticas de Juventude

Paradigmas	Políticas de Juventude
Juventude como etapa de preparação – transição entre a infância e a idade adulta.	<ul style="list-style-type: none"> - Voltadas à preparação para a idade adulta, com foco na aquisição de experiências. - Vinculação do jovem com as instituições de transição ao mundo adulto. - Definidas a partir da crise. - Destaque para as políticas de educação e qualificação profissional – o serviço militar também pode ser visto a partir dessa perspectiva.
Juventude como etapa problemática.	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas compensatórias e focalizadas, predominantemente nas áreas de saúde e justiça. - Predomínio de temas como violência, drogas e gravidez precoce.
Juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos nos jovens como capital humano e capital social fundamentais para o desenvolvimento do País.
Juventude cidadã como sujeito de direitos.	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com as outras políticas públicas, visão integral do jovem. - Inclusão dos jovens como sujeitos explícitos de direitos civis, políticos, culturais, sociais e econômicos. - Permitir que os jovens exerçam plenamente sua condição de cidadão.

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Krauskopf (2003); Abramo (2005).

Em relação ao primeiro paradigma, juventude como uma etapa preparatória, Abramo⁸⁸ e Krauskopf⁸⁹ apontam as seguintes limitações: embora calcada em uma perspectiva universalista, não se preocupa com as desigualdades existentes entre os jovens, assumindo uma homogeneidade de comportamentos e experiências que não existe. Não há como supor que a preparação de um jovem de classe média possa ser a mesma que a de um rapaz trabalhador. Além disso, este enfoque não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o foco está em sua preparação para o futuro.

Abad também critica essa visão, pois defende a juventude como uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, não necessariamente ligadas à ideia de transição. Para o autor: “a juventude passa, mas também fica”⁹⁰.

⁸⁷ KRAUSKOPF, Dina. **La construcción de políticas de juventud em Centroamérica**. In: LEÓN, Oscar (Ed.). Políticas públicas de juventud em América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

⁸⁸ ABRAMO, Helena. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virginia (Org.). Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, Pesquisa e Informação, 2005.

⁸⁹ KRAUSKOPF, 2003, p. 11-15.

⁹⁰ ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude**. In: FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda (Org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

Esta visão do jovem como sujeito em preparação é predominante não só nas ações estatais, mas também nas atividades desenvolvidas pela sociedade civil: “a abordagem principal é aquela orientada pela idéia de formação, e a relação que os adultos (os militantes, técnicos e “funcionários” das ONGs) estabelecem com os jovens, em qualquer projeto desenvolvido, é a de “educadores”⁹¹.

O entendimento da juventude como etapa problemática centra sua análise nos comportamentos de risco e nas transgressões que, por sua vez, geram políticas focalizadas e de caráter compensatório. Nesse paradigma, ressalta-se, por meio de indicadores, a vulnerabilidade dos jovens: são os que mais matam e os que mais morrem; concentram os maiores índices de desemprego; o quantitativo enorme de jovens fora da escola; etc. Ou seja, busca-se caracterizar a precariedade da condição juvenil e, a partir daí, justificar a existência de programas e ações. Essa visão é reiteradamente reforçada pela mídia, por intermédio de eventos de comoção nacional – sendo o maior exemplo o caso das febens no estado de São Paulo.

Segundo Abramo⁹², a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problemas”: como objeto de falha, distinção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. A principal crítica a esta abordagem é a estigmatização da juventude.

No terceiro paradigma, o jovem é visto como um ator estratégico para o desenvolvimento nacional, o que justifica os investimentos em capital humano e social. Thompson⁹³, ao analisar a situação dos jovens na América Latina e Caribe, afirma que a questão que se coloca não é como transformar os jovens, mas sim como os jovens podem contribuir para transformar a sociedade. A principal justificativa para essa ênfase é a “onda jovem”, fruto do peso demográfico dos jovens na estrutura etária dos países. As agências de cooperação e os organismos internacionais estão entre os principais responsáveis pela difusão dessa visão.

Para Abramo⁹⁴, “esta concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas”. No entanto, torna-se o modelo de desenvolvimento como um dado e não se faz a discussão de como os jovens se inserem neste

⁹¹ TOMMASI apud ABRAMO, 2005, p. 24-25.

⁹² ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

⁹³ THOMPSON, 2006, p. 35.

⁹⁴ ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

contexto. Além disso, transfere-se para o jovem uma grande responsabilidade pela mudança social, como pode ser verificada na frase de Thompson⁹⁵ “seu papel deve ser reconhecido e fortalecido, de forma que os transforme numa alavanca decisiva para combater a pobreza e o subdesenvolvimento”.

Por fim, a perspectiva da juventude cidadã, entendida como sujeito de direitos, reconhece a singularidade desta etapa e considera, de forma integral, as necessidades e as especificidades dos jovens, assim como sua capacidade de contribuição e participação. Há claramente uma influência do movimento que trata da infância e adolescência, que, pioneiramente, concebeu as crianças e os jovens enquanto sujeitos de direitos e, assim, rompeu com a ultrapassada doutrina da situação irregular.

Abad⁹⁶ destaca que nessa perspectiva reconhece-se a capacidade dos jovens de construir objetivos pessoais e coletivos, de comunicar e defender publicamente a legitimidade de seus interesses e necessidades, enfim, de atuar com plena consciência de seus direitos, a partir de um pensamento crítico, autônomo e emancipador, em um autêntico processo de “cidadanização”.

Carvalho⁹⁷ desdobra a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis, os primeiros a se desenvolver, de acordo com a cronologia de Marshall para a Inglaterra, são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade. E os direitos sociais, também chamados de terceira geração, objetivam garantir a participação na riqueza coletiva, com a redução das desigualdades sociais.

Segundo formulação do Conjuve⁹⁸, a noção de jovens como sujeito de direitos surge da combinação entre os direitos individuais e os direitos difusos, com o reconhecimento e a valorização da diferença e das identidades coletivas: “o reconhecimento dos direitos da juventude envolve seu desenvolvimento integral (direitos civis e sociais), o que é de interesse de toda a sociedade, e contempla também a valorização da diferença e das múltiplas identidades coletivas (direitos difusos)”.

Trata-se, contudo, de um debate ainda em curso, pois conforme pontua Abramo⁹⁹: “no Brasil, tal perspectiva ainda não adquiriu visibilidade para os jovens propriamente ditos, uma vez que não se logrou ainda delimitar quais são os processos específicos de sua condição que

⁹⁵ THOMPSON, 2006, p. 10.

⁹⁶ ABAD, 2003, p. 17.

⁹⁷ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹⁸ FREITAS, 2007, p. 7-8.

⁹⁹ ABRAMO, 2005, p. 22.

remetem a direitos que os singularizam e se diferenciam dos direitos definidos para os outros segmentos.”

O quadro 2, construído a partir de Abad¹⁰⁰, auxilia a distinção entre as perspectivas dos jovens enquanto atores estratégicos para o desenvolvimento e enquanto sujeitos de direitos.

Quadro 2 – Relação entre a concepção de juventude e paradigmas

Concepção de juventude – categorias	Ator estratégico do desenvolvimento	Sujeitos de direitos
Enfoque	Os jovens	As relações entre as gerações
Problema político	Exclusão dos jovens do mundo adulto	A desigualdade nas relações sociais adulto-jovem
Meta	Integração dos jovens na sociedade	Autonomia e autodeterminação dos jovens
Orientação política	Reprodução da sociedade	Mudança social e política
Concepção de desenvolvimento	Produção de capital humano e capital social	Geração de capacidade humana
Ênfase prioritária	Competitividade/modernização	Auto-estima/capacitação
Valor ético	A experiência (como acumulação) do adulto	A experimentação (como vivência) da cidadania
Políticas a serem adotadas	Integração	Autovalorização

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Abad (2003)

Bango¹⁰¹, por sua vez, distingue quatro tendências no desenvolvimento histórico das políticas de juventude: a incorporação dos jovens nos processos de modernização; o enfoque do controle social; o enfoque do jovem problema e o enfoque dos jovens como capital humano. A primeira etapa situa-se, em geral, na década de 50, quando ocorre, na maioria dos países da América Latina, um processo de incorporação maciça dos jovens ao sistema educativo. Tradicionalmente e durante muitos anos a resposta que o Estado ofereceu em termos de políticas públicas de juventude foi a educação. Paralelo a essa questão emerge a apreensão estatal com o tempo livre dos jovens.

O enfoque do controle social decorre dos acontecimentos político-sociais das décadas de 60 e 70 e tem como objetivo o controle da mobilização estudantil. Mas, paulatinamente, o foco desloca-se dos jovens estudantes de classe média e para os jovens pobres, excluídos e moradores das periferias das grandes cidades. Começa, então, a partir dos anos 80, a emergir a representação do jovem-problema e, em conseqüência, desenham-se as políticas de compensação social, com forte caráter de contenção social.

¹⁰⁰ ABAD, 2003, p. 11

¹⁰¹ BANGO, Julio. **Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios**. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

Nos anos 90, a preocupação passa a ser a incorporação desses jovens excluídos ao mercado de trabalho. De acordo com Bango¹⁰²: “os jovens são vistos como capital humano que contribui nos processos de crescimento econômico”.

O quadro 3 constrói uma associação entre os quatro paradigmas apresentados anteriormente e os enfoques apontados por Bango¹⁰³:

Quadro 3 – Relação entre enfoque de juventude e paradigmas

Enfoque	Período	Paradigma
Incorporação dos jovens ao processo de modernização	Década de 50	Juventude como etapa de preparação – transição entre a infância e a idade adulta
Enfoque do controle social	Década de 60 e 70	Juventude como etapa problemática
Enfoque do jovem problema	Década de 80	Juventude como etapa problemática
Enfoque dos jovens como capital humano	Década de 90	Juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Abad (2003)

A partir dos pontos de vista apresentados nesta seção, é possível incluir um novo entendimento a partir do ano 2000 – o enfoque da juventude cidadã – centrada na concepção dos jovens enquanto sujeitos de direitos.

2.3.2. A institucionalidade das políticas públicas de juventude na América Latina

A criação de organismos governamentais de juventude, assim como a maioria das ações ligadas ao tema, intensifica-se a partir da década de 90, tendo a Organização Ibero – Americana de Juventude (OIJ) desempenhado um papel fundamental nesse processo, no sentido de incentivar a inclusão da temática juvenil na ordem do dia das reuniões dos chefes de Estados da América Ibérica, que ocorrem a cada dois anos¹⁰⁴.

¹⁰² BANGO, 2003, p. 45.

¹⁰³ BANGO, 2003, p. 51.

¹⁰⁴ KERBAUY, Maria Tereza. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais.** Estudos de Sociologia, São Paulo, v. 18/19, p. 193-206, 2005.

Quadro 4 – Organismos de Juventude por país

País	Nome	Criação	Missão	Área a que é ligado
Argentina	Direção Nacional da Juventude	1987	Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente
Bolívia	Vice Ministério de Assuntos de Gênero, Geracionais e Família.	-	Desenhar	Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Planejamento
Brasil	Secretaria Nacional de Juventude	2005	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Secretaria Geral da Presidência da República.
Chile	Instituto Nacional de Juventude	1991	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério do Planejamento e Cooperação.
Colômbia	Colômbia Jovem*	1994	Desenhar, Coordenar	Presidência da República.
Costa Rica**	Vice-Ministério de Juventude	1996	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério da Cultura, Juventude e Esportes.
Cuba	União dos Jovens Comunistas	1962	Coordenar	Partido Comunista
El Salvador	Secretaria de Estado da Juventude	2001	-	Presidência da República
Equador	Direção Nacional de Juventude	1987	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério do Bem Estar Social
Guatemala	Conselho Nacional de Juventude	1996	Coordenar	Presidência da República
Honduras	Comissão Ordinária de Juventude	1983	Executar, Coordenar	Congresso Nacional.
México	Instituto Mexicano de Juventude	1999	Desenhar, Executar, Coordenar	Secretaria de Educação Pública
Nicarágua ***	Secretaria de Juventude	1994	Desenhar	Presidência da República
Panamá	Ministério da Juventude, da Mulher, da Criança e da Família	1997	Desenhar, Executar, Coordenar	Presidência da República
Paraguai	Vice-Ministério da Juventude	1994	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério da Educação
Peru	Comissão Nacional de Juventude	2002	Desenhar, Executar,	Presidência da República
República Dominicana	Secretaria de Estado da Juventude	2000	Desenhar, Executar, Coordenar	Presidência da República
Uruguai	Instituto Nacional de Juventude	1990	Desenhar, Executar, Avaliar	Ministério dos Esportes e Juventude
Venezuela	Instituto Nacional de Juventude	2002	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério da Educação

Fonte: Cepal (2004)¹⁰⁵

¹⁰⁵ * O Programa Presidencial Colômbia Jovem, criado em 2000, substitui o antigo Vice-Ministério da Juventude.

** O Vice-Ministério da Juventude, criado em 2002, substitui o antigo Movimento Nacional de Juventudes.

*** A Secretaria de Juventude, criada em 2001, substitui o Instituto Nicaraguense de Juventude e Esportes.

Conforme se verifica no quadro 4, a heterogeneidade marca a instituição desses organismos, e, de acordo com a análise da Cepal¹⁰⁶, esse processo de constituição pode ser agrupado da seguinte forma:

- Criação de organismos que se vinculam, perifericamente, a instituições especializadas, e que, portanto, se vêem limitados administrativa e politicamente.
- Criação de organismos especializados que se vinculam a outros ministérios.
- Criação de organismos especializados que se vinculam diretamente à Presidência da República.

Note-se, porém, que Honduras e Cuba apresentam-se como ocorrências excepcionais. No caso hondurenho, a política de juventude é coordenada pelo Congresso Nacional, embora haja, de acordo, com Cepal¹⁰⁷ um projeto de lei que prevê a criação do Instituto Nacional da Juventude. Em Cuba, por sua vez, o Partido Comunista, por intermédio da União de Jovens Comunistas (UJC), é responsável pela preparação cultural, política e ideológica da juventude cubana.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instituir um organismo específico de juventude, o que somente ocorreu em 2005. Bango¹⁰⁸ credita esse atraso relativo ao fato de que a construção de um estatuto da criança e do adolescente centrou o debate e o esforço das gerações anteriores.

¹⁰⁶ CEPAL. Organización Iberoamericana de Juventud. A Juventude em Iberoamérica: tendências e urgências. Santiago, 2004.

¹⁰⁷ CEPAL, 2004, p. 2-5.

¹⁰⁸ BANGO, 2003, p. 5-8.

CAPÍTULO III – REFERENCIAL METODOLÓGICO

Tendo em vista que o principal objetivo deste estudo é investigar a opinião de jovens estudantes do Ensino Médio e Fundamental do Município de Sapucaia do Sul a respeito do papel da escola, da religião e das políticas públicas frente aos desafios do século XXI, este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa de caráter exploratório, vez que buscou ampliar os conhecimentos sobre o assunto, aprimorar idéias e propor encaminhamentos pertinentes.

3.1. Participantes

Tomando como objetivo da metodologia atender a diversidade cultural dos alunos, essa pesquisa consistiu na aplicação de questionários com jovens estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Cecília Meireles.

A escolha da escola foi por motivo de ser professor na mesma e conhecer bem a realidade dos alunos. Os estudantes que responderam à pesquisa foram selecionados ao acaso, sendo os mesmos de diversas séries do Ensino Médio e Fundamental. Cabe salientar que se buscou, dentro do possível, a paridade de gênero dos participantes, afim de garantir que as respostas não tivessem, necessariamente, nenhuma ligação com o gênero, vez que não é objetivo dessa pesquisa estabelecer relação entre as respostas obtidas e o gênero dos participantes.

Com relação ao aspecto da aleatoriedade na designação dos sujeitos, é importante destacar que este fator diz respeito à casualização, entendido como a denominação de objetos de um universo para subconjuntos desse universo, no intuito de garantir que todos os sujeitos possuam a mesma probabilidade de serem escolhidos para representar o todo no subconjunto determinado. Na verdade, não há uma garantia total de que isso aconteça, mas existe uma probabilidade matemática relativamente alta e que valida esse tipo de procedimento. Nesse sentido, o uso da casualização permite ao pesquisador fazer inferências a partir dos resultados alcançados e, com isso, chegar a conclusões sobre teorias e hipóteses.

3.2. Amostra, instrumentos e procedimentos.

Tendo como base a Amostragem Aleatória, foram aplicados questionários compostos de questões fechadas e algumas abertas a um grupo de pelo menos 10% dos estudantes do

Ensino Médio e Fundamental da escola participante, com a finalidade de retratar, segundo a opinião desses jovens, o papel da escola, da religião e das políticas públicas aos desafios do século XXI.

O questionário foi elaborado pelo próprio pesquisador, tomando como base a literatura pertinente sobre o assunto e também a pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania em 2004, sublinhando que esta última se caracteriza como a mais atual e completa investigação feita com jovens no Brasil.

De acordo com Chagas¹⁰⁹, o questionário é um conjunto de questões elaboradas no intuito de gerar dados capazes de alcançar os objetivos de um projeto. Gunther¹¹⁰, afirma que o questionário é o principal instrumento para o levantamento da dados por amostragem, sublinhando que as questões não visam testar a habilidade do respondente e sim identificar a opinião, interesses, aspectos da personalidade, entre outros fatores.

São muitas as vantagens do uso de questionários, dentre elas vale destacar que: a) pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; b) pode ser enviados pelo correio; c) pode abranger uma área bastante ampla; d) possui uma natureza impessoal que contribui para a uniformidade na mensuração dos dados; e) há uma maior confiança dos respondentes com relação ao anonimato, o que, às vezes (dependendo da situação), pode ajudar às pessoas a exprimir mais livremente suas verdadeiras opiniões; f) existe uma menor pressão no que diz respeito à necessidade de respostas imediatas, uma vez que, em geral, o respondente possui um tempo maior para responder o questionário; g) costuma ser mais barato que a maioria dos outros métodos de coleta de dados; h) pode produzir resultados rapidamente¹¹¹.

Da mesma forma, existem algumas desvantagens que precisam ser conhecidas, dentre elas tem-se que: a) exige da maioria dos respondentes um certo grau de escolarização, principalmente nas questões abertas, onde as respostas, além de serem interpretadas, precisam ser escritas; b) há um retorno relativamente baixo, vez que varia de 10% a 50% a devolução dos questionários distribuídos; c) as respostas podem não ser tratadas pelo participante de maneira séria; d) existe, na maioria dos casos, um descompasso entre as opiniões e o

¹⁰⁹ CHAGAS, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

¹¹⁰ GUNTER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. In: PASQUALI, Luiz. (Org.). Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Brasília: LabPAM/IBAPP, 1999.

¹¹¹ SELTZ, Claire et al. **Coleta de dados**. In: _____. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder: EDUSP, 1972.

comportamento das pessoas, e o questionário não permite esse tipo de percepção e avaliação¹¹².

Buscando minimizar as desvantagens listadas acima, todos os questionários foram aplicados aos grupos de estudantes pelo próprio pesquisador, permitindo que os participantes entendessem os objetivos e a relevância da pesquisa, esclarecessem dúvidas e/ou ressaltassem algum dado que julgassem importantes. Tal procedimento também facilitou o retorno dos questionários, pois os mesmos foram recolhidos logo que terminado o preenchimento.

3.3. Análise dos dados

A análise dos dados foi feita de forma quantitativa e qualitativa, a fim de atender aos objetivos deste trabalho de pesquisa.

Nessa perspectiva, procurou-se superar a tradição competitiva entre pesquisa quantitativa e qualitativa, conforme estabelecem Bauer e Gaskell¹¹³ ao descreverem alguns pressupostos nessa direção. Em primeiro lugar, afirmam não haver quantificação sem qualificação, entendendo que a quantificação depende da hierarquização dos dados selecionados dentro de um determinado contexto social. Em segundo lugar, refletem sobre a inexistência de uma análise estatística sem interpretação, pois os dados coletados e tabulados muitas vezes não bastam por si só. Em terceiro lugar, apontam para a necessidade de uma visão mais holística do processo, superando a “lei do instrumento”.

Conclui-se então que a análise qualitativa está presente sempre que interpretações, inferências e categorizações são feitas. Assim, buscando superar a dicotomia existente entre o quantitativo e o qualitativo, esta pesquisa, mesmo fazendo uso de questionários e explicitando os dados por meio de tabelas, buscou analisar todos os resultados também qualitativamente, inclusive mostrando a coerência entre as respostas obtidas por meio dos questionários e as respostas obtidas com os grupos.

¹¹² SELLTIZ, 1972, p. 18-22.

¹¹³ BAUER, Martin W.; GASKELL, Geogre. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO DOS DADOS

Este capítulo concentrar-se-á na descrição dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados, sendo que a análise será feita no próximo capítulo, permitindo um estudo mais aprofundado.

4.1. Caracterização da escola.

A Escola Estadual de Ensino Médio Cecília Meireles, faz parte da rede escolar da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul e localiza-se em Sapucaia do Sul.

Essa escola atende o Ensino Médio e Fundamental regular nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Nesse momento, vale sublinhar que, partindo do pressuposto que o noturno possui características muito específicas, foram sujeitos da pesquisa apenas os alunos dos turnos matutino e vespertino.

Atualmente, a escola atende um total de 1612 alunos divididos nos três turnos, sendo 630 alunos atendidos no matutino, 445 alunos atendidos no vespertino e 537 alunos atendidos no noturno. No turno matutino funcionam 05 turmas de 1º ano, 04 turmas de 2º ano e 04 turmas de 3º ano. No turno vespertino funcionam 02 turmas de 5ª série, 02 turmas de 6ª série, 02 turmas de 7ª série, 02 turmas de 8ª série, 03 turmas de 1º ano, 02 turmas de 2º ano.

O número de alunos nas turmas varia de 30 a 40, sendo que a maioria das salas possui pelos menos 35 alunos.

Em relação aos profissionais, a escola dispõe de 55 professores efetivos, 05 servidores (equipe de secretaria e limpeza), 01 vigias, 03 porteiros, 04 servidores contratados, 01 diretora, 03 vice-diretores e 48 professores de contrato temporário.

A respeito das instalações, a escola possui 19 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 quadra esportiva, biblioteca, sala dos professores, sala de coordenação, diretoria, sala de apoio, secretaria, sala de multimídia, banheiros, cantina, pátio e estacionamento para os professores e funcionários.

As salas de aula são amplas, mas, para que tenham iluminação adequada, dependem da energia elétrica também durante o dia. Não há estímulos visuais nas paredes e o mobiliário, em sua maioria, está precisando de reformas.

A quadra de esportes precisa de reformas. O laboratório de informática possui 10 computadores que apenas acessam a internet, pois são antigos e não aceitam outros programas. A sala de multimídia dispõe de duas televisões de 29 polegadas, dvd, vídeo e som.

Em geral, o laboratório de informática fica à disposição dos alunos para realizarem pesquisas no período contrário às aulas, com exceção de quando há reserva por algum professor.

4.2. Identificação dos discentes

A escola possui 1075 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino e, conforme apontado na metodologia, foram aplicados questionários a 10% desse público, ou seja, 107 questionários.

Dentre os jovens pesquisados, 50 alunos (46,7%) eram do sexo feminino e 57 alunos (53,3%) eram do sexo masculino, conforme mostra a tabela nº 1.

As idades distribuíram-se da seguinte forma: 72 alunos (67,3%) tinham entre 15 e 17 anos; 26 alunos (24,3%) possuíam entre 18 e 20 anos e 09 alunos (8,4%) tinham entre 21 e 24 anos, conforme aponta a tabela nº 2.

Quando perguntamos se os pais sabiam ler ou escrever, 03 alunos (2,8%) responderam que somente o pai sabia; 07 alunos (6,54%) responderam que somente a mãe sabia; 88 (82,2%) responderam que os dois sabiam; 03 alunos (2,8%) responderam que somente o responsável sabia; 04 alunos (3,74%) responderam que somente o(s) irmão(s) e/ou irmã(s) sabia(m) e 02 aluno (1,87%) não respondeu, conforme demonstra a tabela nº 3.

A respeito das condições de moradia, 107 alunos (100%) declararam possui em suas casa banheiro e televisão; 106 alunos (99,7%) possuíam geladeira; 105 alunos (98,13%) possuíam telefone; 65 alunos (60,7%) possuíam vídeo; 93 alunos (86,9%) possuíam dvd; 61 alunos (57%) possuíam computador; 47 alunos (43,9%) possuíam internet; 104 alunos (97,2%) possuíam livros; 66 alunos (61,7%) possuíam carro próprio e 100 alunos (93,46%) possuíam aparelho de som, conforme aponta a tabela 4.

Ao perguntar se já haviam parado de estudar alguma vez, 100 alunos (93,46%) responderam que não e 7 alunos (6,54%) responderam que sim, devido a diversos fatores, dentre eles cabendo destacar: situação de depressão, falta de condições do antigo local de moradia, falta de vagas, dificuldade para conciliar o trabalho em tempo integral com o estudo e também o desinteresse pelos estudos, conforme a tabela nº 05.

A partir das respostas obtidas, foi perguntado aos que já pararam de estudar o que os fez retornar os estudos e as principais respostas foram: a necessidade de obter conhecimento e de lutar pelos sonhos, influência da professora e conciliação entre trabalho e estudo.

4.3. Juventude, trabalho e escola.

Ao perguntar se trabalhavam, 54 alunos (50,5%) responderam que não; 40 alunos (37,4%) responderam que não trabalhavam, mas que estavam procurando emprego; 5 alunos (4,67%) responderam que trabalhavam de vez em quando e 8 alunos (7,48%) responderam que trabalhavam todos os dias, conforme a tabela nº 6.

Entre estes últimos, que trabalham, 6 alunos (46,15%) declararam receber menos de um salário mínimo mensal; 5 alunos (38,46%) entre um e dois salários mínimos e somente 2 alunos (15,38%) recebia entre dois e três salários mínimos, conforme a tabela nº 7.

Ao perguntar o que era mais importante para conseguir um emprego, a grande maioria destacou, em primeiro lugar (68,6%), a importância da escolaridade; em segundo lugar (37,2%), a experiência profissional e, em terceiro lugar (17,4%), a responsabilidade, conforme demonstra a tabela nº 8.

Em seguida, foi perguntado o que, na opinião desses jovens, a escola ajuda a desenvolver e/ou adquirir para conseguir um emprego. Os fatores mais destacados foram: escolaridade (85,3%), aprender a trabalhar em equipe (69,8%) e responsabilidade (62,4%), conforme a tabela nº 9.

4.4. Ocupação dos jovens fora do horário da escola

Quando perguntados se exercem ou não, regularmente, alguma atividade fora do horário da escola, 60 alunos (56,1%) responderam que sim e 47 alunos (43,9%) responderam que não faziam nada, conforme a tabela nº 10.

Dentre os jovens que exerciam alguma atividade fora do horário da escola, (79,43%) trabalhavam; 07 alunos (6,54%) faziam curso de língua estrangeira; 11 alunos (10,3%) freqüentavam academia de ginástica; 20 alunos (18,7%) praticavam algum esporte; 14 alunos (13,1%) faziam curso de informática; 06 alunos (5,61%) faziam curso preparatório para concursos; 08 alunos (7,48%) faziam curso pré-vestibular; 03 alunos (2,8%) faziam outros cursos; 10 alunos (9,3%) ajudavam nos afazeres domésticos; 05 alunos (4,67%) cuidavam de

irmão(s) ou irmã(s); 01 aluno (0,93%) faziam outras coisas (estudavam na biblioteca pública), conforme mostra a tabela nº 11.

Com relação à ocupação do tempo nas horas vagas, a maioria dos alunos respondeu que preferia ouvir música. A distribuição das respostas se encontra na tabela nº 12.

4.5. Percepção dos discentes sobre a importância dos locais e/ou instituições que frequenta.

Quando perguntados a respeito da importância dos principais locais e/ou instituições frequentados, a grande maioria dos jovens da escola apontou, em primeiro lugar (48,3%), a família e, em segundo (38,2%) e terceiro lugar (25,8%), a escola, conforme mostra a tabela 13.

4.6. Percepções dos discentes sobre o futuro e as inseguranças da juventude.

As maiores preocupações apontadas pelos jovens da escola pública a respeito do futuro foram, respectivamente: fazer um curso superior (32,6%), conseguir um emprego (22,6%) e, em terceiro lugar, melhorar as condições de vida da família (20,2%), conforme mostra a tabela nº 14.

Ao perguntar o que mais produz insegurança em uma pessoa jovem, os principais fatores apontados pelos jovens estudantes da escola foram, respectivamente: a violência (43,1%), o desemprego (34,2%) e as drogas (16,9%), conforme mostra a tabela nº 15.

4.7. Os desafios do século XXI segundo a opinião dos jovens

Quando perguntados a respeito dos maiores desafios a serem enfrentados no século XXI, destacou-se, mais uma vez, a violência em primeiro lugar (21,1%) e o emprego (ou futuro profissional) em segundos (17,4%) e terceiro lugar (19,9%), conforme mostra a tabela nº 16.

4.8. A escola e o dia-a-dia da juventude

Ao perguntar se os conteúdos da escola ajudavam no dia-a-dia, a grande maioria dos alunos (88,5%) respondeu que sim, conforme mostra a tabela nº 17.

Os principais fatores apontados pelos alunos com relação à contribuição dos conteúdos para o dia-a-dia foram porque os mesmos: preparam para concursos públicos, provas e exames vestibulares; representam lições de vida; contribuem na formação da responsabilidade; preparam para o futuro; ensinam a viver em sociedade; contribuem para compreender melhor a realidade e a vida; geram oportunidades (inclusive, de emprego); contribuem para a inserção no meio social e cultural; ensinam a enfrentar melhor os problemas; atualizam as informações de acordo com os acontecimentos atuais; estimulam o aprendizado; possibilitam partilhar conhecimentos com outras pessoas; desenvolvem a criticidade; afastam alunos da violência e contribuem na percepção da concorrência e desigualdade social.

Aqueles que responderam não perceber nenhuma contribuição dos conteúdos para o dia-a-dia apresentaram as seguintes justificativas: despreparo das escolas públicas para o vestibular (em relação às escolas privadas); falta de entendimento do conteúdo ensinado; falta de investimento na relação aluno-sociedade e restrição dos conteúdos, que ignoram os aprendizados necessários à vida.

Quando perguntados para que serve a escola, a maioria dos jovens considerou, em primeiro lugar, a mesma importante para a constituição da cidadania (20,6%) e para a aprovação no vestibular (19,9%). Em segundo e terceiro lugar os jovens indicaram que a escola serve para conseguir um emprego (24,8% e 21,5%, respectivamente), conforme a tabela nº 18.

Ao perguntar se a escola atende ou não aos desejos e objetivos pessoais, 20 alunos (18,69%) responderam que sim, 40 alunos (37,38%) responderam que não, 40 alunos (37,38%) responderam que às vezes e 7 alunos (6,55%) não responderam, conforme tabela nº 19.

Os alunos que sentiam seus desejos e objetivos pessoais atendidos destacaram que a escola: ensina coisas novas; prepara para o vestibular; oferece a oportunidade de estudar; ajuda os alunos a serem mais comunicativos; prepara para o futuro; prepara para o mercado de trabalho e usa bons métodos de ensino.

As principais justificativas apontadas pelos alunos que não sentiam os seus desejos e objetivos pessoais atendidos foram: ensino de baixa qualidade; não escutam a opinião dos

alunos; falta de estrutura e/ou materiais; falta de preparo profissional e dificuldade de diálogo entre os alunos e os profissionais da escola.

Por fim, aqueles que responderam às vezes, justificaram dizendo que sentem seus desejos e objetivos pessoais atendidos quando a escola: promove festas, gincanas e/ou feiras culturais para os alunos; dá oportunidade para os alunos se expressarem; prepara para o vestibular; existe diálogo entre professores e alunos; permite fazer amigos e contribui para que os alunos tenham uma visão mais clara sobre a realidade.

No que se refere ao atendimento dos desejos e objetivos profissionais, 56 alunos (46,3%), isto é, a maioria, responderam que não se sentem atendidos, conforme mostra a tabela nº 20.

Os jovens que afirmaram ter seus desejos e objetivos profissionais atendidos destacaram, dentre outros motivos: capacitação e conhecimentos oferecidos pela escola; preparação para o vestibular e concursos públicos; atualização de informações sobre o mundo atual; incentivo a lutar pelos ideais profissionais; informações sobre as profissões e qualidade do ensino.

Aqueles que afirmaram não ter seus desejos e objetivos profissionais atendidos ressaltaram que é porque: a escola preocupa-se apenas em passar os alunos no exames; insuficiência dos conteúdos; falta de oportunidades para estágio; inexistência da educação profissional na escola; falta de informações a respeito das profissões; precariedade dos métodos de ensino e falta de relação entre os conhecimentos aprendidos e a aplicabilidade dos mesmos no mercado de trabalho.

Por último, aqueles que relataram ter seus desejos e objetivos profissionais atendidos às vezes, disseram que é quando a escola oferece: apoio para os alunos; aulas interessantes; oportunidades de estágio; conhecimentos que servirão para o futuro; e atividades relacionadas ao futuro profissional.

No tocante às contribuições da escola para o exercício da cidadania, a grande maioria, isto é, 70 alunos (65,42%), afirmou sentir tais contribuições, conforme mostra a tabela nº 21.

Cabe destacar que, segundo a opinião dos jovens, a escola contribui para o exercício da cidadania de diversas maneiras, dentre elas: ensinando a conviver em sociedade; estimulando a fazer as coisas certas; fazendo os alunos conhecerem seus direitos e deveres de cidadãos; preparando para o futuro e os respectivos problemas da vida; mostrando o caminho da ética e da responsabilidade; ensinando a democracia e estimulando a criticidade.

Os jovens que relataram não sentir nenhuma contribuição da escola para o exercício da cidadania afirmaram, principalmente, que a mesma não estimula os alunos a exercerem seu papel de cidadãos e que este é um tema muito esquecido na escola.

Enfim, aqueles que responderam às vezes, justificaram dizendo que a escola contribui para que os alunos exerçam sua cidadania quando: os professores chamam a atenção de coisas erradas; oportunizam a expressão dos alunos; estimulam a convivência com os colegas; mostram caminhos de sabedoria; e quando a escola demonstra ser cidadã em suas atitudes.

Ao perguntar, em uma questão aberta, que outras necessidades precisavam ser atendidas pela escola, os jovens destacaram que era preciso: investir mais no desenvolvimento profissional; oferecer cursos extras; adotar metodologias mais atrativas, que levassem os alunos a gostar de estudar; oferecer opções de lazer; visitar empresas; atender um número maior de alunos; proporcionar experiências profissionais; fazer convênios com empresas para indicar alunos para estágios; realizar trabalhos e/ou palestras educativas sobre violência, drogas e prostituição; oferecer orientação profissional; ouvir a opinião dos alunos; não permitir falta de professores; ter aulas mais dinâmicas; oferecer esportes e oficinas no período contrário às aulas; buscar professores mais interessados; ter aulas práticas; preocupar-se mais com o vestibular; oferecer melhores condições para os alunos com necessidades educacionais especiais; oferecer melhores subsídios para o trabalho dos professores; adquirir maior quantidade de equipamentos; reduzir a carga horária das aulas; oferecer lanche para os alunos; realizar trabalhos comunitários; investir na inclusão digital dos alunos; proporcionar mais atividades culturais; melhorar a infra-estrutura das quadras de esporte; construir auditório; melhorar as condições dos laboratórios; ter grêmios; e melhorar a comunicação entre professores, diretores e alunos.

4.9. A escola na opinião dos jovens

Foi perguntado aos jovens o que os mesmos entendem por uma escola de qualidade. As respostas concentraram-se, em primeiro lugar, na aprovação dos alunos no vestibular (38%); em segundo lugar, nas notas nas avaliações nacionais (19,9%) e, em terceiro lugar, no corpo docente (19,9%), conforme mostra a tabela nº 22.

Em seguida, indagou-se aos jovens o que os mesmos mudariam na escola caso fosse possível. As respostas destacam, em primeiro lugar (28,9%), a infra-estrutura e, em segundo (18,2%) e terceiro (17,4%) lugares, a relação professor-aluno, conforme mostra a tabela nº 23.

Alguns alunos justificaram suas respostas dizendo que: os alunos não tem vontade de estudar; a situação das escolas públicas é precária; a direção não abre possibilidade de diálogo; e a avaliação, muito fácil, aprova também os alunos não qualificados.

As principais atividades na escola, segundo os jovens, são: festas com a participação da comunidade (52%), palestras (32,2%) e sessões de cinema (27,2%), conforme a tabela nº 24.

Ao perguntar aos alunos se os mesmos consideram a própria opinião importante na escola, 60 alunos (56,07%) responderam que sim, 38 alunos (35,51%) responderam que não e 09 alunos (8,41%) responderam que às vezes, conforme aponta a tabela nº 25.

Os jovens que julgam a própria opinião importante na escola declararam, essencialmente, que a mesma pode contribuir para melhorar a escola e avaliar se estão no “caminho certo”.

Em sequência, foi perguntado se os mesmos participavam das decisões da escola, quando 98 alunos (91,58%) responderam que não e 09 alunos (8,41%) responderam que sim, conforme mostra a tabela nº 26.

Os jovens que afirmaram não participar das decisões da escola justificaram suas respostas dizendo que: a escola não pede a opinião dos alunos; não gostam de expor suas opiniões; há centralidade nas decisões (professores e diretores); e os alunos, muitas vezes, são considerados “crianças bobas”.

Dentre os jovens que participam das decisões da escola, estes declararam que o fazem quando: há reuniões de representantes de turma; eleições; comunicam-se com os “superiores” (diretores, supervisores e professores); questionam as coisas; protestam; e mostram que são pessoas críticas.

Ao perguntar se a escola possuía grêmio estudantil, 14 alunos (18,8%) responderam que sim, 84 alunos (78,50%) responderam que não, 07 alunos (6,54%) disse que não sabia e 2 alunos (1,87%) não responderam, conforme mostra a tabela nº 27.

Dentre os jovens que declararam não haver grêmio estudantil na escola, a maioria afirmou que isso se deve à falta de interesse dos alunos e outra parte declarou que a escola não abre espaço.

Os jovens que disseram ter grêmio estudantil na escola explicaram que as principais atribuições do mesmo são: fazer com que os alunos trabalhem em grupo, trazer informações para a escola e estimular os alunos a lutarem por seus direitos.

Dentre os alunos que responderam que existiam grêmios estudantis na escola, 07 alunos (50%) declararam que não faziam parte do grupo, 05 alunos (35,71%) declararam que faziam parte e 02 alunos (14,28%) não responderam, conforme aponta a tabela nº 28.

Da mesma forma, foi perguntado aos alunos que declararam existir grêmios estudantis, se os mesmos se sentiam representados, quando 10 alunos (71,44%) responderam que não, 02 alunos (14,28%) responderam que sim e 02 alunos (14,28%) não responderam, conforme a tabela nº 29.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados aqui analisados correspondem às categorias expressas na descrição dos dados. Cabe destacar que, devido à extensão deste estudo e aos objetivos apresentados, os resultados aqui analisados deixam abertura para que outros olhares, interpretações e complementações sejam feitos.

5.1. Caracterização da escola

Este estudo preocupou-se em pesquisar a realidade dos jovens da Escola Estadual Cecília Meireles, principalmente sob o ponto de vista econômico, acreditando que este tem uma influência direta nos aspectos sociais e culturais da população, vez que melhores condições econômicas, nos dias de hoje, facilitam o acesso às tecnologias, informações, cursos de línguas, lazer, entre outros fatores socialmente valorizados e que viabilizam a inserção do indivíduo no mundo globalizado em que vivemos.

Com relação ao número de alunos por sala, cabe destacar que a escola pesquisada possui turmas de até 50 alunos. Nesse sentido, considerando a importância do professor procurar atender, sempre que necessário, às especificidades de cada pessoa, é possível afirmar que, quanto maior o número de alunos, menor será o tempo disponível para esse atendimento.

A estrutura física, tanto no que diz respeito à conservação do mobiliário, quanto às condições do laboratório e à quantidade e qualidade dos equipamentos disponíveis. Tomando como exemplo o laboratório de informática, que atende 1.612 alunos, possui apenas 1 laboratório, em precárias condições de funcionamento.

Portanto, não é possível negar a influência de todos esses fatores na qualidade da educação preocupada em preparar os indivíduos para o complexo mundo no qual estão inseridos. Noutras palavras, não basta garantir o acesso à educação, que tem crescido consideravelmente nos últimos anos, é preciso garantir que este acesso seja de qualidade e, conforme aponta a pesquisa realizada pelo Instituto de Cidadania¹¹⁴.

É importante lembrar que o conhecimento hoje está em toda parte e, por isso, pode ser acessados com muito mais facilidade. Temos os computadores conectados à Internet, jornais, revistas, livros, filmes, entre outros. Por isso, supor que as escolas ou as bibliotecas são espaços exclusivos de acesso ao saber sistematizado é, no mínimo, um engano. Mais do que

¹¹⁴ INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**. 2004. Disponível em: www.projetojuventude.org.br. Acesso em 11 out. 2008.

nunca é preciso pensar a escola conectada aos meios de comunicação que rodeiam a vida cotidiana de todas as pessoas. Não ter estes equipamentos disponíveis na escola pode ser decisivo na formação dos alunos, principalmente se considerarmos as atuais exigências mundiais de formação para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho.

Todavia, cabe esclarecer que, tão importante quanto possuir equipamento é ser capaz de acessá-lo e compreendê-lo como um instrumento a serviço da aprendizagem e, para isso, professores qualificados e familiarizados com as possibilidades oferecidas pela tecnologia é, no mínimo, equivocada, vez que, mais do que acessar informações, é preciso fazê-lo de forma competente, ou seja, sendo capaz de sintetizar, analisar e criticar aquilo que é apresentado e o professor qualificado ocupa um papel central na formação dessas competências.

5.2. Identificação dos discentes

Com relação ao gênero, se buscou uma representação equitativa, não sendo objetivo deste estudo analisar as diferenças entre as opiniões dos jovens de acordo com o gênero.

No tocante à faixa etária, é interessante observar que, dentre os jovens pesquisados 25,9% possuíam 18 anos ou mais, estando acima da idade média tida como ideal para esse nível de ensino (que seria de 15 a 17 anos).

A respeito da distorção idade-série, é sabido que este é um problema que assombra a educação brasileira há muitos anos e que, além do custo econômico, tem também um custo pessoal e social, uma vez que a reprovação e/ou a evasão (principais motivos dessa distorção), ao impedirem que os alunos avancem em sua trajetória educacional, atinge sua auto-estima e reduz o nível de educação geral da população. É certo considerar que as classes mais privilegiadas estão isentas de muitos problemas que afetam as classes menos favorecidas, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento dos estudos por outras pessoas, a distância entre a escola e o local de moradia, a dificuldade de conciliar o estudo e o trabalho diário, a falta de vagas nas instituições públicas, o acesso à informação, à tecnologia e à cultura, entre outros fatores que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos e no sucesso educacional.

Com relação às condições de moradia, destaca-se que dentre os jovens pesquisados: 1,87% não possuem telefone em casa, 60,7% não possuem carro próprio e menos da metade possui computador e Internet. Mas o importante é perceber a relevância dessa diferença no aprendizado, tendo em vista que o acesso aos recursos que facilitam e estimulam a aquisição de conhecimentos e informações (em especial os livros, o computador e a Internet) faz uma

diferença significativa na formação do sujeito no mundo globalizado em que estamos inseridos.

Outro dado interessante se refere à escolaridade dos pais dos jovens pesquisados, pois 91,36% dos pais (ambos) dos jovens sabem ler ou escrever. Diante disso, é inegável considerar que a escolaridade dos pais interfere direta e indiretamente na aprendizagem e adaptação dos filhos às regras do mundo do saber sistematizado. Além disso, partindo do pressuposto que aprendemos a todo tempo, em todos os lugares e com todas as pessoas, viver em um ambiente familiar cujas pessoas possuem maior domínio da cultura geral e da leitura crítica do mundo significa também a ampliação das oportunidades de aprendizado por meio das interações.

Com relação à continuidade nos estudos, cabe destacar que 6,54% declararam já ter parado de estudar. O principal motivo declarado pelos jovens para retomarem os estudos deve-se ao reconhecimento de que este é imprescindível para a realização de sonhos e alcance de projetos futuros. Pochmann¹¹⁵ assinala que a maior parte dos jovens que não estudam é composta por jovens que trabalham. Isso significa que, diante da dificuldade em conciliar estudo e trabalho, muitos jovens acabam optando pelo trabalho, ora por uma questão de necessidade (para garantir a própria sobrevivência e/ou de sua família), ora por ser um meio mais rápido de adquirir poder de consumo e, conseqüentemente, maior independência. No primeiro caso, faz-se necessário investir em políticas públicas capazes de garantir a permanência desses jovens na escola, dando-lhes a oportunidade de conciliar, dignamente, o estudo com alguma atividade remunerada que lhes garanta a renda necessária à sobrevivência. No segundo caso, o importante é levar esses jovens a perceberem que maior e melhor escolaridade facilitam um ingresso mais bem sucedido no mercado de trabalho, por isso, esperar mais tempo pode valer a pena.

5.3. Juventude, trabalho e escola

Na escola pesquisa, 49,55% dos jovens declararam estar, de alguma forma envolvidos diretamente com o mercado de trabalho, seja trabalhando ou procurando emprego.

A vontade de ingressar no mercado de trabalho se deve a muitos fatores, dentre eles a necessidade de sobrevivência, emancipação, satisfação de necessidades pessoais e/ou

¹¹⁵ POCHMANN, Marcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2006.

conquista de melhorias nas próprias condições de vida e da família e, acrescenta-se que, “para os jovens de todas as classes e situações sociais, a pressa está relacionada à consciência de que estão submetidos a um mercado de trabalho restritivo e mutante”¹¹⁶.

Outro dado interessante obtido nessa pesquisa refere-se à significativa diferença salarial entre os jovens pesquisados. A maioria dos jovens da escola que trabalham recebe menos de um salário mínimo (46,15%).

Segundo Abramo¹¹⁷, “quanto menor a idade, maior a informalidade e menor a remuneração”. Essa informação é relevante porque nos ajuda a perceber a permanência das desigualdades sociais, tendo em vista que é muito comum o jovem pertencente às classes menos favorecidas ingressar mais cedo no mercado de trabalho (conforme aponta, os dados dessa pesquisa) e, ainda pior, é saber que este ingresso é feito de forma precária e com baixos salários. Em consonância com essa idéia, podemos afirmar que “a inserção precoce no emprego formal ou no trabalho informal, a natureza e as condições de trabalho e remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens”. Quer dizer, é sabido que os jovens das classes mais abastadas podem esperar mais tempo para trabalhar e, com isso, aumentar sua escolaridade e, conseqüentemente, as chances de ter uma inserção mais bem sucedida no mercado de trabalho. Dessa forma, os jovens que possuem melhores condições financeiras são os mesmos que terão as melhores chances de conseguir os melhores empregos, as melhores condições de trabalho e os melhores salários. Portanto, ainda de acordo com essa idéia, os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania¹¹⁸ revelam que “as restrições e possibilidades de inclusão no mercado de trabalho revelam e ratificam as desigualdades sociais pré-existentes entre os jovens”.

Pochmn¹¹⁹ sugere que, assim como é feito privadamente aos jovens de famílias ricas, seja criado um programa nacional de financiamento da inatividade dos jovens mais pobres (que representam a maior parte da população brasileira), dando-lhes condições de ampliar sua escolaridade e preparar-se melhor para ingressar no competitivo mercado de trabalho.

Em seguida, foi perguntado também aos jovens sobre os fatores mais importantes para conseguir emprego. Os jovens destacaram, respectivamente, a escolaridade (68,6%) e a experiência profissional (37,2%). E, quando perguntamos a respeito das características, habilidades e competência que a escola ajuda a desenvolver e/ou adquirir para conseguir um

¹¹⁶ INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 26.

¹¹⁷ ABRAMO, 2005, p. 52.

¹¹⁸ INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 21.

¹¹⁹ POCHMNN, 2006, p. 15.

emprego, os jovens declararam que a escola, além de garantir o certificado de escolaridade, valorizado pelo mercado de trabalho, ajuda a desenvolver, prioritariamente, a capacidade de trabalhar em equipe (resposta dada por 69,8% dos jovens), características estas bastantes esperadas no mundo de hoje.

Portanto, diante desse cenário, é impossível negar a importância da escola que, apesar de não garantir a inserção no mercado de trabalho, ocupa um papel central no preparo dos indivíduos para as rápidas transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas que interferem no mundo do trabalho. Assim, combinar estudo e trabalho é uma tendência que deve ser assumida o quanto antes pelas políticas públicas e pelos diversos segmentos sociais, principalmente se considerarmos que o acesso e a permanência no mercado de trabalho estão estreitamente vinculados à capacidade do indivíduo de aprender coisas novas e aplicá-las na resolução dos problemas cotidianos.

Destaca-se ainda que os jovens, além de terem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho devido, em grande parte, à pouca experiência ou à falta de formação adequada, também são aqueles que sofrem mais com a precarização das condições das condições de trabalho.

Diante desse cenário, a economia brasileira precisa, urgentemente, crescer mais do que tem crescido nos últimos anos, pois, atualmente, este crescimento não absorve todos os ingressantes no mercado de trabalho, acarretando num crescente aumento do contingente de desempregados nos país. Quer dizer, faz-se necessário que o crescimento da economia seja capaz de incorporar ao mercado de trabalho tanto aqueles que estão desempregados hoje como também os novos ingressantes do sistema produtivo.

Por fim, vale lembrar que, mesmo sendo os jovens os mais atingidos pela onda de desemprego que assusta toda a população, são neles que a sociedade deposita a esperança de implantação de novas formas de inserção produtiva (cooperativas, grupos de produção, autogestão, trabalho social), com valores mais solidários e menos competitivos¹²⁰.

Mas como mudar o cenário global do emprego? A maioria da população encontra-se completamente desorientada, sem saber como agir estrategicamente diante desse novo sistema. O nível de estresse tem aumentado consideravelmente com o excesso de trabalho, a instabilidade e a insegurança das novas relações. É cada vez mais difícil definir o perfil do “bom empregado”, pois diferentes habilidades são requeridas em um curto espaço de tempo e,

¹²⁰ INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 21.

por isso, a mutabilidade parece ser a palavra de ordem dos novos tempos. Então, quem poderá enfrentar esse novo mercado com mais tranquilidade?

Todavia, Sennett¹²¹ acrescenta que nenhum indivíduo se sente bem quando se faz algo mal feito (consciente de que poderia ter feito melhor), talvez por ser inerente à condição humana a vontade de superar limites e enfrentar desafios. Diante disso, a superficialidade imposta pelos novos modos de produção parece fadada ao fracasso.

Apesar disso, pela necessidade de conviver com a instabilidade, os jovens, mais uma vez, parecem ser aqueles que mais facilmente podem adaptar-se a essas mudanças, mas, por quanto tempo? Conviver com a instabilidade pode até parecer interessante num determinado momento da vida, mas, em geral, é motivo de grande insegurança quando se pensa em casar, constituir família e se tornar responsável pelo sustento e pela educação de terceiros.

Enfim, mudar o cenário global envolve mudança de valores, atitudes e comportamentos e, por esse motivo, não pode ser encarada como uma tarefa fácil. Antes de depositar nos jovens a desafiante tarefa de interferir nos rumos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade, devemos fornecer-lhes bases mais seguras para promover essas mudanças. A vontade já existe, mas faltam oportunidades e condições efetivas de transformação social.

5.4. Ocupação dos jovens fora do horário da escola

No tocante aos resultados obtidos por essa pesquisa, 56,1% dos jovens entrevistados realizam atividades fora do horário da escola. Dentre as atividades realizadas pelos jovens destaca-se, em primeiro lugar, a ajuda aos afazeres domésticos. Em segundo lugar, a principal atividade que ocupa o horário extra-escolar dos jovens é o trabalho.

Aqui, cabe a seguinte reflexão: enquanto os jovens gastam seu tempo ajudando nos afazeres domésticos ou trabalhando não deveria eles estarem investindo esse tempo em atividades de saúde e bem estar e/ou voltadas a sua formação e qualificação para a vida e para o mercado de trabalho. Mas, sinalizando preocupação com esse problema, foi apontado pelo grupo o desejo de abrir a escola aos finais de semana e oferecer cursos gratuitos de línguas estrangeiras e de informática, compreendendo a escola como um pólo de redução das assimetrias sociais existentes. De acordo com essa idéia, Pacheco¹²² destaca que é preciso considerar que “a escola é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço

¹²¹ SENNET, 2006, p. 4.

¹²² PACHECO, Eliezer. **Por uma sociedade educadora**. Brasília: Inep, 2005.

público de integração, organização e lazer disponíveis para grande parcela da população. Por isso, deve estar permanentemente aberta à população e firmar-se como um efetivo pólo cultural”.

No que tange ao lazer (atividades realizadas nas horas vagas), essa pesquisa conclui que, enquanto a maioria dos jovens afirmou ocupar as horas vagas escutando música (que consiste em um lazer barato e, conseqüentemente, acessível a grande parte da população). Podemos observar na pesquisa que é pequeno o número de jovens com acesso a festas, shows e cinema devido suas condições financeiras. Nesse sentido, Brenner, Dayrell e Carrano¹²³ esclarecem que “num quadro de profundas restrições orçamentárias tanto das famílias como do Estado, a cultura e o lazer são frequentemente vistos como algo supérfluo ou mesmo privilégio de poucos”, isto é, apesar do lazer constituir um direito assegurado por lei, seu acesso e prática estão diretamente vinculados à própria capacidade de consumo e/ou da família.

5.5. Percepção dos discentes sobre a importância dos locais e/ou instituições que frequenta

Conforme previsto, os jovens pesquisados, (48,3%) destacaram a família como a “instituição” mais importante e, em segundo e terceiro lugares, a escola (apontada, respectivamente, por 38,2% e 25,8% dos jovens).

A pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania¹²⁴ reforça a idéia de que a família continua sendo a principal referência para a maioria dos jovens. É no seio da família que, além das trocas efetivas e simbólicas, os primeiros valores e lições de vida são aprendidos. Além disso, a família representa a maior fonte de apoio e solidariedade frente às dificuldades externas, gerando sentimentos de estabilidade na luta pela sobrevivência.

A mesma pesquisa aponta que a escola, além de construir e socializar conhecimentos e democratizar o patrimônio social e cultural, também representa para os jovens uma importante referência de apoio e orientação à consolidação de seus projetos pessoais e profissionais. Assim, apesar das críticas feitas e dos limites re(conhecidos), a maioria dos jovens não costuma contestar a legitimidade da escola, pois reconhecem nela uma importante possibilidade de acesso aos exercício da cidadania e ao mercado de trabalho. Mesmo diante de

¹²³ BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005.

¹²⁴ INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 4.

situações de fracasso (e talvez reproduzindo os ideais difundidos pelos meios de dominação), acaba assumindo sozinho toda a responsabilidade por suas dificuldades e erros.

Portanto, depositam confiança na escola, principalmente quando pensam em projetos futuros, mas, concomitantemente, reclamam da falta de sentido da escola no presente¹²⁵, que insiste em se manter distante das necessidades da vida prática.

É preciso promover na escola de hoje um trabalho coerente com uma concepção de educação que entenda o conhecimento não como soma de informações, mas como uma construção e reorganização constantes de conhecimentos a partir de reflexões e ações sobre a prática; não como um caminho linear, mas como um processo que apresenta continuidade, ruptura e saltos de qualidade.

Para tanto, o educador precisa tomar consciência da importância social de seu trabalho e começar a dar uma dimensão transformadora à sua ação. Nesse sentido, não é possível continuar permitindo que a educação seja invadida por profissionais preocupados apenas com a transmissão dos conteúdos ditados pelos livros didáticos. O educador de hoje precisa assumir um compromisso de transformação social, tendo clareza dos ideais que defende, do tipo de cidadão ele quer formar e para atuar em que tipo de sociedade.

Por fim, a escola e a família, percebidas pelos jovens como as principais instituições presentes em suas vidas, precisam estreitar os laços e traçar metas comuns, pois somente assim será possível alcançar os objetivos perseguidos. A partir do momento em que a escola conseguir ter a família como sua principal aliada, será possível concretizar uma educação comprometida com a formação global do indivíduo e, assim, oferecer a ele as bases de que necessita para enfrentar os desafios do século XXI.

5.6. Percepção dos discentes sobre o futuro e as inseguranças da juventude

As maiores preocupações apontadas pelos jovens, em ordem de prioridade: fazer um curso superior (32,6%), conseguir um emprego (22,6%) e melhorar a vida da própria família (20,2%). É possível dizer que, tendo em vista a realidade atual, estes três apontamentos se sucedem, ou seja, o primeiro passo para conseguir um emprego é ter melhor qualificação e, por meio disso, melhorar as condições de vida da família.

A possibilidade de cursar a educação superior, apontada pelos jovens como o primeiro motivo de preocupação com relação ao futuro, representa um sonho para grande parte desses jovens, tendo em vista o restrito acesso às instituições públicas e à falta de recursos para

¹²⁵ SPOSITO, 2005, p. 17.

custear este mesmo estudo em instituições privadas. No entanto, fazer um curso superior também é motivo de preocupação para os jovens, talvez por saberem que, na sociedade do conhecimento, melhor qualificação e mais anos de escolaridade abrem portas para o ingresso no competitivo mercado de trabalho.

Noutras palavras, o paradoxo consiste justamente em perceber que aqueles com melhores condições financeiras são os mesmos que conseguem ter acesso às instituições públicas de educação superior, vez que freqüentaram melhores escolas e, com isso, conseguem passar nos exames de admissão. Em contrapartida, os estudantes oriundos das escolas públicas e com precárias condições financeiras geralmente ingressam no mercado de trabalho mais cedo e, quando conseguem conciliar estudo e trabalho, costumam, no período noturno, ingressar em cursos privados. Acrescenta-se aí a diferença entre os alunos que podem estudar durante todo o dia, assumindo essa como a principal atividade de suas vidas e aqueles que, após duras jornadas de trabalho, ainda precisam se dedicar aos estudos.

Com relação aos fatores que produzem insegurança em uma pessoa jovem, os jovens estudantes apontaram, em primeiro lugar a violência (42,1%).

O fato é que a violência não apenas se banalizou como também se tornou em muitos momentos, sinônimo de poder, de dinheiro e de “vida fácil” – basta lembrar os inúmeros exemplos divulgados pela mídia, que tem contribuído para incutir na cabeça dos nossos jovens a idéia de que o que vale é ser esperto, pois só sofrem sanções os despreparados e sem dinheiro. E, além disso, o uso de armas de fogo e a prática da violência ligam-se também a idéia de masculinidade, virilidade, força e virtude. Assim, é urgente investir na consolidação de uma cultura de paz e, sem dúvida alguma, a escola pode desempenhar um importante papel nessa direção.

O segundo motivo de insegurança apontado (43,1%) é o desemprego. Essa preocupação faz sentido principalmente se considerarmos as atuais condições de oferta e permanência das vagas no mercado de trabalho. Segundo Abramo¹²⁶, “se a necessidade e o tipo de trabalho variam de acordo com a situação social, o medo da sua falta atinge todos os setores. Pode-se dizer mesmo que aparece como uma forte marca geracional. Junta-se a isso o fato dos jovens assimilarem com muita facilidade aquilo que é estimulado pela mídia, onde se estabelece um estreito vínculo entre a felicidade e o poder de consumo dos indivíduos (que, muitas vezes, acabam se sentindo pressionados a assumirem determinados estilos de vida para, assim, se sentirem pressionados a assumirem determinados estilos de vida para, assim,

¹²⁶ ABRAMO, 2005, p. 54.

se sentirem parte de grupos socialmente valorizados). A não satisfação dessas necessidades e desejos pode gerar frustração e, conseqüentemente, atitudes de delinqüência e revolta contra outras pessoas. Daí decorre a importância de se criarem políticas públicas capazes de facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, a renda.

5.7. Os desafios do século XXI segundo a opinião dos jovens

Quando perguntamos a respeito dos maiores desafios a serem enfrentados no século XXI, os jovens destacaram, mais uma vez, a violência em primeiro lugar (28,1%) e o emprego/futuro profissional em segundo (17,4%) e terceiro (19,9%) lugar. Em comum temos, mais uma vez, o apontamento da violência como um importante desafio a ser enfrentado pelas novas gerações, manifestando um sentimento de repúdio às barbaridades a que assistimos todos os dias, seja na vida cotidiana ou através dos meios de comunicação. E não devemos pensar aqui somente na violência física, mas também em todos os tipos de violência que assombram a humanidade e, nesse sentido, a fome, a desigualdade social e a falta de emprego também possam ser percebidas como uma faceta da violência, vez que atingem a vida e a dignidade humana. Nesse contexto, os jovens parecem proclamar a necessidade de resgatar os valores perdidos rumo à criação de uma cultura de paz e harmonia entre os seres humanos, almejando um futuro com mais justiça social, solidariedade, tolerância e respeito à diversidade.

Contudo, ainda com relação aos desafios do século XXI, os jovens destacaram também a necessidade de universalizar a educação e investir na qualidade desta, talvez por considerarem estes importantes mecanismos de ascensão social e melhoria das condições de vida. Nesse sentido, cabe destacar que, segundo Pacheco¹²⁷, grande parte do aprendizado dos indivíduos decorre de fatores externos à escola:

Portanto, apesar da escola continuar sendo a principal responsável pela aquisição da cultura e do conhecimento sistematizado, todas as instituições deveriam comprometer-se direta e indiretamente com a universalização e qualidade da educação, abrindo outros espaços para o saber e disponibilizando tecnologias, ferramentas e recursos a fim de preparar todos os indivíduos para viver na sociedade do conhecimento.

Outro desafio a ser enfrentado pela juventude no século XXI, apontado pelos jovens se refere a quantidade de informações. Alguns jovens declararam que costumam se sentir

¹²⁷ PACHECO, 2005, p. 11.

perdidos e até incapazes de aprender tudo o que, segundo as pressões da sociedade, deve ser aprendido. Acrescentam ainda que, diante da sociedade do conhecimento, a competitividade aumenta, pois mais pessoas são qualificadas para os poucos postos de trabalho.

É compreensível essa angústia sentida pelos jovens de hoje, principalmente se considerarmos que, diante dessa realidade tão complexa e da quantidade de saberes e informações disponíveis, é difícil acompanhar todas as mudanças, estar por dentro de todos os acontecimentos e assuntos e desenvolver todas as competências e habilidades aspiradas. Contudo, buscando a inserção social, faz-se necessário preparar-se para enfrentar a escassez das vagas do mercado de trabalho e, para isso, na impossibilidade de ser tudo aquilo que o mercado espera, é preciso ser o melhor possível.

No tocante à competitividade gerada pela maior qualificação das pessoas, Tedesco¹²⁸ aponta que a solução não consiste em restringir ainda mais o acesso à educação e sim em democratizar cada vez mais este acesso para, então, permitir a todas as pessoas oportunidades de inserção social. Além disso, talvez seja possível dizer que, com o aumento dos trabalhos por meio de produtos em tempos determinados, cada pessoa pode ocupar diferentes funções de acordo com suas capacidades e habilidades, diminuindo a competitividade na medida em que aumenta a especificidade da função esperada.

Por fim, ao perguntar aos jovens em uma questão aberta do questionário, a relação entre o papel da escola no enfrentamento dos desafios apontados, as principais respostas consistiram em afirmar que a escola contribui para: reduzir as desigualdades sociais, preparar os indivíduos para o mercado do trabalho, compreender o mundo que os cerca, desenvolver valores e despertar a capacidade crítica e reflexiva – todos estes fatores imprescindíveis para superar as situações de violência, desemprego e fome, percebidos pelos jovens como os maiores desafios deste século.

Entretanto, os jovens afirmaram que apesar de legitimar as contribuições da escola, sugerem melhorias na educação, vez que, para eles, esta tem se mostrado superficial e insuficiente para enfrentar os desafios do mundo, não atendendo completamente as expectativas e, como sugestões, indicam a necessidade de receberem mais orientações com relação a vida e ao mercado de trabalho, terem mais atividades culturais e, segundo um aluno, terem uma formação mais política, capacitando-os para interferir nos rumos do país. Ainda nessa questão, citam os professores como os principais responsáveis pelas mudanças

¹²⁸ TEDESCO, 2006, p. 35.

requeridas, talvez por manterem com eles um relacionamento mais estrito e compreenderem que são eles os responsáveis mais diretos pelas mudanças na educação.

5.8. A escola e o dia-a-dia da juventude

A escola é, inegavelmente, um espaço privilegiado de saber e descobertas e, para os jovens em geral, também representa um espaço onde se faz amigos e se adquire novas experiências. Diante disso, faz-se necessário promover na escola um trabalho coerente com uma concepção de educação que entenda o conhecimento não como soma de informações, mas como uma construção e reorganização constante de conhecimentos a partir de reflexões e ações sobre a prática.

Com relação a esta pesquisa, a maioria dos jovens, afirmou que os conteúdos da escola ajudam no dia-a-dia, todavia, houve uma diferença significativa nas respostas, pois 88,5% dos jovens responderam que os conteúdos da escola contribuíam para seu dia-a-dia.

O que se pode dizer é que os conteúdos escolares adquirem importância quando se conectam a projetos de vida e estão interligados à realidade, aos desejos e necessidades dos jovens que, antes de representarem um grupo homogêneo, caracterizam-se por sua diversidade. Por isso, mais que pensar em conteúdo, faz-se necessário pensar em currículo, entendido como “o veículo que contem a filosofia, a ideologia e a intencionalidade educacional”¹²⁹. Dessa maneira, é preciso que a escola, consciente dos problemas e das pressões sociais contemporâneas, assuma uma postura ética, crítica e transformadora na construção do currículo, de maneira a contribuir não apenas para a aquisição competente de conhecimento, mas também para o exercício ativo e consciente da cidadania. Portanto, percebe-se a necessidade de se investir numa educação que ultrapasse os limites da organização disciplinar, de carga horária e de conteúdos e assuma a abrangência do desenvolvimento humano, do exercício para a cidadania e da capacitação para o trabalho.

Logo, fica claro o quão necessário é contextualizar o currículo, dando-lhe significado real e vinculando-o às necessidades da vida prática, pois, ao assumir que a principal responsabilidade da escola é formar pessoas, precisa-se investir numa educação comprometida com todas as dimensões do indivíduo, preparando-o para o exercício ativo e consciente da cidadania e para o enfrentamento dos desafios desse século.

¹²⁹ BERTICELLI, Ireno Antóno. **Currículo: tendências e filosofias**. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. E. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Ao perguntar aos jovens para que serve a escola, os fatores mais apontados foram, respectivamente: ser cidadão (20,6%), passar no vestibular (19,9%) e conseguir emprego (24,8%).

É comum que os jovens associem a escola à melhoria nas condições de vida (conquistada, na maioria das vezes, por meio da ocupação de bons postos de trabalho), entendendo-a como um importante mecanismo de ascensão social, mas fica a pergunta: será que esse entendimento de ascensão social está associada a aquisição do diploma, muitas vezes entendido como pré-requisito para o emprego ou será que esta associado ao conhecimento proporcionado pela escola? Se considerarmos que, para muitos, a escola permanece distante da realidade, com aulas poucas dinâmicas e que despertam mínimo interesse, a aquisição do diploma pode ser a única finalidade de sua frequência e permanência. Por outro lado, para muitos outros, a escola é considerada um espaço de troca de experiências, socializações, descobertas e aprendizados, tornando-se um importante veículo de acesso aos saber e à informação, requisitos também fundamentais para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho.

Pode-se dizer então que o jovem espera da escola não apenas a capacitação técnica, voltada essencialmente para as atividades profissionais, mas também uma formação ética, comprometida com o exercício da cidadania, a compreensão da realidade, a formação de valores e, por que não dizer, com a transformação social – itens estes apontados pelos próprios jovens a respeito da finalidade da escola.

Com relação ao atendimento dos desejos e objetivos pessoais, 37,38% dos jovens disseram que não sentem os mesmos atendidos pela escola e 37,88 disseram que às vezes.

Os principais apontamentos com relação ao não atendimento dos desejos e objetivos pessoais concentraram-se na baixa qualidade do ensino, na desvalorização das opiniões dos alunos, no distanciamento das relações entre os alunos e os profissionais da escola, na precária estrutura, na escassez de materiais didáticos e na falta de preparo profissional. Por conseguinte, disseram que sentem seus desejos e objetivos pessoais atendidos quando a escola promove atividades culturais, valoriza as opiniões dos alunos, prepara para os exames de admissão à educação superior, abre-se para o diálogo, permite fazer amigos e ajuda a compreender a realidade. Analisando essas respostas, é possível dizer que, além da vontade de serem ouvidos e estabelecerem um bom relacionamento com todos os envolvidos no processo educacional, os desejos e objetivos pessoais também acabam se ligando diretamente à qualidade do ensino e ao alcance de fatores relacionados ao preparo profissional – fatores estes estreitamente vinculados à finalidade da escola segundo a opinião dos jovens.

Com relação ao atendimento dos desejos e objetivos profissionais, a situação parece ainda mais grave, pois 46,3% dos jovens não sentem seus desejos e objetivos atendidos.

Essa disparidade nas respostas chama a atenção principalmente porque reflete as respostas dadas ao primeiro item, com relação ao atendimento dos desejos e objetivos pessoais. Quer dizer, se a satisfação dos desejos e objetivos pessoais vinculam-se ao preparo profissional e este último deixa a desejar, então grande parte do processo precisa ser revisto. É compreensível que os jovens oriundos das classes menos favorecidas economicamente depositam na escola, mais do que em todas as outras instituições, a importante tarefa de prepará-los para o enfrentamento dos desafios da vida, incluindo o preparo para a inserção bem sucedida no mercado de trabalho. Não é possível negar que os jovens.

Ao perguntar se a escola contribui para que exerçam sua cidadania, 65,42% dos jovens disseram que sim. As principais justificativas concentraram-se, entre outros fatores, em afirmar que a escola ensina a democracia e a convivência em sociedade, estimula ações éticas e responsáveis, valoriza a criticidade, realiza atividades comunitárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas e faz os alunos conhecerem seus direitos e deveres. Tais afirmações nos remetem a uma escola que ultrapassa, e muito, os limites do saber sistematizado e da qualificação para o mercado de trabalho, uma vez que atinge os indivíduos em sua formação humana, ética, solidária e, enfim, cidadã.

5.9. A escola na opinião dos jovens

A primeira pergunta desta parte da pesquisa quis saber os fatores que caracterizam uma escola de qualidade na opinião dos jovens e os principais fatores apontados pelos jovens foram: aprovar a maior quantidade de alunos nos exames de acesso à educação superior (38%), ter as melhores notas nas avaliações nacionais (19,9%) e ter bons professores (19,9%).

Sobre isso, cabe destacar que, diante das novas demandas e objetivando a Excelência no conhecimento, é preciso criar novos jeitos de ensinar e aprender – o que pode ser decisivo no enfrentamento dos desafios presentes e no preparo para a realidade futura. Todavia, a realidade mostra que “para além da utilização pontual do computador na sala de aula, os métodos de ensino e os programas escolares nacionais tem permanecido praticamente imutáveis¹³⁰. Assim, para mudar este quadro, é necessário investir maciçamente na qualificação do corpo docente das escolas, pois nenhuma mudança é possível sem a participação eficaz e eficiente destes atores. Também é preciso repensar o currículo, o tempo

¹³⁰ CARNOY, 2003, p. 22.

e o espaço da escola de acordo com a nova realidade, sabendo que a mutabilidade dos conhecimentos, a flexibilização do tempo e a expansão dos espaços destinados ao saber interferem diretamente na concepção de educação, de homem e de mundo que devem ser assumidos pelas instituições educacionais”. Hoje, se aprendem muitas coisas, de diferentes formas, em vários tempos e múltiplos espaços e a escola precisa não apenas se conscientizar disso, como também se adaptar a essas mudanças, conectando-se aos novos paradigmas do saber na formação dos sujeitos.

chama a atenção o fato dos estudantes terem apontado as notas obtidas nos exames de avaliação nacionais como um indicador de qualidade. Talvez este apontamento se deva, ao menos em parte, pelo fato de que, atualmente, obter uma boa nota no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e ser estudante oriundo de escola pública, representa a possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos em alguma instituição privada de ensino superior. Diferentemente dessa realidade, os jovens estudantes de escolas privadas costumam possuir melhores condições financeiras e, por isso, o acesso à educação superior não se mostra uma preocupação tão grande, pois podem custeá-lo se for necessário.

Sobre o que mudariam na escola, os jovens disseram que mudaria, em primeiro lugar, a infra-estrutura (28,9%) e, em segundo e terceiro lugar, a relação professor-aluno (18,2% e 17,4%, respectivamente), remetendo à importância das instalações na qualidade da educação e à necessidade de estreitarem o diálogo com os professores, talvez para fazerem ouvir suas reivindicações e aspirações a respeito dos conteúdos e métodos de ensino.

Sendo assim, ter bons materiais didáticos e professores qualificados e integrados aos novos tempos e às vezes tecnologias torna-se imprescindível para o alcance dos objetivos esperados por essas e pelas futuras gerações. E, para tanto, horizontalizar as relações entre professores e alunos, escutar as angústias e sonhos dos atores escolares (especialmente dos alunos) e abrir espaços de diálogo e trocas de experiências entre todos os envolvidos no processo educacional pode ser a principal solução para a construção e consolidação de uma escola de qualidade – conforme sugere os jovens pesquisados.

No tocante às principais atividades feitas na escola, segundo os jovens, destacam-se as festas com a participação da comunidade (52%) e as palestras (32,2%) que, apesar de representarem importantes contribuições para o aprimoramento do aprendizado, sugere uma falta de interatividade com os alunos, vez que, mais produtivo do que oferecer palestrar de especialistas, por exemplo, é levar os alunos a pesquisarem sobre um determinado assunto de interesse e incentivá-los a apresentar os resultados para o grupo escolar. Essa sugestão tem como base os pilares educacionais: aprender a conhecer (pois incentiva os alunos a buscar,

acessar e interpretar autonomamente as informações e conhecimentos disponíveis), aprender a fazer (por meio da organização da apresentação a ser feita para a comunidade, levando-os a formularem os objetivos a serem alcançados, o tempo a ser gasto, o espaço adequado e o público-alvo – competências e habilidades de gerenciamento), aprender a conviver (tendo em vista que essa atividade requer um trabalho em equipe, que valoriza as potencialidades de cada um e respeita as fragilidades) e aprender a ser (vez que estimula a criticidade e permite aos indivíduos tornarem-se seres agentes que, ao socializarem seus conhecimentos, procura, fazê-lo de forma a trazer benefícios para a comunidade).

Ao perguntar se consideravam a própria opinião importante na escola, 64,5%, respectivamente, disseram que sim. Entretanto, diante das tantas queixas de falta de diálogo e da importância deste, era de se esperar que um número maior de alunos considerasse suas opiniões importantes na escola. De qualquer forma, a maioria entende que suas opiniões podem contribuir com a escola, levando-as a avaliar se estão no “caminho certo” – conforme justificativa apresentada por uma aluna da escola pública.

Para completar, ao perguntar se participavam das decisões da escola, 91,58%, respectivamente, disseram que não e as principais justificativas se referem a falta de oportunidades oferecidas pela escola e também ao fato de muitos considerarem que os jovens não podem contribuir, talvez por não terem experiência suficiente para isso. Contudo, ouvir a juventude e permitir que eles participem das decisões e dos rumos da escola significa estar coerente com os princípios que fundamentam a consolidação de uma escola voltada para o atendimento dos desejos, necessidades e objetivos dos jovens no mundo contemporâneo.

Então, diante do exposto, pode afirmar que os objetivos da pesquisa foram atingidos, vez que, ouvindo a opinião de jovens estudantes do ensino médio de Sapucaia do Sul, foi possível: caracterizar esse segmento da sociedade, identificar os desafios do século XXI percebidos por eles e relacioná-los ao papel da escola, analisar a relação entre o papel desempenhado pelas escolas e os anseios pessoais e profissionais, bem como propor, a partir dos apontamentos feitos, algumas iniciativas a serem tomadas pelas escolas frente aos desafios do século XXI.

CONCLUSÃO

A dissertação procurou compreender como se deu, no Brasil, o processo de construção da juventude brasileira e suas políticas públicas voltada para os mesmos, à educação e a função social da mesma no século XXI.

Identificamos quais foram os atores que participaram dessa pesquisa e que tipo de relação estabeleceu-se entre eles. O estudo dessas relações foi possível com a utilização da metodologia de análise, que fornece um amplo leque de ferramentas para esse tipo de estudo. Outro ponto importante, para a caracterização do contexto no qual essas relações se desenvolveram foi o mapeamento dos principais eventos relacionados ao tema.

Para o desenvolvimento dessa trajetória, algumas discussões se tornaram imperativas, sendo as mais importantes sobre as políticas públicas, educação e juventude.

Em relação às políticas públicas, entendemos necessário, primeiramente, reforçar a concepção de que as mesmas necessitam da participação do Estado. Claro, os demais atores, especialmente os da sociedade civil, podem colaborar em sua formulação, implementação e avaliação, mas a presença do Estado é imperativa. Um segundo ponto relevante para a dissertação é o entendimento das políticas como um processo de aprendizagem social que se desenvolve a partir da informação nova e da experiência adquirida e não como uma sucessão de fases estanques.

Em relação ao tema juventude apontamos nesse trabalho que juventude é um conceito complexo, que possui entendimentos diversos e que passou por transformações ao longo das últimas décadas, especialmente quanto à pertinência ou não de ser ter políticas públicas específicas para a juventude. Aliás, esse debate ainda não está superado, sendo que alguns especialistas defendem que os jovens devem ser atendidos no bojo das políticas universais. Essa posição, contudo, é minoritária, pois as condições materiais dos jovens, especialmente nos países em desenvolvimento, impõem um olhar diferenciado.

No Brasil, o tema juventude demorou a entrar na agenda nacional, haja vista o País ter sido um dos últimos da América Latina a instituir um organismo, em âmbito federal, para coordenação dessas ações. Um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que ao final de 2007, pudesse se afirmar que o tema já estava consolidado na agenda nacional.

Podemos também concluir a partir dessa pesquisa é que investir em educação, mais do que uma necessidade individual, é também uma necessidade de Estado, pois, dentro do processo da mundialização, enfrentamos uma disputa internacional baseada no saber, na inovação e nas tecnologias. Então, envidar esforços em favor da universalização e da melhoria

da qualidade da educação torna-se uma urgência para todos os países e seus governos que desejam se manter dentro da economia global. Em síntese, é possível dizer que o novo desenvolvimento econômico, por ser fundado no saber, requer de todas as nações indivíduos preparados para as mudanças, que tenham domínio de mais de uma língua e das tecnologias de comunicação e informação, principalmente se considerarmos que as trocas e os conhecimentos já não encontram barreiras, visto que elas acontecem em toda parte e são marcadas pelas interações em tempo real, mesmo entre as localidades mais afastadas do planeta.

Destaca-se o papel central que ocupa hoje os meios de comunicação e as novas tecnologias, especialmente a Internet, vez que esta amplia as interações com o mundo e a cultura e facilita, interativamente, a aquisição de conhecimentos. Assim, a escola que se mantém distante dessa nova realidade, seja por opção ou por falta de recursos, está fadada ao fracasso de sua missão, pois como preparar indivíduos para enfrentar os desafios do mundo sem permitir a eles conhecerem e interagirem com a nova realidade? Para isso, é preciso ter em mente que o sucesso de toda prática pedagógica depende, além da disponibilidade de recursos e materiais didáticos, de um coletivo comprometido com uma educação de qualidade, onde professores, estudantes, gestores, pais, funcionários e comunidade se vêm como parte do processo, na busca de objetivos comuns.

Este estudo conclui também que a escola precisa criar nos jovens um sentimento de pertença e de co-responsabilidade pelo sucesso de suas práticas. Permitir aos jovens participar da construção do projeto político-pedagógico e interferir no currículo, na organização do espaço e do tempo é permitir que a realidade escolar se alinhe às suas necessidades de vida, sejam elas pessoais ou profissionais. Nessa perspectiva, o empoderamento dos atores diretamente envolvidos permite também que novas visões sejam estabelecidas a respeito do processo educativo, entendendo-o não como um fim em si mesmo, mas como algo vivo, parte integrante da constituição e do exercício da cidadania.

A escola, em consonância com os atuais paradigmas da educação, precisa desenvolver nos estudantes a capacidade de utilizarem, por meio de situações-problema contextualizadas, os conhecimentos apreendidos teoricamente, estabelecendo uma estreita relação entre o currículo escolar e a vida cotidiana e fortalecendo o compromisso da escola com a formação para o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho.

É por meio do exemplo democrático, da prática da liberdade e do exercício da cidadania que se aprende a conviver, ser responsável, crítico e solidário, tornando-se um ser autônomo e um agente transformador da realidade. E, nesse sentido, a escola assume um

papel de destaque, pois pode ser um valioso espaço de vivência desses princípios, voltando-se para o principal objetivo da educação, que é o permanente desenvolvimento humano numa dimensão ética e solidária.

A escola de hoje precisa ser dinâmica, diversificada e orientada para atender às diferentes demandas sociais. Quer dizer, faz-se necessário repensar o tempo e o espaço da escola, adotando um currículo coerente com os desafios apresentados para este século, pois, na opinião dos jovens, somente assim a escola poderá atender suas expectativas e prepará-los para viver e intervir no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, merece destaque o papel atribuído aos educadores – vistos pelos jovens como os primeiros protagonistas responsáveis por tornar possíveis as mudanças requeridas, abrindo espaço para o diálogo e adotando práticas pedagógicas inovadoras.

A necessidade de reduzir as diferenças sócio-econômicas, uma vez que esse fator, conforme demonstrou essa pesquisa, pode ser o grande diferencial na construção de um mundo mais eqüitativo, justo, solidário e livre para todos, tendo em vista que o acesso à renda está diretamente ligado ao exercício da cidadania e ao acesso à informação e às tecnologias.

A necessidade de oportunizar a todos os indivíduos uma educação permanente, conectada ao mundo do trabalho e ao exercício de cidadania, uma vez que, tendo em vista o inacabamento humano, aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver são pilares que devem ser aprendidos durante toda a vida. Nesse sentido, apesar da escola continuar representando um espaço definitivo na formação das pessoas, amplia-se a concepção de espaço definitivo na formação das pessoas, amplia-se a concepção de espaço educacional, fazendo das empresas, e das diversas outras organizações, importantes pólos de aprendizado e saber.

Por fim, esta pesquisa concluiu que o saber e os conhecimentos precisam estar, sobretudo, a serviço do bem coletivo, na luta pela construção de um mundo mais fraterno e com mais justiça social.

Então, este trabalho buscou responder ao problema de pesquisa na medida em que fez uma trajetória da juventude no Brasil ligada as políticas públicas e levantou as opiniões de jovens a respeito do papel que a escola deve desempenhar frente aos desafios desse novo milênio. Aliás, ao permitir que esse público expressasse suas opiniões, essa pesquisa deixou claro que, sendo capazes de perceberem os desafios apresentados, eles também desejam participar das decisões educacionais. Nessa perspectiva, ao conceber que a escola existe, em primeiro lugar, em função dos alunos, ouvi-los e oportunizar que se envolvam no planejamento e nas ações é ampliar as possibilidades de práticas pedagógicas bem sucedidas, que atendam à necessidade de uma formação global – capacitando todos os indivíduos para

enfrentar os desafios desse século e fornecendo as bases para a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude**. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.
- ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Escolas de Paz**. Brasília: UNESCO, 2001.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Setur e Garamond, 1999.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary, Mary Garcia. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO: MEC, 2003
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa?** Brasília: UNESCO, 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, 2001.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.
- ABRAMOVAY, Miriam; NUNES, Maria Fernanda. **Escolas Inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, 2003.
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- BANGO, Julio. **Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios**. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARREIRA, César (Coord.). **Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: Unesco, 1999.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Geogre. **Pesquisa qualitativa com com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERTICELLI, Ireno Antóno. **Currículo: tendências e filosofias**. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. E. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BONAFONT, Laura. **Redes de políticas públicas**. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

BONFIM, Maria Inês (Coord.). **Juventude, violência e cidadania nas cidades do Brasil: pesquisas da Unesco**. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30.06.05**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jul. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.748, de 22.10.03**. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE. Diário Oficial da União, Brasília, 23 out. 2003.

BRASIL. **Relatório Final do GT Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Presidência da República**. Mensagem Presidencial de Abertura da Sessão Legislativa 2006. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2006

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005.

CALIMAN, Geraldo. **Por uma teoria das diversidades humanas**. In: _____. **Desafios, riscos, desvios: adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte**. Brasília: Universa: UNICEF, 1998.

CAMACHO, Luiza. **Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu-MG (Anais...). Caxambu, 2004, p. 16-35

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: UNESCO; Brasil: IPE, 2003.

CARRANO, Paulo César R.; BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patrícia. **A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas**. Revista de estudos sobre la juventud, México, v. 1, nº 22, p. 202-219, 2005.

CARRANO, Paulo. **Juventude e culturas da participação**. Boletim Salto para o Futuro, v. 1, p. 1-7, 2004.

CARVALHO, José Mutilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, João Paulo. **Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CENPEC; LITTERIS. **O jovem, a escola e o saber: uma preocupação social no Brasil**. In: CHARLOT, Bernard (Org.). Os jovens e o saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CEPAL.Organización Iberoamericana de Juventud. **A juventude em Iberoamérica: tendências e urgências**. Santiago, 2004.

CHAGAS, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARLOT, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHILLÁN, Yuri. **Morfologia e cenários das políticas públicas para a juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino-americana**. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2006, p. 59-106.

COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD/Ipea, 1998.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DAGNINO, Renato et al. **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté: Ed. Cabral Universitária, 2002.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000.

DISKIN, Lia; ROIIZMAN, Laura. **Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas**. Brasília: Unesco, 2002.

DUBET, François K. A escola e a exclusão. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n° 119, p. 29-45, jul. 2003

DUBET, François K. O que é uma escola justa? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 34 n° 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio**. Brasília: UNESCO: INEP, 2005.

FÓRUM Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, 2 a 7 de agosto, 2002, Braga, Portugal. **Plano de Ação de Braga para a Juventude**. Braga, 2002

FÓRUM Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. **Estratégias de Dakar**. Senegal, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. B.; NOVAES, Gláucia Torres F. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n° 112, p. 167-183, mar. 2001

FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento** – agosto 2005 a março de 2007. Brasília: Conjuve, 2007.

FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GODINHO, C.; TEIXEIRA, M. T.; FLORETINO, R.; COSTA, M. (Trad.). **Tirando os acordos do papel – um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude**. Nova Iorque: UM, 2004.

GOMES, Cândido Alberto da Costa. **Dos valores proclamados aos valores vividos: traduzindo os atos e princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais**. Brasília: UNESCO, 2001.

GUNTER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. In: PASQUALI, Luiz. (Org.). **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM/IBAPP, 1999.

HUGHES, Phillip. **Objetivos, expectativas e realidades da educação para os jovens**. In: DELORS Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. Rio de Janeiro: Ibase, Polis, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase, Polis, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório final. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/105.pdf>. Acesso em: 07 out. 2008.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Por uma política de juventude para o Brasil**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.obj.org.br/site/comuns/imagensDB/publicações/manifestos.pdf>. Acesso em: 07 out. 2008

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**. 2004. Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br/novo/index.html>. Acesso em 11 de out. 2008.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. **Relatório final**. São Paulo, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa. **Políticas de Juventude: políticas públicas ou políticas governamentais**. Estudos de sociologia, São Paulo, v. 18/19, p. 193-205, 2005.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. 2 ed. São Paulo: EPU, 1979.

KRAUSKOPF, Dina. **La construcción de políticas de juventud em Centroamérica**. In: LEÓN, Oscar (Ed.). Políticas públicas de juventud em América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

LEÃO, Geraldo. **Juventude, pobreza e trabalho: o que podem os jovens esperar das políticas públicas?** In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7., 2007, Porto Alegre. Porto Alegre: Associação Latino Americana de Antropologia, 2007, v. q, p. 1-18.

LEITE, Elenice. **Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania**. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília et al. **Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NASCIMENTO, Eliomar. **Por uma metodologia integrada de gerenciamento de programas**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001.

NOLETO, Marlova. **Abrindo Espaços: educação e cultura de paz**. Brasília: Unesco, 2001.

NOVAES, Regina. **juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?** In: ABRAMO, Helena. Retratos da juventude. Análise de uma pesquisa nacional. Instituto Cidadania – Fundação Perceus Abramo. São Paulo, 2005.

NOVAES, Regina Reyes. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e contravérsias de um debate em curso**. In: Políticas públicas: Juventude em pauta. VIRGÍNIA, Maria de Freitas, PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). São Paulo: Cortez, Ação educativa, Friedrich Ebert Stiftung, 2003, p. 121-141.

NOVAES, Regina; FÁVERO, Osmar; SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. 1ª ed. Brasília: Unesco, 2007, v. 1.

NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (Org.). **juventude e Sociedade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ORDOÑEZ, Victor M. A educação fundamental no século XXI. In: DELORS, Jacques (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. **Desemprego Juvenil: em busca de opções à luz da experiência internacional**. Brasília: OIT, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. **Via Jovem. Fórum Jovem Século XXI: educação, formação profissional e empregabilidade**. Brasília: OIT, 2001

ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE JUVENTUDE. **Agenda Jovem 2002**. Rio de Janeiro: OBJ, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta**. Nova Iorque: ONU, 2007.

PAIR, Claude. A formação profissional, ontem, hoje e amanhã. In: DELORS, Jacques (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PACHECO, Eliezer. **Por uma sociedade educadora**. Brasília: Inep, 2005.

PALOCCHI, Antonio (Coord.). **Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente**. Brasília, 2002. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em 08 out. 2008.

PAPADOPOULOS, George S. Aprender para o século XXI. In: DELORS, Jacques (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. Carta Aberta do 2º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural. Brasília: PJR, 2006. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/media/documentopjr.doc>. Acesso em 13 de set. 2008.

PÉANO, Serge. O financiamento dos sistemas educacionais. In: DELORS, Jacques (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005

PEREIRA, Armand. Emprego para jovens. In: BANCO MUNDIAL. **Vozes jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI**. Brasília: Banco Mundial, 2004.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2006.

RESENDE, Márcio. **Experiências de geração de renda para os jovens**. In: FÓRUM JOVEM SÉCULO XXI: educação, formação profissional e empregabilidade. Via Jovem...Brasília: OIT, 2001, p. 73-75

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. V. 2. Brasília: CNPD, 1998.

SALLAS, Ana Luisa et al. **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania**. Brasília: Unesco, 1999

SCHMIDT, João Pedro. **O que pensam os jovens hoje**. Imaginário social dos estudantes dos vales do Rio Pardo e Taquari. Santa Cruz do Sul: Clarice Agnes, 1996.

SELLTIZ, Claire et al. **Coleta de dados**. In: _____. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder: EDUSP, 1972.

SENNET, Richard. O trabalho no novo capitalismo: **uma leitura antropológica**: CEPAT – Informa, n. 131, mar./2006.

SILVA, Cristiane. **Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Tempo soc. [online].v. 17, nº 2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200020. acesso em: 10 out. 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

SPSITO, Marília (Coord.). **Juventude: estado do conhecimento**. Brasília: Inep, 2000.

SPSITO, Marília. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPSITO, Marília; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, nº 24, 2003.

SPSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. Revista Tempo Social. São Paulo, v. 17, p. 141-172, 2005.

SPSITO, Marília; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v. 11, nº 32, maio/ago., 2006.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educar na sociedade do conhecimento.** São Paulo: Junqueira&Marin, 2006.

THOMPSON, Andrés (Org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro.** São Paulo: Peirópolis, 2006.

UNESCO. **AIDS: o que pensam os jovens.** Brasília: UNESCO, 2003.

UNESCO. **Ensino médio no século XXI: desafios, tendências e prioridades.** Brasília: UNESCO, 2003. (Série Educação; v. 9).

UNESCO. **Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo.** Brasília: UNESCO, 2001.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventude.** Brasília: UNESCO, 2004.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Carta aberta do 2º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis.** São Paulo: Une, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/arquivos_projovem/carta_aberta.pdf. Acesso em 10 out. 2008.

UNICEF. Instituto Ayrton Senna, Itaú Social. **Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política.** Brasília: Unicef, Instituto Ayrton Senna, Itaú Social, 2007.

VELOSO, Najla. **Currículo em verso e prosa.** Guarapari: Ex Libris, 2006.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol. **Juventude: cultura e cidadania.** 1999. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 16 out. 2008.

WASELFISZ, Julio et al. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003.** Brasília: Unesco, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Org.). **Mortes matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003.** Brasília: Unesco, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2006 – os jovens do Brasil.** Brasília: OEI, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência II – os jovens do Brasil.** Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência III – os jovens do Brasil.** Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência IV – os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania.** Brasília: Edições Futura, Unesco, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo; ATHIAS, Gabriela. **Mapa da violência de São Paulo**. Brasília: Edições Futura, Unesco, 2005.

WERTHEIN, Jorge. **Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas**. Brasília: UNESCO, 1999 (Série Educação; v. 3).

WERTHEIN, Jorge. Juventude, educação e cidadania. In: **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2006, p. A3

WEISS, Zezé; FLORENTINO, R. (Org.). **Vozes jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI**. Brasília: Banco Mundial, 2004, v. 1.

ANEXOS

Tabela nº 1: Distribuição dos jovens por sexo

SEXO	%
Feminino	46,7
Masculino	53,3
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 2: Distribuição dos jovens por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	%
Menos de 15 anos	0,0
15 a 17 anos	67,3
18 a 20 anos	24,3
21 a 24 anos	8,4
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 3: Percentual de jovens cujos pais ou responsáveis sabem ler ou escrever

SABEM LER OU ESCREVER	%
Somente o pai	2,80
Somente a mãe	6,54
Os dois	82,20
Somente o(a) responsável	2,80
Somente o(s) irmão e/ou irmã(s)	3,74
Não respondeu	1,87
TOTAL	100,00

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 4: Condições de moradia dos jovens

POSSUEM EM CASA	%
Banheiro	100,00
Geladeira	99,70
Televisão	100,00
Telefone	98,13
Vídeo	60,70
Dvd	86,90
Computador	57,00
Acesso à Internet	43,90
Livros	97,20
Carro Próprio	61,70
Aparelho de som	93,46
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 5: Continuidade nos estudos

PAROU DE ESTUDAR	%
Não	93,46
Sim	6,54
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 6: Percentual de jovens que trabalham e não trabalham

TRABALHO	%
Não	50,50
Não, mas está procurando emprego	37,40
Sim, de vez em quando	4,67
Sim, todos os dias	7,48
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela nº 7: Renda dos jovens que trabalham

RENDA	%
Menos de um salário mínimo	46,15
Entre um e dois salários mínimos	38,46
Entre dois e três salários mínimos	15,38
Mais de três salários mínimos	0,00
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 8: Fatores importantes para conseguir emprego

Fatores importantes para conseguir um emprego	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Escolaridade	68,60	8,20	5,00
Criatividade	1,60	1,60	3,30
Experiência Profissional	12,40	37,20	11,50
Sorte	0,00	1,60	3,30
Aparência	1,60	5,00	7,40
Conhecer pessoas influentes	0,00	5,00	5,80
Ter capacidade de liderança	0,00	0,80	7,40
Ser crítico	1,60	2,50	0,80
Ser uma pessoa esforçada	5,80	11,50	12,40
Ser responsável	5,00	12,40	17,40
Ser comunicativo	1,60	5,00	9,90
Saber trabalhar em equipe	0,80	5,80	13,20
A idade	0,80	1,60	0,80
Outra	0,00	0,00	0,80
Não Respondeu	0,80		

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 9: Características que a escola, nos dias de hoje, ajuda a desenvolver e/ou adquirir para conseguir emprego.

A escola ajuda a desenvolver e/ou adquirir	%
Escolaridade	85,30
Criatividade	38,80
Experiência profissional	22,40
Conhecer pessoas influentes	9,10
Ter capacidade de liderança	31,40
Ser crítico	42,10
Ser uma pessoa esforçada	21,20
Ser responsável	62,40
Ser comunicativo	61,10
Saber trabalhar em equipe	69,80
Outra	0,00
Não respondeu	0,00
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 10: Percentual de jovens que exercem ou não, regularmente, alguma atividade fora do horário da escola.

Exerciam atividade fora do horário da escola	%
Sim	56,10
Não	43,90
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 11: Atividades que os jovens realizam fora do horário da escola

Atividades fora do horário da escola	%
Trabalha	20,60
Faz curso de língua estrangeira	6,54
Freqüenta academia de ginástica	10,30
Pratica algum esporte	18,70
Faz curso de informática	13,10
Faz curso preparatório para concursos	5,61
Faz curso pré-vestibular	7,48
Faz outro(s) curso(s)	2,80
Ajuda nos afazeres domésticos	9,30
Cuida de irmã(o)	4,67
Outros	0,93

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 12: Ocupações dos jovens nas horas vagas

Ocupação nas horas vagas	1º lugar (%)	2º lugar (%)	3º lugar (%)
Vai à igreja	16,40	7,20	8,40
Pratica esportes	6,80	13,40	7,20
Lê coisas que lhe interessam	8,10	7,20	1,30
Ouve musica	20,90	17,50	16,70
Assiste à televisão	12,40	15,70	11,40
Vai ao clube	0,00	0,00	3,50
Fica conversando na rua com os amigos	3,50	9,10	9,90
Vai à festas, shows, bailes	1,60	4,80	4,30
Vai ao shopping	0,80	0,00	0,80
Vai ai cinema	0,80	0,00	0,80
Ajuda nos afazeres domésticos	7,20	13,40	7,20
Faz “bicos” para ganhar algum dinheiro	5,00	0,00	0,00
Navega na internet	11,40	8,10	0,90
Outros	4,30	0,80	4,30
Não Respondeu	2,60		

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 13: Importância das instituições e/ou locais frequentados

Instituições e/ou locais	1º lugar (%)	2º lugar (%)	3º lugar (%)
Igreja	22,10	18,40	16,40
Local de trabalho	5,10	4,00	1,60
Clube	0,00	0,80	0,00
Família	48,30	24,60	9,90
Escola	18,60	38,20	25,80
Academia	0,00	1,60	7,20
Curso de língua estrangeira	0,70	0,80	1,60
Curso preparatório para concursos	0,90	0,80	2,60
Curso pré-vestibular	1,60	1,60	1,60
Shopping	0,70	0,80	2,30
Casa de amigos	0,80	2,30	20,90
Outros cursos	0,00	2,60	5,00
Outra	0,90	0,80	5,00
Não respondeu	0,80		

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 14: Preocupações dos jovens sobre o futuro

Preocupações	1º Lugar (%)	2º Lugar (%)	3º Lugar (%)
Ter uma casa própria	8,10	14,70	11,70
Adquirir um automóvel	2,60	3,50	11,40
Fazer um curso superior	32,60	11,20	9,10
Conseguir um emprego	18,60	22,60	10,50
Casar e constituir família	1,60	9,10	13,40
Estudar	4,10	7,40	2,30
Melhorar a vida de sua família	5,00	8,20	20,20
Ter saúde	11,70	10,50	8,10
Passar em um concurso público	16,50	12,50	12,40
Outra	0,00	0,00	0,80
Não respondeu	0,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 15: Percepção dos jovens sobre o que produz insegurança em uma pessoa jovem

Inseguranças	1º Lugar (%)	2º Lugar (%)	3º Lugar (%)
A violência	43,10	12,20	13,20
O desemprego	23,80	34,20	12,50
A desigualdade social	4,10	12,50	13,00
A dificuldade de moradia	0,00	0,80	6,70
O acesso ao ensino superior	12,20	13,20	2,40
A falta de visão de futuro	6,00	3,50	9,10
A família	0,80	3,10	0,80
A corrupção	0,80	1,60	3,10
A falta de religião das pessoas	2,50	2,30	1,50
O aumento da população	0,00	0,00	1,60
A precariedade da saúde pública	0,00	2,60	3,30
As drogas	4,80	7,40	16,90
A AIDS	1,80	7,40	5,80
Outra	0,80	0,00	0,00
Não respondeu	0,00	0,00	0,00

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 16: Desafios do século XXI

Desafios	1º Lugar (%)	2º Lugar (%)	3º Lugar (%)
Violência	28,10	19,00	7,40
Educação para todos	18,20	9,90	6,70
Não parar de estudar	3,30	3,30	0,80
Melhorar a qualidade da educação	12,40	14,00	5,50
Emprego/futuro profissional	8,20	17,40	19,90
Saúde	1,60	5,80	4,10
Família	0,00	0,00	0,80
Meio ambiente	0,80	1,60	5,80
Fome	9,90	3,30	9,10
Crise política/corrupção	4,10	6,70	9,10
A desigualdade social	5,80	9,90	10,70
A pobreza	3,30	3,30	5,80
Assuntos pessoais	0,00	0,00	0,00
Falta de ética	0,00	0,80	1,60
Falta de religião nas pessoas	0,00	0,00	3,30
Drogas	2,50	2,50	7,40
AIDS	0,80	1,60	0,80
Não Respondeu	0,80		

Fonte: pesquisa de campo

Tabela nº 17: Os conteúdos da escola e o dia-a-dia dos jovens

Contribuição dos conteúdos para o dia-a-dia	%
Sim	88,50
Não	11,50
Às vezes	0,00
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 18: Para que serve a escola na opinião dos jovens

A importância da escola	1º Lugar (%)	2º Lugar (%)	3º Lugar (%)
Conseguir emprego	14,00	24,80	21,50
Passar no vestibular	19,90	19,00	7,40
Ser feliz	0,00	0,00	5,00
Aprender coisas novas	9,90	11,50	9,90
Aprender uma profissão	5,00	8,20	6,70
Aprender como se deve estudar	2,50	1,60	2,50
Ser cidadão(a)	20,60	6,70	9,10
Compreender a realidade	6,70	6,70	5,80
Fazer amigos	2,50	1,60	12,40
Mudar a sociedade	5,80	9,90	5,80
Ser uma pessoa melhor	9,90	8,20	10,70
Outros	1,60	1,60	2,50
Não Respondeu	0,80		

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 19: A escola e o atendimento dos desejos e objetivos pessoais

Desejos e objetivos pessoais	%
Sim	18,69
Não	37,38
Às vezes	37,38
Não respondeu	6,55
Total	10,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 20: A escola e atendimento dos desejos e objetivos profissionais

Desejos e objetivos profissionais	%
Sim	33,00
Não	46,30
Às vezes	14,00
Não respondeu	6,70
Total	10,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 21: Contribuições da escola para o exercício da cidadania

A escola contribui para o exercício da cidadania	%
Sim	65,42
Não	10,00
Às vezes	20,32
Não respondeu	4,26
Total	10,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 22: Características de uma escola de qualidade segundo os jovens

Uma escola de qualidade é aquela que:	%	%	%
Aprova a maior quantidade de alunos nos vestibulares	38,00	13,20	13,20
Permite exercer uma profissão em nível técnico	9,90	14,00	7,40
Tem as melhores notas nas avaliações nacionais	8,20	19,90	14,90
Está aberta nos finais de semana para a comunidade	3,30	6,70	2,50
Envolve pais e alunos nos problemas locais	2,50	7,40	8,20
Faz você se sentir feliz	5,80	3,30	4,10
Tem bons professores	24,80	18,20	19,90
Promove o exercício da cidadania	1,60	9,10	14,00
Proporciona um desenvolvimento integral	7,40	4,10	17,40
Outro		0,80	
Não respondeu	0,0		

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 23: Mudanças na escola

Mudaria na escola	1º Lugar (%)	2º Lugar (%)	3º Lugar (%)
Os professores	8,20	7,40	6,70
A relação com os colegas	5,80	5,80	14,00
A relação professor-aluno	14,00	18,20	17,40
A infra-estrutura	28,90	16,50	5,80
O material didático	9,10	16,50	11,50
A direção	8,20	6,70	8,20
O sistema de avaliação, que é muito fácil	1,60	3,30	8,20
O sistema de avaliação, que é muito difícil	5,80	8,20	4,10
Outros	1,60	0,00	3,30
Não mudaria nada	6,70		
Não respondeu	1,60		
Mudaria tudo	9,90		

Fonte: Pesquisa de camp

Tabela nº 24: Atividades feitas na escola segundo os jovens

Atividades	%
Visita a museus	14,00
Sessões de cinema	27,20
Festas com a participação da comunidade	52,00
Visita a empresas	4,10
Atividades comunitárias	14,00
Projeto de orientação profissional	7,40
Projeto de redução da violência	13,20
Projeto de educação ambiental	22,40
Palestras	32,20
Outras	2,50
Nenhuma destas	15,70

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 25: Importância da opinião na escola segundo os jovens

Você considera sua opinião importante na escola	%
Sim	64,50
Não	33,90
Às vezes	1,60
Não respondeu	0,00
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 26: Participação dos jovens nas decisões da escola

Participação nas decisões da escola	%
Sim	11,50
Não	88,50
Às vezes	0,00
Não respondeu	0,00
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 27: Existência de grêmios estudantis na escola

Sua escola possui grêmios estudantis	%
Sim	19,90
Não	77,70
Não sei	0,80
Não respondeu	1,60
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 28: Participação dos jovens no grêmios estudantis da escola

Se existe grêmios estudantis, você faz parte dele	%
Sim	12,50
Não	79,10
Não respondeu	8,40
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela nº 29: Sentimento de representação dos jovens pelo grêmios estudantis da escola

Você se sente representado pelo grêmios estudantis da escola	%
Sim	16,60
Não	75,00
Não respondeu	8,40
Total	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

QUESTIONÁRIO – JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa cujo objetivo é investigar, segundo as expectativas e as opiniões de jovens estudantes do Ensino Médio do Município de Sapucaia do Sul – RS, o papel da escola frente aos desafios do século XXI. Diante disso, peço que sejam atenciosos e sinceros nas respostas, ressaltando que todos os dados fornecidos serão utilizados apenas como fim de pesquisa, mantendo em absoluto sigilo as identidades individuais dos respondentes. Desde já, agradeço!

1 - Escola:

2 - A sua escola é: () pública () particular

3 - Qual a sua idade?

() menos de 15 anos

() 15 a 17 anos

() 18 a 20 anos

() 21 a 24 anos

() mais de 24 anos

4 - Sexo: () feminino () masculino

5 - Seus pais ou responsáveis sabem ler ou escrever?

() só o meu pai

() só a minha mãe

() os dois

() só o responsável

() só o(s) irmão(s) e/ou irmã(s)

6 - Onde você mora tem: (Marque quantas opções existirem)

() banheiro

() geladeira

() televisão

() telefone

() vídeo

() dvd

() computador

() acesso à internet

() livros

() carro próprio

() aparelho de som

7 - Você trabalha?

() não

() não, mas estou procurando emprego

() sim, de vez em quando

() sim, todos os dias

8 - Se trabalha, qual a sua renda?

- () menos de um salário-mínimo
- () entre um e dois salários-mínimos
- () entre dois e três salários-mínimos
- () entre três e quatro salários-mínimos
- () entre quatro e cinco salários-mínimos
- () mais de cinco salários mínimos

9 - Você exerce, regularmente, alguma atividade fora do horário da escola?

- () sim
- () não

10 - Se você respondeu "sim" à pergunta anterior, marque qual(is) a(s) atividade(s) que exerce:

- () trabalha
- () faz curso de língua estrangeira (inglês, francês, espanhol etc)
- () frequenta academia de ginástica
- () pratica algum esporte (futebol, vôlei, basquete etc)
- () faz curso de informática
- () faz curso preparatório para concursos
- () faz curso pré-vestibular
- () faz outro(s) curso(s) (teatro, dança, artesanato etc.)
- () ajuda nos afazeres domésticos
- () cuida de irmão(s) ou irmã(s) mais novo(s)
- () outra(s) _____

11. E nas horas vagas, o que você faz? (Marque somente três opções, sendo 1 para o que você faz com mais frequência; 2 para o que você faz em segundo lugar, 3 para o que você faz em terceiro lugar.)

- () vou à igreja
- () pratico esportes
- () leio coisas que me interessam (livros, revistas, jornais, gibis etc.)
- () ouço música
- () assisto televisão
- () vou ao clube
- () fico conversando na rua com meus amigos
- () vou à festas, shows, bailes
- () vou ao shopping
- () vou ao cinema
- () ajudo nos afazeres domésticos
- () faço "bicos" para ganhar algum dinheiro
- () navego na internet
- () outros _____

12. Dentre as várias instituições e/ou locais que você frequenta, qual a importância de cada uma? (Marque somente três opções, de acordo com o grau de importância, sendo 1 - mais importante; 2 - importante em segundo lugar; 3 - importante em terceiro lugar)

- () igreja
- () local de trabalho
- () clube

- família
- escola
- academia
- curso de língua estrangeira
- curso preparatório para concursos
- curso pré-vestibular
- shopping
- casa de amigos
- outros cursos (teatro, dança, artesanato etc.)
- outra _____

13. Quando você pensa no seu futuro o que mais o "pré-ocupa"? (Marque somente três opções, seguindo uma escala de prioridade, ou seja, 1 - mais me preocupa; 2 - preocupo-me também; 3 - preocupo-me um pouco menos)

- ter uma casa própria
- adquirir um automóvel
- fazer um curso superior
- conseguir emprego
- casar e constituir uma família
- estudar
- melhorar as condições de vida de sua família
- ter saúde
- passar em um concurso público
- outra _____

14. Na sua opinião, o que mais produz insegurança em uma pessoa jovem? (Marque somente três opções, seguindo uma escala de prioridade, ou seja, 1 - produz maior insegurança; 2 - produz insegurança também; 3 - produz insegurança um pouco menos)

- a violência
- o desemprego
- a desigualdade social
- a dificuldade de moradia
- o acesso ao ensino superior
- a falta de visão do futuro
- a família
- a corrupção
- a falta de religião das pessoas
- o aumento da população
- a precariedade da saúde pública
- as drogas
- a AIDS
- outra _____

15. Você acha que os conteúdos que aprende na escola te ajudam no seu dia a dia?

- sim
- não

Porquê? _____

16. Sua escola possui: (Marque quantas opções existirem)

- quadras de esporte
- auditório
- vídeo-cassete
- dvd
- equipamento de som
- biblioteca
- computador para os alunos
- internet para os alunos
- convênio com empresas para estágios

17. Na sua escola, são feitas atividades como: (Marque quantas opções existirem)

- visita a museus
- sessões de cinema
- festas com a participação dos alunos, das famílias e da comunidade
- visita a empresas
- atividades comunitárias para a melhoria da qualidade de vida das pessoas
- projeto de orientação profissional
- projeto de redução da violência
- projeto de educação ambiental
- palestras
- outra atividade que queira destacar _____

18. Você já parou de estudar alguma vez?

- não
- sim Por quê?

O que o(a) fez retomar os estudos?

19. Na sua opinião, para que serve a escola? (Marque somente três opções, atendendo uma escala de importância, ou seja, 1 - mais importante; 2 – importante em segundo lugar; e 3 - importante em terceiro lugar)

- para conseguir emprego
- para passar no vestibular
- para ser feliz
- para aprender coisas novas
- para aprender uma profissão
- para aprender como se deve estudar
- para ser um cidadão
- para compreender a realidade
- para fazer amigos
- para mudar a sociedade
- para ser uma pessoa melhor
- outra(s) _____

20. Na sua opinião, o que é mais importante para conseguir um emprego? (Marque somente três opções, de acordo com o grau de importância, sendo 1 – mais importante; 2 - importante em segundo lugar; 3 - importante em terceiro lugar)

- escolaridade
- criatividade
- experiência profissional

- sorte
- aparência
- conhecer pessoas influentes
- ter capacidade de liderança
- ser crítico
- ser uma pessoa esforçada
- ser responsável
- ser comunicativo
- saber trabalhar em equipe
- a idade
- outra _____

21. Dentre as características listadas acima para conseguir um emprego, qual(is) dessa(s) você acha que a escola, nos dias de hoje, ajuda a desenvolver? (Marque quantas opções quiser)

- escolaridade (aquisição de diploma)
- criatividade
- experiência profissional
- conhecer pessoas influentes
- ter capacidade de liderança
- ser crítico
- ser uma pessoa esforçada
- ser responsável
- ser comunicativo
- saber trabalhar em equipe
- outra _____

22. A escola atende aos seus desejos e objetivos pessoais?

- sim Como? _____
- não Por quê? _____
- às vezes Quando? _____

23. A escola atende aos seus desejos e objetivos profissionais?

- sim Como? _____
- não Por quê? _____
- às vezes Quando? _____

24. Na sua opinião, a escola contribui para que você exerça sua cidadania?

- sim Como? _____
- não Por quê? _____
- às vezes Quando? _____

25. Que outras necessidades precisam ser atendidas pela escola? Indique:

26. Na sua opinião, qual o maior desafio a ser enfrentado no século XXI? (Marque somente três opções, atendendo uma escala de prioridade, ou seja: 1 - maior desafio; 2 - segundo desafio; 3 - terceiro desafio).

- violência

- educação para todos
 - não parar de estudar
 - melhorar a qualidade da educação
 - emprego / futuro profissional
 - saúde
 - família
 - meio ambiente
 - fome / miséria
 - crise política / corrupção
 - a desigualdade social
 - a pobreza
 - assuntos pessoais
 - a falta de ética
 - a falta de religião das pessoas
 - drogas
 - AIDS
 - outro(s) _____
- Por quê? _____

27. Qual a relação que você percebe entre o papel da escola e os desafios apontados por você na questão anterior (nº 26)?

28. Para você, uma escola de qualidade é aquela que: (Marque somente três opções, seguindo uma escala de relevância atribuída aos fatores, ou seja, 1 – mais relevante; 2 - relevante em segundo lugar; 3 - relevante em terceiro lugar)

- aprova a maior quantidade de alunos no vestibular
- permite exercer uma profissão em nível técnico
- têm as melhores notas nas avaliações nacionais (SAEB e ENEM, por exemplo)
- está aberta nos finais de semana para a comunidade
- envolve pais e alunos nos problemas locais
- faz você se sentir feliz
- tem bons professores
- promove o exercício da cidadania
- proporciona um desenvolvimento integral (físico, emocional e cognitivo)
- outro(s) _____

29. Se você pudesse mudar a sua escola, o que mudaria? (Marque no máximo três itens, de acordo com uma escala de prioridade, ou seja, 1 - mudaria em primeiro lugar; 2 - mudaria em segundo lugar; 3 - mudaria em terceiro lugar)

- mudaria tudo
- os professores
- a relação com os colegas
- a relação professor-aluno
- a infra-estrutura (instalações das salas de aula, dos banheiros, quadras esportivas etc.)
- o material didático
- a direção
- não mudaria nada
- o sistema de avaliação, que é muito fácil
- o sistema de avaliação, que é muito difícil
- outro(s) .

30. Você acha que sua opinião é importante na escola?

() não () sim

31. Você participa das decisões da escola?

() não () sim

32. Grêmios estudantis são grupos de alunos da escola que representam os interesses dos estudantes. Na sua escola existe grêmios estudantis?

() não Por quê? _____

() sim Quais são as atribuições do grêmios? _____

33. Se existe grêmios estudantis, você faz parte dele?

() sim () não

34. Se existe grêmios estudantis, você se sente representado?

() sim () não